



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUIS GUSTAVO PATROCINO

ESCOLA E RELIGIÕES:

ESTUDO SOBRE DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS
RELIGIOSAS NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS
INTERFACES COM A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

LUIS GUSTAVO PATROCINO

ESCOLA E RELIGIÕES:

ESTUDO SOBRE DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS
RELIGIOSAS NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS
INTERFACES COM A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Estadual de
Londrina.

Linha de pesquisa: Ensino de Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Lanza.

Co-Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Baltar.

Londrina
2014

**Catlogação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P314e Patrocino, Luis Gustavo.

Escola e religiões : estudo sobre desdobramentos das práticas religiosas no ambiente escolar e suas interfaces com a disciplina de ensino religioso / Luis Gustavo Patrocino. – Londrina, 2014.
169 f. : il.

Orientador: Fábio Lanza.

Coorientador: Ronaldo Baltar.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Ensino religioso – Teses. 2. Religião e sociologia – Teses. 3. Sociologia educacional – Teses. I. Lanza, Fábio. II. Baltar, Ronaldo. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 316:2

LUIS GUSTAVO PATROCINO

ESCOLA E RELIGIOSIDADES:

ESTUDO SOBRE DESDOBRAMENTOS DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS
NO AMBIENTE ESCOLAR E SUAS INTERFACES COM A DISCIPLINA
DE ENSINO RELIGIOSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Estadual de Londrina.
Linha de pesquisa: Ensino de Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fábio Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Co-Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Baltar.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Ileize Luciane Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
Universidade Estadual Paulista – UNESP

Londrina, 25 de setembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha esposa Isabel C.G.M. Patrocino por todo companheirismo e apoio demonstrado neste tempo de produção e de formação, pelo incentivo e dedicação com os quais pude contar e que foram fundamentais para a finalização desse trabalho. Aos meus pais e sogros pelas orações e incentivos.

Também menciono o professor Dr. Fábio Lanza pelas orientações, amizade, confiança e conselhos valiosos não apenas de âmbito profissional, mas também pessoal. À professora Dra. Ileize Luciana Fiorelli por todas as oportunidades e investimento realizado, bem como as orientações e amizade por todo meu período de formação na UEL. Ao professor Dr. Ronaldo Baltar pelas orientações, capacitações e confiança depositadas.

Ao professor Dr. Everaldo Pletz por todo incentivo e liberalidade, bem como a Nair Hirota pelas possibilidades de flexibilização referente à minha jornada de trabalho que proporcionaram a execução das coletas de dados realizadas. Ao Carlos Alberto Duarte pelo suporte nos momentos de ausência do laboratório e a amizade nesses 13 anos de trabalho juntos.

Aos companheiros de sociologia, Edson Elias Moraes, Daniel Victor pelas contribuições, encorajamentos e companheirismo.

Agradeço também a Andressa Silva Melo pela realização da coleta de dados referentes às IES promotoras de cursos para Ensino Religioso.

PATROCINO, Luis Gustavo. **Escola e religiosidades**: Estudo sobre desdobramentos das práticas religiosas no ambiente escolar e suas interfaces com a disciplina de Ensino Religioso. 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

O presente trabalho analisou as relações sociais que compõem tendo como objeto os aspectos religiosos na realidade do ambiente escolar. Tanto os dados dos Censos (IBGE) quanto as pesquisas do cenário religioso nacional indicam um quadro de múltiplas e intensas relações religiosas no Brasil. Essas apresentam também uma forte aproximação com as esferas políticas e econômicas gerando por vezes situações que contrariam o princípio da laicidade pensada de forma republicana. O crescimento da população de fiéis protestantes das últimas décadas produzido pelo uso de técnicas de convencimento midiáticas (proselitismo) e o acolhimento de indivíduos em situação de vulnerabilidade emocional e financeira acentuou as práticas de diferenciações institucionais das principais religiões fazendo com que as identidades religiosas e laços de pertença ganhassem importância nas representações sociais. Tal fato tem proporcionado um Campo de disputa no qual os indivíduos se apresentam como agentes do conflito e praticantes da intolerância não se restringindo a locais estritamente religiosos, a ação religiosa inclui em seu espaço de expansão o sistema educacional e os ambientes escolares. Neste contexto realizou-se o trabalho de analisar como as relações religiosas se comportam ante as esferas política e econômica e no ambiente escolar através da disciplina de Ensino Religioso. Para a coleta de dados foi necessário a utilização de variadas técnicas de pesquisa devido a complexidade e ao próprio objeto de forma a expressar mais fielmente a realidade proposta. Foram realizadas pesquisas com metodologias qualitativas usando as técnicas: bibliográfica, entrevista, observações participantes, coletas em sites e em emails. Com a metodologia quantitativa para descrever a pesquisa Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar produzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2008, coleta de dados sobre informações dos professores de Ensino Religioso da cidade de Londrina 2012, para coletar e descrever as Instituições fornecedoras de cursos de capacitação para professores de Ensino Religioso e organização de dados provenientes de várias fontes. Os resultados obtidos apontam para a relação de proximidade existente entre grupos de identidade e formações/composições religiosas e o Estado com a intenção de conduzir ou tentar conduzir os processos de implementação da disciplina de Ensino Religioso frente aos desafios trazidos pelas legislações atuais e a ausência de Parâmetro Curricular Nacional para a disciplina. Também aponta o mercado criado a partir da mudança de orientação da disciplina requerida pela LDB/96-97.

Palavras-chave: Ensino religioso. Sociologia da educação. Sociologia da religiões.

PATROCINO, Luis Gustavo). **School and religions**: Study of unfolding of religious practices in the school environment and their interfaces with the discipline of Religious Education. 2014. 170 p. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

This study examined the social relationships that make having as object the religious aspects of the school environment in reality. Both the Census data (IBGE) and the research of the national religious scene indicate a framework for multiple and intense religious relations in Brazil. These also feature a strong approach with the political and economic spheres generating situations that sometimes contradict the principle of secularism republican form of thought. The population growth of the last decades faithful protestantes produced using techniques of mediatized convecimento (proselytizing) and the host of individuals in situations of emotional vulnerability and highlighted the financial practices of institutional differentiation of the major religions doing with that religious identities and ties belonging to gain importance in the social representations. This fact has provided a field of dispute in which individuals present themselves as agents of conflict and intolerance practitioners not limited to strictly religious sites, religious action included in its space expansion the educational system and school environments. In this context the work was carried out to analyze how religious relations behave in the face of political and economic spheres and in the school environment through disciplina of Religious Education. To collect the use of various search techniques due to the complexity and the shape object to express itself more closely the proposal was really necessary. Research with qualitative methods were performed using the techniques: literature, unstructured interviews, participant observations, collected on websites and in emails. Using quantitative methodology to describe the actions Discriminatórias research in the School Scope produced by the National Institute for Educational Studies and Research (INEP) in 2008, data collection, information on Religious Education teachers in Londrina 2012 to collect and describe the institutions supplying training courses for teachers of religious education and organizing data from multiple sources. The results obtained indicate the relationship of the proximity between groups of Identity and formations / religious compositions and the state with the Intent to conduct or attempt to conduct the implementation processes of the discipline of Religious Education to the challenges brought by the current laws and the absence of parameter National Curriculum for discipline. It also points the market created by the changing orientation of diciplina required by LDB/96-97.

Key words: Religious education. Sociology of education. Sociology of religions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de crescimento religioso e populacional do período de 1872 a 1991	17
Figura 2 - Taxa de ganho/perda de representação populacional brasileira em relação ao censo anterior	31
Figura 3 - Manifestações antipartidárias em Londrina	40
Figura 4 - Bancada Evangélica na Câmara Federal em 2013	42
Figura 5 - Distribuição de parlamentares por denominação religiosa	43
Figura 6 - Porcentagem de religiosos na pesquisa INEP 2008.	79
Figura 7 - Proporção das religiões na Pesquisa INEP 2008 e Censo 2010.....	80
Figura 8 - Participação religiosa na Pesquisa INEP 2008	82
Figura 9 - Taxa de Muito participantes na Pesquisa INEP	83
Figura 10 - Ano de Regulação da disciplina de Ensino Religioso.....	85
Figura 11 - Brasil: maiores editoras por faturamento em 1998.....	90
Figura 12 - Investimento em milhões de reais (valores aproximados) na aquisição de livros didáticos pelo Governo Federal	91
Figura 13 - Financiamento das Instituições de Ensino Superior com Cursos para E.R	97
Figura 14 - Distribuição das Instituições de Ensino de E.R por Estado e Regiões	99
Figura 15 - Distribuição dos níveis de cursos ofertados à disciplina de E.R.....	100
Figura 16 - Distribuição de Instituições de Ensino Superior no Brasil 2010.....	100
Figura 17 - Número de Matrículas no Ensino Superior em 2010	102
Figura 18 - Distribuição de Vinculação Religiosa e IES.....	103
Figura 19 - Tabela 1 de Thomas (2012). Síntese das comparações dos modelos de E.R.....	110
Figura 20 - Distribuição de Professores de Ensino Religioso por contrato de Trabalho - NRE Londrina.....	112
Figura 21 - Percentual de Matrículas por Estado 2013	113
Figura 22 - Conteúdo Básico de Ensino Religioso para 5 e 6 ^a anos	137
Figura 23 - Distribuição de disciplinas de professores de Ensino Religioso em 2012 no Núcleo Regional de Educação de Londrina.	138
Figura 24 - Dispersão da quantidade de professores por quantidade de horas aulas.....	139
Figura 25 - Distribuição proporcional da carga horária de Ensino Religioso	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de Sem religião por Região em 2010	30
Tabela 2 – Distribuição da população brasileira Protestante segundo declaração de denominação religiosa em 2010	44
Tabela 3 – Caráter do Ensino Religioso-Legislação-Estados	92
Tabela 4 – Abrangência do Ensino Religioso – Etapa de Ensino/Legislação /Estados	93
Tabela 5 – Centros de formação docente de E.R no Brasil	98
Tabela 6 – Tradições Religiosas da ASSINTEC	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPERSC	Associação dos Professores de Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina
ASSINTEC	Associação Inter-religiosa de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONER RS	Conselho de Ensino Religioso do Estado do Rio Grande do Sul
CONERE	Congresso Nacional do Ensino Religioso
DCE	Diretriz Curricular Estadual
E.R	Ensino Religioso
EAD	Ensino a Distância
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPER	Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso
GPÉR	Grupo de Pesquisa Educação e Religião
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NER	Núcleo de Estudos da Religião
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNER	Parâmetros Curriculares Nacional de Ensino Religioso
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PSS	Processo de Seleção Simplificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
QPM-E	Quadro Próprio do Magistério- Especialista
QPM-P	Quadro Próprio do Magistério-Pedagogo
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - RELIGIOSIDADE BRASILEIRA	16
1.1 MAPA RELIGIOSO NACIONAL	24
1.2 RELAÇÕES RELIGIOSAS NO BRASIL	29
CAPÍTULO 2 - RELAÇÕES RELIGIOSAS	36
2.1 RELIGIÕES E A ESFERA POLÍTICA.....	36
2.2 RELIGIÕES E A ESFERA ECONÔMICA	46
2.3 RELIGIOSIDADE E CONSERVADORISMO (MORALIDADE)	53
CAPÍTULO 3 - AMBIENTE ESCOLAR E RELIGIÃO	67
3.1 RELIGIOSIDADES DA COMUNIDADE ESCOLAR BRASILEIRA	77
3.2 DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO.....	84
3.3 MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO	87
CAPÍTULO 4 - PERSPECTIVAS DE ENSINO RELIGIOSO	104
4.1 FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO (FONAPER).....	104
4.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER).....	109
4.2 UM OLHAR SOBRE A DIRETRIZ CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO DO PARANÁ.....	124
4.2.1 Implicações Quantitativas do E. R Paranaense.....	138
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	148
APÊNDICES	156

APÊNDICE A – Tabela de Emails sobre a Eleição de 2010	157
APÊNDICE B – E-MAILS	159
APÊNDICE C – Questionário de Pesquisa nas IES	166

INTRODUÇÃO

As relações existentes entre as instituições estruturadoras das sociedades sempre estiveram e ocuparam grande espaço nas Ciências Sociais. Os autores clássicos dedicaram muito tempo e esforço para analisar como e porque os indivíduos agiam como agiam. Embora as produções dos clássicos apontem intensidades diferentes entre o quanto o indivíduo determina e o quanto ele é determinado pelo Social, ou seja, como o processo de reprodução social dos indivíduos numa dada sociedade acontece levando em conta atores físicos e constructos-solidários-abstratos (instituições), a temática é ponto comum nas obras Durkheim, Weber e Marx. Esse trabalho analisou como duas instituições da sociedade brasileira se relacionam na formação educacional de alunos da Educação Básica do país.

A disciplina de Ensino Religioso (E.R) integrante Constitucional¹ do currículo escolar funde em si aspectos da instituição Escolar, responsável pela formação científica dos cidadãos brasileiros e, a Religião, cujos objetivos são tão variados e múltiplos quanto seus agentes. Esse encontro, dentro de um sistema político republicano democrático e autodeclarado laico, não se dá sem uma série de problemas e conflitos. Contudo, proporciona uma oportunidade e um local favorável para a análise das relações religiosas dos indivíduos e como aparelhos do Estado podem estar sendo utilizados nessa interação, gerando a possibilidade de avaliar o limite entre a moral civil e o *ethos* religioso dos atores envolvidos no caso em questão, principalmente dos profissionais de ensino.

Ao estudar as relações ocorridas entre a Política de direita em São Paulo, Pierucci (2013) apontou conexões e aproximações entre a moral religiosa e a política², sabe-se que a ação dos indivíduos ocorre dentro de um sistema de disposições produzido pelo processo de reprodução social e que tem como agentes tanto indivíduos isoladamente quanto instituições. O caso referido por Pierucci (2013) sugere a hipótese de ser possível ao existir a aproximação entre a religião/religiosidade e o profissional educacional que este opere moralmente mais pautado por convicções de crença do que por parâmetros científicos ou mesmo por legislações de normativas profissionais. Essa tendência pode se exponenciar

¹ Vide Capítulo 3.

² Vide Capítulo 2.

quando se tem uma disciplina específica para abordar a temática religiosa em um país historicamente conhecido por sua ligação educacional, uma vez que as primeiras instituições de ensino providas pela Igreja Católica e um Mercado religioso pulsante no qual o proselitismo é estratégia de sobrevivência/expansão de várias denominações religiosas.

Emerson Giumbelli ao analisar o E.R em escolas públicas de 12 estados brasileiros destaca a não existência de um plano nacional único. Segundo o autor:

O mesmo levantamento permitiria consolidar uma constatação do mapeamento produzido pela pesquisa: o predomínio da singularidade. Confirmando impressões e diagnósticos iniciais, notou-se que não se construíram, a partir deste ou daquele estado, modelos que fossem seguidos ou adaptados por outros. Apenas em estados do Norte e Nordeste é que se nota algumas formulações semelhantes, evidenciando alguma inspiração comum. A singularidade se afirma mesmo diante da opção por um modelo de ensino religioso não “confessional” (GIUMBELLI, 2008, p. 13).

Segundo o autor essa ausência produz uma série de problemas, um deles diz respeito à formação docente, que não é bem definida e por muitas vezes ser realizadas por agentes/associações religiosas, tais ações produzem dilemas em pelo menos metade dos estados analisados.

Ao contrário, parte da força do órgão estatal pode estar relacionada com as articulações que ocorrem entre ele e outras instâncias atuantes na implementação do ensino religioso. Essas articulações são mais consistentes novamente nos estados já citados: região sul, Minas Gerais e Goiás. Em quase todos esses casos, há instituições importantes atuando na formação docente e há interlocução com entidades **que pretendem representar ou agregar confissões religiosas**. Na Paraíba, onde existem essas características, não percebemos, contudo, o mesmo grau de estruturação. É um caso que merece uma observação atenta ao que vai ocorrer. Pará (sem entidade inter-religiosa e com dilemas na formação docente), Piauí (sem entidade inter-religiosa e com dilemas na formação docente), Amapá (sem entidade inter-religiosa e sem formação docente consolidada), Alagoas (ausência de ambos), Mato Grosso do Sul (ausência de ambos) e Rio de Janeiro (ausência de ambos) confirmam a regra (GIUMBELLI, 2008, p. 15, grifo nosso).

No Paraná embora exista uma Diretriz própria que orienta tanto o objeto quanto os conteúdos estruturantes da disciplina desde 2008, a autoria do

plano de ensino fica sob responsabilidade do professor, fato que também aponta para a importância da qualificação docente.

Nestas Diretrizes, destaca-se a importância dos conteúdos disciplinares e do professor **como autor de seu plano de ensino**, contrapondo-se, assim, aos modelos de organização curricular que vigoraram na década de 1990, os quais esvaziaram os conteúdos disciplinares para dar destaques aos chamados temas transversais (PARANÁ, 2008, p. 24, grifo do autor).

Desta forma pode não haver uma uniformização dos conteúdos dados em sala de aula já que cada docente com autonomia, metodologia de ensino e lógica epistemológica oriundas de suas disciplinas de contrato, decide os conteúdos. Para que essas possibilidades não transformem as disciplinas em uma cópia da metáfora bíblica da Torre de Babel³ entre os colégios públicos e, que a visão geral da disciplina não se pareça tanto com um mosaico, e cada professor leciono o conteúdo que melhor lhe apraz, a Secretaria de Educação do Paraná organiza e delimita as aulas pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Ensino religioso⁴ e pelos conteúdos estruturantes de cada disciplina. Por conteúdos estruturantes entende-se:

[...] os conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou práticas, que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo/ensino. Esses conteúdos são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência (quando for o caso) e da disciplina escolar, sendo trazidos para a escola para serem socializados, apropriados pelos alunos, por meio das metodologias críticas de ensino-aprendizagem (PARANÁ, 2008, p. 25).

Assim, a liberdade de produção docente é legalmente limitada por essa seleção sistematizada de teorias e campos de estudo, contudo a existência da diretriz não é suficiente para garantir sua aplicação. Há ainda o problema dos

³ A Torre de Babel é uma história bíblica com objetivo de explicar a origem das variadas línguas. Ela trata da construção de uma torre pela população da cidade de Babel para alcançar o céu, segundo o relato Deus não gostou da intenção e para impedir a obra fez com que cada trabalhador falasse uma língua diferente, isso foi o fato gerador de muita confusão por ninguém se entender e a consequência foi o abandono da obra.

⁴ Documento da Secretaria de Educação do Estado que normatiza os conteúdos, objetivos e metodologia da disciplina de E.R no Paraná através de três eixos considerados conteúdos estruturantes: Paisagem religiosa, Texto Sagrado e Universo Simbólico Religioso.

conteúdos abordados pela disciplina. O Caderno Pedagógico de Ensino religioso os define como:

[...] frutos de uma construção que tem sentido social como conhecimento, ou seja, existe uma porção de conhecimento que é produto da cultura e que deve ser disponibilizado como conteúdo, ao estudante, para que seja apropriado, dominado e usado (PARANÁ, 2008, p. 25).

A seleção desses conteúdos e sua organização, ao menos para a perspectiva que entende o ambiente escolar como um local de propagação de saberes científicos, não poderiam ser confundidos com o conhecimento “popular” denominado senso comum, pois a mesma perspectiva indicaria tal fato como esvaziador da razão de ser da Escola enquanto instituição social uma vez que sua função social e historicamente estaria ligada a difusão das pesquisas científicas e não na promoção de saberes propostos pelas outras instituições sociais formadoras dos indivíduos (família e religiões). Os conteúdos escolares, por esta perspectiva, seriam frutos da reflexão científica sobre o “comum” aferida por estudiosos da ciência. No caso do E.R são postos desafios que urge reflexão, como o respeito a todas as religiões e seus ritos, seus papéis sociais, e como diz a própria Diretriz Estadual paranaense:

[...] superar as tradicionais aulas de religião, abordar conteúdos escolares que tratem das diversas manifestações culturais e religiosas, dos seus ritos, das suas paisagens e dos seus símbolos, e relações culturais, sociais, políticas e econômicas de que são impregnadas as formas diversas de religiosidade (PARANÁ, 2008, p. 45).

No contexto prático da disciplina os docentes estão livres para criar aulas delimitados apenas teórico/legalmente. No caso do Paraná acrescenta-se o fato desses profissionais não terem como requisito de contrato formação específica na área. Como eles são: a) possuidores dos conhecimentos comuns da sociedade, b) tendo um público que esta em pleno processo de aprendizagem, c) ensinando algo cientificamente fora de seu bojo acadêmico por não ser o E.R suas disciplinas de contrato. O que garantiria a prática de ensino religioso tal qual previsto nas Diretrizes de Educação? Ou ainda, um ensino pautado pelo não proselitismo e respeito à diversidade?

Sobre isso, Nunes (2012, p. 103) cita uma afirmação de uma de suas entrevistadas que diz: “apesar de se permitir trabalhar com outros materiais didáticos ou de apoio, a disciplina de E.R acaba sendo tendenciosa, é possível que professores trabalhem com materiais específicos a sua religião”, essa mesma entrevistada relata um caso de uma professora que “catequizava os alunos [...]” com “uma cartilha da religião dela, ela era adventista, e aí ela trabalhava a doutrina dela com os alunos”.

Casos como esses não são raros e cria como consequências o uso do espaço estatal para práticas dogmáticas, podendo produzir nos alunos a perspectiva de que o único meio e forma de se pensar a religião é a confessional. O filósofo e sociólogo da religião Otto Maduro afirma que a própria

[...] a palavra <<religião>> é uma palavra que - mais ou menos parecida na grafia ou na pronuncia, mais ou menos traduzida pela mesma palavra - esta presente, sobretudo nos idiomas cuja história se liga estritamente à história do cristianismo [...] é, como todas as palavras, uma palavra *situada* histórica, geográfica, cultural e demograficamente no seio de uma língua (MADURO, 1981, p. 28).

Se o ambiente escolar não problematiza a questão e age como instituição religiosa, os propósitos de elevação da tolerância religiosa, de análise “objetiva” do papel social da religião como sistema de troca simbólica, tenderiam a se esvaziar levando consigo a disciplina enquanto conteúdo do currículo escolar brasileiro a tornando um desperdício de recursos públicos.

Para este trabalho foram utilizadas várias técnicas de pesquisa uma vez que não há uma base de dados capaz de produzir todas as informações sobre a temática. Desta forma aliou-se a pesquisa bibliográfica, averiguações em sites e consultas por e-mails, entrevistas, observações participantes e análises quantitativas de maneira a conseguir vencer o desafio de expressar o mais fielmente à realidade proposta.

O primeiro capítulo dessa dissertação aborda como se configura o cenário religioso nacional, como estão distribuídas as instituições e como a religiosidade flui destas instituições para o cotidiano dos indivíduos.

O segundo capítulo aborda como ocorrem às relações entre as religiões e as esferas políticas, econômicas e o conservadorismo. Para entender a relação com a política é utilizado o tema do aborto na campanha presidencial de

2010 e como entidades religiosas e seus líderes reagiram produzindo um impacto nos votos e no programa de governo da então candidata Dilma Rousseff. No mesmo capítulo utilizando a obra de Weber (2004) “Ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo” é exposto como essas relações podem afetar a esfera econômica e como o *ethos* de vocação profissional é produzido. Encerra o item uma análise da obra “Cilada das diferenças” escrita por Antônio Flávio de Oliveira Pierucci (2013) na qual se observa a relação existente entre o conservadorismo de direita no Brasil e com a temática religiosa.

O terceiro capítulo apresenta uma análise sobre o processo de reprodução social através do Sistema de Ensino de forma a produzir um panorama do modo nacional de Educação, esse quadro é aproximado da realidade escolar através da análise quantitativa utilizando os microdados da pesquisa Ações Discriminatórias no âmbito escolar produzida pelo INEP em 2008. Nela é possível perceber a composição religiosa da comunidade escolar bem como sua intensificação. Também é exposto, a partir de pesquisa bibliográfica, a relação existente entre mercado editorial e de capacitação de nível superior e a disciplina de ensino religioso.

O quarto capítulo apresenta, por meio de pesquisa bibliográfica e de Campo duas vertentes do modo de se fazer a disciplina de Ensino Religioso no Brasil. Primeiro é analisado a perspectiva adotada pelo Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso apresentado sua proposta de parâmetro curricular. Por último é apresentado a forma com que o Estado do Paraná produziu sua Diretriz e as implicações quantitativas produzidas.

CAPÍTULO 1

RELIGIOSIDADE BRASILEIRA

A religiosidade é uma característica social encontradas em vários povos do planeta, desde locais com alto índice de urbanização a ermos rincões ou ilhas “isoladas”. São amplos os exemplos e contribuições antropológicas neste sentido no qual homens se relacionam com um *além* dotado de poderes de controlar o humanamente incontrolável, organizar a sociedade e, para usar o termo do antropólogo Malinowski, suportar “os imponderáveis da vida”.

Com o avanço da ciência empirista a relevância, utilidade e até vida útil da religião em ambientes de predominância racionalista foi questionada. A declaração do Filósofo Alemão Friedrich Nietzsche dizendo que Deus estava morto poderia ser entendida como o velório das religiões. Contudo é possível observar na sociedade brasileira uma postura cuja esfera religiosa perpassa as relações econômicas, políticas etc. A possibilidade deste movimento histórico pode ser fruto: a) da não difusão dessas informações a todas as classes ou estamentos e ainda se restringe aos *lócus* acadêmicos; b) faltaram críticas e apontamentos que conseguissem substituir os efeitos obtidos pelas religiões; c) ou foi amplamente rejeitada, d) as religiões incorporaram a racionalidade aos seus cultos.

O sociólogo da religião Peter Berger afirma que:

Com certeza, a modernização teve alguns efeitos secularizantes, em alguns lugares mais do que em outros. Mas ela também provocou o surgimento de poderosos movimentos de contra-secularização. Além disso, a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso. Inversamente, instituições religiosamente identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam (BERGER, 2000, p. 10).

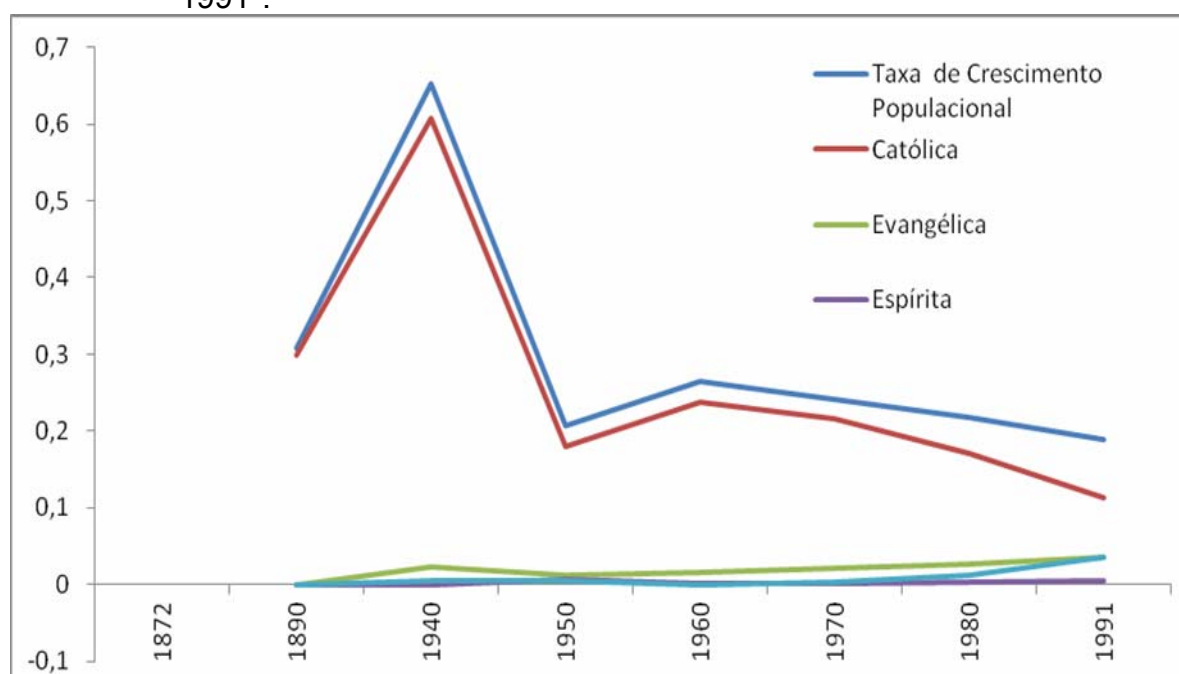
Esses movimentos de contra-secularização e a adaptação religiosa à racionalidade da modernização tem composto um ambiente de desenvolvimento religioso ao invés de retração.

Durkheim (2002, p. 104) afirma que:

[...] não podemos conhecer cientificamente as causas senão através dos efeitos que produzem [...] (a ciência) estuda o calor através das variações de volume que as mudanças de temperatura produzem nos corpos, a eletricidade através dos seus efeitos físico-químicos, a força através do movimento.

Desta forma para avaliar o grau de religiosidade nacional precisamos observar de forma indireta e tentar encontrar os efeitos dessa forma de pensar os espaços e o poder. A figura 1 demonstra que no Brasil as taxas de crescimento populacional e de religiosos são iguais, isso indica a manutenção quantitativa dos religiosos.

Figura 1 – Taxa de crescimento religioso e populacional do período de 1872 a 1991⁵.



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014).

Com esses índices é possível afirmar que a população brasileira é declaradamente religiosa, contudo o problema dessa conclusão não é o simples fato de se dizer pertencente a quadros institucionais, mas também como essa identidade coletiva permeia as relações sociais principalmente nas instituições Estatais que representam legalmente esses indivíduos. Uma dessas instituições, e recorte desse trabalho, é a Escola. Caso a legislação nacional que torna a educação básica

⁵ O gráfico acima é uma adaptação das duas tabelas citadas acima e ajusta a taxa de crescimento numérico em relação ao crescimento da população. Desta forma os valores percentuais de crescimento religioso se referenciam a quantidade populacional levantada pelos censos dos respectivos anos.

obrigatória fosse cumprida, ela seria um local onde todos os cidadãos, a partir de 4 anos, teriam ao menos 13 anos de relação direta. A esperança de vida no Brasil apresentada pelo IBGE em 2010 foi 73,48 (IBGE, 2011) anos, desta forma cada pessoa passaria ao menos 17,6% de sua vida em uma relação escolar como estudante. Se adicionarmos a média de filhos averiguada no mesmo Censo (1,9 filhos) esse tempo de relação pelo menos dobraria, desta vez sobre outra forma de relação, a de pais de alunos.

A religiosidade é uma entre as características nacionais facilmente observadas nos cidadãos brasileiros. O número de templos, estátuas de santos/líderes religiosos, cidades de peregrinação religiosa, canais de TV e rádio, símbolos religiosos carregados no corpo como camisetas, guias, patuás, medalhas, crucifixos, terços e até tatuagens, candidatam essa expressão espiritualista como uma das características constituidoras da 'identidade' nacional. Identidade essa pensada no sentido Moderno.

Ainda que esta forma de caracterizar um grupo ou um coletivo seja criticada, neste trabalho sua utilização terá o sentido de apenas expressar um "modo de ser" próprio suficientemente "findado" em si ao ponto de ser possível contrastá-lo com outros 'modos de ser'. Para evitar desentendimentos hermenêuticos ao mesmo tempo em que seja respeitada toda a discussão sobre a existência de uma identidade única, plena de uma homogeneidade capaz de conter em si elementos iguais/semelhantes, a palavra será utilizada entre aspas. Esta forma adotada não tem a intenção de fugir dos desafios trazidos pela ação de caracterizar, esta opção é feita por ser o objetivo deste texto um dos componentes deste conceito e não ele próprio, assim, a "identidade" será compreendida e apenas se realçará um de seus múltiplos componentes no caso dessa pesquisa.

Também é importante apontar como o conceito de religiosidade será aplicado e qual sua diferença para o termo religião. Willaime (2012, p. 44) afirma que:

Simmel distingue, rigorosamente, as diferentes formas de interações sociais de seus conteúdos, e apresenta sua sociologia como uma ciência "formal" que estuda as diversas formas de socialização. Assim a religião surge, em sua análise como um modo possível de interação social que, na realidade, pode se aplicar a qualquer tipo de conteúdo. Como a arte, a ciência, a política ou a economia, o religioso constitui uma forma específica de interação social *sui generis*, que, ao longo da história, pode adotar diferentes facetas.

Descolada das instituições religiosas, o conceito proposto por Simmel, permite, como o próprio autor fez, o trasbordo do seu significado para outras expressões sociais metafísicas como a arte. Deixando de ser uma expressão exclusiva de fenômenos de contato entre humanos e suas divindades, a religiosidade é um sentimento produzido pelas interações sociais e suas manifestações nem sempre correspondem a uma liturgia ritual normatizada por uma instituição de pertença. Em alguns casos sua expressão se manifesta como uma composição feita de liturgias rituais de diversas instituições. Um exemplo disso é o giro dançante observado em alguns cultos de Protestantes Pentecostais e em terreiros de Candomblé. O ato de dançar performaticamente similar ocorrido nas duas instituições caracterizadamente como distintas e matrizes diferentes (africana e cristã protestante). Ao mesmo tempo, ainda que a similaridade sugira uma relação de causa-efeito na qual uma instituição tenha se 'apropriado' da expressão da outra, ou seja, um sincretismo ou assimilação ritual, não pode-se esquecer que os dançantes podem, ou estão, sofrendo influências de outros agentes de produção de expressões corporais como por exemplo a arte midiaticizada. Assim, a própria performance da dança pode não ter uma coreografia tradicionalmente definida para um dado ato religioso, o dançar também pode ser 'espontâneo' e essa característica composta por coreografias importadas de shows musicais, peças teatrais e toda a infinita gama de exposições a qual o ator da performance já presenciou e que o inspira. Essa bricolagem⁶ entre arte e religião, e, religião africana e religião cristã protestante; demonstram como o dançar ritual pode ser um exemplo de como o ato institucionalizado é dependente do ator e este de seu background de informações.

Dada essa dificuldade de conter a religiosidade dentro dos muros institucionais da Religião, seu caráter também não é exclusivo ou se restringe ao contato com o Sagrado/Místico. Como produto da sociedade, que por sua vez segundo o autor é "a rede complexa e variável das associações transitórias entre indivíduos que interagem" (SIMMEL, 2010, p. XV), a religiosidade pode ser e é

⁶ O termo *Bricolé* utilizado segue o proposto pelo antropólogo Levi Strauss (2011, p. 33-34) "[...] o *bricoleur* é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para dar execução ao seu trabalho necessita da matéria prima." Assim o *bricoleur* religioso seria aquele que utiliza e resignifica os conjuntos já existentes de ritos, objetos, expressões e os aplica em seu sistema de crença formando novas combinações com os mesmos 'ingredientes'.

expressa em outros 'modos de vida'. "O religioso é, afinal de contas, um ponto de vista, ao lado de outros, sobre a realidade, uma forma por meio da qual, em uma linguagem própria, é expressa 'a totalidade da vida'." (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 134-135). Portanto, a Religião entendida por Simmel é uma entre as varias formas de ordenar a realidade percebida, é uma totalidade, ela "[...] emerge na vida social como uma esfera de conteúdos simbólicos funcionalmente diferenciada e culturalmente especializada..." (SIMMEL, 2010, p. XIX), uma forma social que é preenchida pelo conteúdo da religiosidade, sua função principal é:

[...] "significar um mundo inteiro, dotado de suas leis próprias e acabado em si mesmo" e como as outras "grandes formas de existência", ela deve experimentar sua capacidade de exprimir em sua linguagem a totalidade da vida (R, 10). Em outras palavras, o religioso não constitui para Simmel um setor particular da realidade social, que se justapõe ao outros, mas uma formalização de toda a vida que, na realidade, existe ao lado de outras formalizações. (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 133).

Essa 'proximidade' entre as formas de semiótica-existenciais-totalitárias nem sempre resulta em relações harmoniosas, por vezes há concorrência ou incorporação das outras formas dentro da esfera escolhida. Por exemplo, a Religião tem seu próprio jeito de significar a Política ou Economia e da mesma forma o oposto ocorre. A religião atribui através de uma ética ou moralidade suas categorizações próprias sobre as ações políticas ou econômicas, os critérios internamente convencionados são produzidos com base em hermenêuticas *sui generis* que são dotadas de temporalidade, ou seja, se modificam historicamente e ainda possuem uma faceta dependente do grau de interação dos líderes (hermeneutas) com as outras esferas. Essa característica é fundamental para a compreensão dos fenômenos religiosos, pois a realidade religiosa é um produto próprio artesanalmente esculpido na História e expressado individualmente em um 'Campo'⁷ não delimitado espacialmente, a saber, o Campo da interação social. Essa *linguagem que expressa uma totalidade* como proposto por Simmel, foi sintetizada por Willaime (2012, p. 46) como:

⁷ Conceito de Campo desenvolvido por Pierre Bourdieu.

A religiosidade seria, na verdade, um ponto de vista sobre a realidade equivalente a outros pontos de vista, uma forma através da qual, com uma linguagem própria, se expressa “a totalidade da vida” [...] a religiosidade seria, para ele, um modo particular de sentimento emocional que ele designa pelo termo “devoção”.

Essa devoção, que em alguns textos aparece também como piedade, não é apenas o que preenche a religião, mas o que lhe dá forma e lhe confere as ‘bordas’ e seus respectivos limites, sem, contudo ter essa obrigação ou finalidade. O sociólogo alemão afirma que “A piedade, que é de algum modo a religiosidade em estado fluido, não tem necessidade de ir até a forma sólida do comportamento em relação aos deuses, até a religião.” (SIMMEL, 2010, p. 40). Essa relação entre estados da matéria (sólido e líquido) sugere a religiosidade, como indicam Hervieu-Léger e Willaime (2009), como uma disposição da alma ou um humor. Tal fato se relaciona bem com a citação acima da não necessidade de uma teleologia para a religiosidade, segundo eles:

Para Simmel, tudo é suscetível de ser tornar religioso, e nada é religioso em si mesmo: “O estado de alma religioso não torna nenhum conteúdo determinado logicamente necessário” e “nenhum conteúdo possui em si só a necessidade lógica de se tornar religião” (R, 111). Essa concepção destaca em particular “o sentimento religioso de qualquer ligação exclusiva com objetos transcendentais. Ele é uma infinidade de relações sentimentais com objetos muito terrestres, homens ou coisas, que podemos designar como religiosas” (R, 112) (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 137-138).

Por conta desse caráter da religiosidade “Podemos ser piedoso sem religião, assim como podemos ser artista sem obra de arte”. (HERVIEU-LÉGER; WILLAIME, 2009, p.137).

Com esse conceito de religiosidade é possível olhar para as relações religiosas nacionais e não mais estranhar as ‘incoerências’ dogmáticas e os sincretismos já catalogados e apresentados por vários autores. Esse modo peculiar permite observar o fenômeno religioso sem as amarras dogmáticas institucionais ou classificação unilateral dos atores como se suas pertenças fossem rígidas e exclusivistas, ao mesmo tempo em que possibilita a observação na dinâmica do fluxo histórico que acelerou no país após a década de 1970 com a utilização midiática pelas religiões e do crescente acesso em massa da internet, a partir de

1990, como plataforma de expressões religiosas dos fiéis. Também é possível entender como 'naturais' as trocas rituais que acontecem entre os entes religiosos sem admitir que o sincretismo seja algo valorativo, ou seja, sincretismo não é bom ou mal, é um componente da religiosidade nacional, um *bricolé* com os mitos.

Uma vez que as interações sociais ocorrem no contato entre os indivíduos que não vivem espacialmente em uma esfera/redoma religiosa (há poucas iniciativas religiosas de reclusão social de forma integral) as trocas, negações, assimilações, reinterpretções do que se acredita é hodiernamente construída/desconstruída ou reafirmadas/negadas nas ações dos indivíduos nos seu cotidiano. Essa fluidez relacional aponta para uma relação da crença não por sua face ritualista institucional, mas sim para sua concepção ética/moral.

O Prof. Dr. Acácio Sidnei Almeida (PUC/SP) na mesa redonda: A religião de matriz africana e a religião na África, promovida pelo Núcleo de Estudos Afro Asiáticos (NEEA) no dia 13 de Novembro de 2013 na Semana da Consciência Negra da Universidade Estadual de Londrina (UEL) fez uma afirmação que exemplifica muito bem a ideia proposta por esse texto, ele disse sobre o candomblé “[...] o candomblé é 30% ritual e 70% são as outras coisas” (ALMEIDA, 2013) Essa frase não tinha a intenção de quantificar (como se fosse possível) precisamente a diferença entre prática religiosa institucional e *ethos* religioso. Não tinha também o objetivo de demonstrar a existência de uma cisão entre uma coisa e outra, mas simplesmente apontar para o fato de que o candomblecista se ocupa ou se deixa consumir (em tempo, devoção, economia e etc) muito menos pelo rito do que pela ética religiosa. Ou seja, para o professor a maioria das expressões de religiosidade candomblecista não ocorrem nos terreiros ou casas de santo. Os ritos não são os confinadores das expressões, suas múltiplas formas evidenciam a totalidade de mundo experimentada no modo de viver da religião também fora dos momentos estritamente religioso, é preciso ter a compreensão holística de como o rito expressa a ética e como a ética se fortalece no rito sem divisões ou cisões. Entender o rito como a totalidade da expressão é perder ‘70%’ do que é de fato a religião.

É justamente esse “modo de viver ético”, “humor”, que interessa a esse capítulo. Pois se as a maior parte das expressões religiosas ocorrem nas interações sociais, ou seja, no Campo da vida e não se restringem exclusivamente no *locus conferido* à religião, essa ética também pode fundamentar junto com outras

éticas produzidas pelas demais esferas sociais, as ações dos indivíduos no cotidiano.

Outro importante estudioso das religiosidades corrobora com esta noção. O prof. Dr. Vagner Gonçalves Silva (2013) em palestra proferida no VII Congresso Nacional do Ensino Religioso (CONERE) afirma que:

[...] as religiões não são constructos dados, elas são campos extremamente amorfos, por mais que as instituições religiosas queiram delimitar esses campos, a experiência das pessoas no cotidiano faz com que essa religião seja, sobretudo uma experiência de vida e, essa experiência de vida não tem campos bem delimitados, o que vemos no Brasil é exatamente isso (SILVA, 2013).

Desta forma fica muito difícil identificar quando o fiel está expressando sua ética religiosa e quando está sob a influência de outras éticas, pois no Campo da vida várias instituições ou tradições interagem fornecendo informações/normas de conduta para os indivíduos. O entendimento dessa limitação é importante para compreendermos as relações ocorridas no âmbito escolar principalmente no objeto desse estudo, a disciplina de Ensino Religioso. Uma vez que não há um confinamento das expressões religiosas aos templos e aos momentos rituais, as práticas religiosas podem ocorrer nos contatos pessoais estabelecidos, na exposição de símbolos que revelam a pertença e, até mesmo no lecionar. Esse panorama já adianta que práticas proselitistas podem ocorrer em todo espaço e tempo usufruído nas Escolas e pode ser praticado por todos os atores envolvidos, porque são estes os agentes carregados das convicções de *totalidade de vida* e não a estrutura física.

Contudo identificando a dupla hierarquia existente na Escola: a primeira sendo a etária uma vez que há uma diferenciação nítida entre pelo menos dois grupos: adultos e crianças/adolescentes, e a segunda em relação a propósito/função no ambiente, os adultos se encarregam e se apresentam como portadores dos saberes a ser transmitidos enquanto que o grupo das crianças/adolescentes se colocam como aqueles que iram 'receber' tais saberes⁸, podemos entender o grupo dos profissionais de ensino como foco em nossa busca

⁸ Sabe-se que esse conceito rígido de escola com uma hierarquia rígida e conteúdos fluindo em um único sentido não são inteiramente verdadeiras como demonstram várias e corretas Teorias sobre aprendizagem. O que se pretende com essa fala é simplesmente demonstrar os papéis socialmente atribuídos a cada ator em questão.

por compreender as práticas proselitistas. Tal fato ganha maior destaque ao se identificar no currículo escolar uma disciplina que aborda justamente questões religiosas. Como disciplina ela possui normas e conteúdos estabelecidos, quais seriam esses balizadores burocráticos e, seriam capazes de conter a Fluidez religiosa exposta nesse tópico? Para iniciar a busca para essas respostas primeiro propõe-se conhecer como andam as relações religiosas entre as instituições estabelecidas e qual a intensidade religiosa nacional.

1.1 MAPA RELIGIOSO NACIONAL

Carlos Rodrigues Brandão (2004) apresenta o cenário de variabilidades das matrizes religiosas nacionais. Relatando sua observação de campo ocorrida na semana da ECO 92, o antropólogo propõe a construção de um mapa para 'organizar' as expressões religiosas do território brasileiro, contudo tamanha diversidade e fluxo complicam muito a tarefa. Desta forma a primeira proposta para a verificação das identidades religiosas nacionais passa por critério qualitativo.

Tomado no seu todo e na multiplicidade de suas diferenças, existem muito mais alternativas de afiliação religiosa. Afora as religiões, confissões e igrejas tradicionais e mais visíveis, como o Cristianismo Católico e o Evangélico (não-pentecostal e Pentecostal), o Judaísmo, o Espiritismo Kardecista e outras, é a cada dia mais viva a presença de antigas religiões orientais revisitadas e recém-estabelecidas no Brasil (o Budismo em suas diferentes variações seria o melhor exemplo) ao lado de neoreligiões de tradição oriental e, em menor número, ocidental. Como seria possível descrever este universo rico e diferenciado, **não tanto pela quantidade de semelhanças, mas pela qualidade das diferenças?** (BRANDÃO, 2004, p. 264, grifo nosso).

A pergunta feita pelo antropólogo sugere um caminho demonstrando o quão rico em diferenças é o cenário brasileiro. Brandão (2004) procura demonstrar que se há algo possível de ser padronizado como ideal no Brasil seria as diferenciações e tendências de ampliação destas. Há um interesse denominacional em não ser confundido com o Outro e para respeitar essa forma de ser o autor sugere pelo título de um de seus artigos tratar as várias religiões como "sistemas de sentido", pois nem todas estão ou serão institucionalizadas. Essa

desinstitucionalização de algumas expressões de fé existentes que por vezes se mesclam com as institucionalizadas produzem muitas dificuldades em pesquisas quantitativas e impedem a utilização de um conceito único de Religião nacional. Para aproximar certos sentidos de crença de outras e assim constituir seu mapa, Brandão (2004) utiliza critérios fornecidos pelos sistemas de crenças de cada grupo. Desta forma ele aproxima Candomblé, Umbanda e Espiritismo das religiões Indígenas por suas relações com a possessão.

O que existe em comum entre todas elas? Talvez o princípio da comunicação entre deuses e homens e entre vivos e mortos através de meios mais diretos e em situações mais frequentes do que em outras religiões. Todas elas, cada uma a seu modo e com base em seus mitos e teologias, **aceitam a possessão como o modo mais adequado por meio do qual uma divindade, o espírito de mortos ou outros tipos de seres, entram em comunicação com os humanos vivos**, incorporando-se ao seu ser, falando através de seu corpo, induzindo-os a tipos peculiares de comportamentos, dentro de cerimônias rituais ou fora delas (BRANDÃO, 2004, p. 266, grifo nosso).

Outro critério elencado serve para organizar sistemas menos conhecidos e mais novos como: “A Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, O Vale do Amanhecer, e a Legião da Boa Vontade” (BRANDÃO, 2004, p. 267) para esse grupo além da incorporação há também o aspecto da mediunidade.

Se as coloco ao lado direito das religiões tradicionais de possessão, deixando o Espiritismo Kardecista em sua linha de fronteira, é porque todas elas evocam os dois traços constitutivos dos sistemas confessionais anteriores: **a possessão e a mediunidade**. Isto é, a evidência do poder da relação sagrada na incorporação de espíritos de outros humanos ou de seres divinizados em agentes e/ou adeptos do grupo religioso; a necessidade da qualificação de agentes religiosos, realizada através de um “desenvolvimento de mediunidade” para a adequada e eficiente relação de possessão (BRANDÃO, 2004, p. 267, grifo nosso).

Contendo a maior parte dos brasileiros, o cristianismo exposto por Brandão (2004) apresenta peculiaridades. O autor apresenta duas principais. A primeira diz respeito às religiões como Mórmons, Testemunhas de Jeová, Adventistas que não são cristãs no sentido *stricto*, mas tem formato dogmático e estrutural parecido, assim Brandão não classifica pelo dogma e sim pela semelhança

organizacional com as religiões tradicionais cristãs. A segunda peculiaridade do cristianismo são suas versões populares. Ele afirma:

[...] catolicismo popular possui tantos matizes quantas são as culturas em que vivem as suas pessoas reais: no campo ou na cidade, na Amazônia ou em Minas Gerais, em áreas de uma marcada influência de tradições negras, como a Bahia, ou de migrantes italianos, como em São Paulo (BRANDÃO, 2004, p. 267).

Essa forma de expressão é muito importante para a compreensão da religiosidade nacional, pois evidencia a prática de apropriação do institucionalizado segundo necessidades geo-tradicionalmente existentes. No artigo intitulado “Somos índios crentes” o antropólogo e professor Dr. Flávio Braune Wiik (2010) relata como os índios Xokleng (Jê) residentes em Santa Catarina ao entrarem em contato com a proposta religiosa protestante pentecostal da Assembléia de Deus, resignificaram os novos dogmas exógenos, os adequando às suas tradições a tal ponto que, julgaram a si mesmos, usando as ideias dos protestantes, como mais puros do que seus ‘mestres’ os acusando inclusive de não serem verdadeiramente crentes por faltar nos evangelistas, os traços tradicionais Xokleng. Essa apropriação, ressignificação e ruptura com o grupo fornecedor da apropriação não é exclusividade indígena. Montes (2012, p. 48, grifo nosso) evidencia o mesmo fenômeno no Catolicismo:

Os estudiosos das religiões sempre reconheceram no Brasil, desde os tempos coloniais, a curiosa mistura por meio da qual uma Igreja católica plenamente atuante na vida pública graças ao seu vínculo com o Estado, capaz, portanto de promover a legitimidade do poder ou gerenciar a economia moral da propriedade privada, ainda que esta se referisse a outro ser humano, o escravo, foi igualmente **capaz de acomodar-se ao etos da sociedade em que se inseria e assim incorporar sistemas de crenças particularistas e locais, adaptar-se a devoções de cunho privado e mesmo incentivá-las**, como no caso das confrarias e irmandades, ou criar práticas religiosas e devocionais de marcada característica intimista como a que se traduz, por exemplo, nos ex-votos populares encontrados por toda parte no país.

A autora ao descrever as festas e celebrações do Brasil colonial aponta várias ocorrências de sincretismos entre tradição e regionalismos e chega a afirmar essas negociações entre dogma e folclore foram importantes para um censo de unidade nacional entre os diversos grupos existentes no país.

Ele (catolicismo) fora capaz de sobreviver precisamente por sua capacidade de soldar num mesmo todo o alto e o baixo, as elites e a grossa massa do povo, tendo por mediação fundamental esta forma por excelência sensível, sensual, essencialmente estética, de transmissão de um ethos e de uma visão de mundo, representada pela festa. Graças a ela fora possível unir numa mesma totalidade de sentido de pertencimento o colonizador e o colonizado, o europeu e o indígena e o africano, o senhor e o escravo, com todas as ambivalências e ressignificações que esse processo comporta, porque a festa, nesse catolicismo, sempre se recusara a separar o sagrado e o profano, a forma erudita da cultura e sua difusão de massa, o local e o universal, o público e o privado (MONTES, 1998, p. 110)⁹.

Sabemos que no início do XX o processo de Romanização da Igreja Católica tentou como pôde ‘desmistificar’, reordenar e promover sentidos de fé aos seus fiéis ancorados nas bulas Papais e direito canônico da igreja de Roma, categorizando o catolicismo oriundo do Regime do Padroado Régio como secundário e até herege, contudo apesar dos inúmeros esforços e ações não foi possível exterminá-lo.

Voltando as classificações de Brandão (2004) ao lado do Catolicismo no mapa das religiosidades brasileira, o autor sugere inserir os protestantes de missão, esse qualificador (missão) dado ao grupo é fruto de uma classificação originária em uma ação protestante conhecida: o conversionismo. Brandão evidencia dois grupos de protestantes por esta prática.

Os primeiros, concentrados mais no Sul do Brasil, estão situacionalmente próximos das religiões de minorias étnicas. Eles não se preocupam muito com trabalho de conversões para fora das fronteiras de seus grupos étnicos (alemães, ingleses etc. e descendentes) e, em vários casos, o círculo cultural da religião confunde-se com o da comunidade étnico-cultural. Ao contrário, os primeiros evangélicos “de missão” vindos da Europa e dos EUA chegaram ao Brasil para instaurarem uma presença religiosa ativa e francamente proselitista dirigida a um trabalho evangélico de conversão entre “os brasileiros”, em um país então considerado como “terra de missão”. Entre eles estão, entre outros, os Presbiterianos, os Congregacionais e os Metodistas (BRANDÃO, 2004, p. 269).

⁹ Nota 83 J. BENCI, Economia cristã dos senhores no governo dos escravos.

Nota 84 G. FREYRE, O mundo que o português criou.

Nota 85 E. HOORNAERT, Formação do catolicismo brasileiro, e E. HOORNAERT e outros (Org.). História da Igreja no Brasil.

Desta forma é possível notar dois grupos de protestantes divididos por sua tendência de influenciar e de buscar expansão institucional. O autor ainda aponta que dentro do protestantismo de conversão há outras divisões: os pentecostais, os não-pentecostais e os neopentecostais. Há atualmente inúmeras denominações protestantes em acirrada disputa por hegemonia e monopólio da hermenêutica do sagrado cristão, o conflito pode ser cotidianamente notado sem esforço.

Ainda que os maiores e mais visíveis sistemas de crença sejam importados, também produzimos grupos autenticamente nacionais. O Santo Daime e a União Vegetal são exemplos. Critério de organização do autor neste caso é sua relação com o campo e floresta e a utilização de uma substância (*ayahuasca*) como mediador do transe.

São casos, não raros no cenário da vida espiritual brasileira, em que uma neotradução de vida religiosa surgida no campo ou na floresta e criada através da iniciativa de agentes francamente populares, ou de pequena classe média (como é o exemplo da Fraternidade Espiritualista e da Vale do Amanhecer) migra para a cidade e conquista adeptos de vocação cultural bastante mais erudita, não raro, universitária (BRANDÃO, 2004, p. 272).

Brandão (2004, p. 273) termina seu mapa com religiões com “vocação urbana, trazidas quase todas de fora do País em anos mais ou menos recentes. Tanto por seus adeptos quanto pelas outras pessoas elas costumam ser consideradas como “religiões orientais”. São exemplos dessa categoria instituições como: “a Seicho-No-Iê, a Perfect Liberty, a Igreja Messiânica [...] a Fé Bahá’í, a Hare Krishna, o Sufismo, a Ananda Marga e a Brahma Kumaris” (BRANDÃO, 2004, p. 274).

Percebemos então o rico cenário religioso nacional que conta com religiões urbanas, de floresta, conversionistas, missionárias, de possessão, mediunidade, popular e algumas utilizadoras de produtos mediadores. Todas essas variações dizem respeito às seus limites externos e servem de parâmetro avaliativo para distinções entre elas, sabe-se porém que algumas destas citadas apresentam outras cisões internas exponenciando esse cenário posto. Conclui-se então que uma proposta de ensino que vise abordar as religiosidades como é o Ensino Religioso

tem um grande desafio se quiser ser fiel à realidade nacional. Como dar conta de tão vasto Campo.

1.2 RELAÇÕES RELIGIOSAS NO BRASIL

Para percebermos o clima dos relacionamentos entre os vários atores do cenário religiosos precisamos compreender a perspectiva de crença dentro do Mito expresso por Camurça (2009, p. 176):

A noção de crença, dentro do mito, difere radicalmente da racionalidade ocidental, na qual a crença diz respeito a conjecturas, especulações de um sujeito em direção ao desconhecido, ao não palpável e provado. A crença dentro do mito, ao contrário, é de caráter totalizante, um dado que se impõe, pois o mito preexiste e preenche toda a realidade. Não se concebe um sobrenatural, pois tudo é percebido como natural.

A proposta apresentada permite compreender os vários sincretismos que ocorrem, bem como possibilita entender as disputas existentes e a atuação concorrencial do mercado de bens de salvação brasileiro. Construir as relações entre as crenças nacionais partindo do Mito naturalizado da existência de algo além do humano quer sejam identificados como figuras possuidoras de corpo como: entidades, anjos, ancestrais, deuses; ou energias, filosofias é um ponto importante. Conceber o Sagrado como natural possibilita partir da premissa *quase* universal de que todo brasileiro se expressa religiosamente, quase porque conforme já apreendido com Brandão (2004) não podemos observar a religião por aspectos quantitativos. A Tabela 1 indica o percentual de agnósticos e ateus no País.

Tabela 1 – Percentual de Sem religião por Região em 2010.

Região	Sem religião - Ateu	Sem religião - Agnóstico	Total
Brasil	0,32	0,07	0,39
Paraná	0,3	0,06	0,36
Londrina	0,41	0,11	0,52

Fonte: IBGE (2013).

Essa informação é relevante, pois demonstra aqueles que de uma maneira direta não se encaixam na proposta apresentada por Camurça (2009).

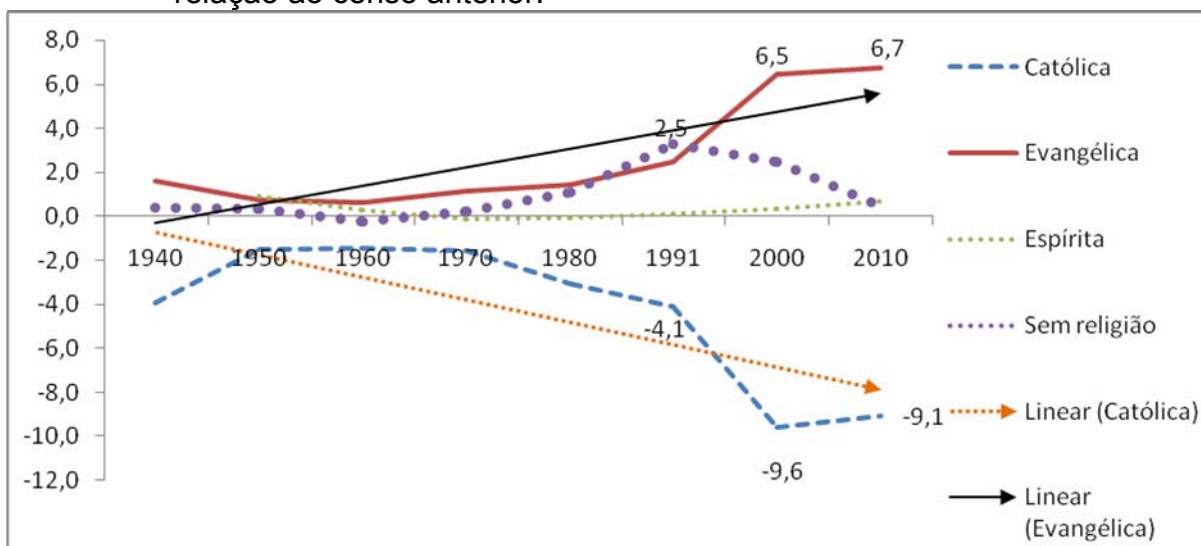
Como esses valores são muito baixos é possível notar a capacidade religiosa dos brasileiros. A noção de crença dentro do Mito ajuda na compreensão das relações religiosas nacionais por produzir a base necessária para a Comunicação entre as diversas denominações. Essa comunicação funciona com a importação de divindades/performances/vestimentas/liturgias/ritos 'alheios' (sincretismos) ou negação de suas eficácias. Dificilmente o sagrado do Outro é posto na região da não existência, o mais comum é sua ressignificação dentro da estrutura *sui generis* da religião 'combatente'. Para exemplificar pode-se usar a relação existente entre a IURD e o Candomblé. É nítida a relação de ressignificação sem negação. A IURD interpreta as entidades Afro como opositores da sua divindade e cria ritos e normas, exclusivos, com os quais garante a anulação da eficácia e poder de ação das entidades Afro sobre seu fiel. Desta forma, o rito do Outro acaba por ser o constituidor da estrutura litúrgica/simbólica/ritual daquele e mesmo que seja criado uma hierarquia de poderes e forças entre as divindades cridas, não existe a postura de ignorar totalmente a existência, apenas de atenuar/sobrepôr/tornar diminuto/sobrepular tais divindades. Essa ação comunicativa é importante, pois fideliza o 'crente' aos ritos, pois estes têm eficácias temporárias e precisam ser constantemente renovadas nas liturgias.

No Brasil percebemos então que o mundo místico é um só, ele existe no ideário dos indivíduos e é nele que ocorrem as relações entre as divindades/sagrado das mais variadas religiosidades. Quando essa relação é de proximidade ocorre o sincretismo, contudo o próprio conceito não é muito bem aceito pelos religiosos que sempre tendem a defender a 'pureza' do seu em detrimento do Outro, assim, o sincretismo é algo observado por um externo a religião e não ao próprio fiel, porque ainda que seja possível ver uma imagem de Nossa Senhora (católica) em um terreiro de Candomblé, neste ela terá outro nome, outra função, outra identidade e outros poderes, ou seja, o observador externo vê apenas a forma religiosa quando o que importa é o conteúdo. Sincretismo então passa a ser as formas/ritos compartilhados entre as religiões e, no Brasil são muitos.

Esse processo de perceber 'seus' símbolos/ritos sendo usados por Outros ao mesmo tempo acirra a rivalidade e produz internamente uma intensa dedicação pedagógica no processo de demonstrar, através do ensino, as diferenças existentes e o porquê o conteúdo do Próprio é o mais adequado do que o do Outro, ou em termos religiosos, quem tem a Verdade e a legitimidade de manuseá-

la/manipular. A História nacional recente viveu e ainda vive um tempo de disputas em vários sentidos: a) política pela implementação dos direitos Constituintes; b) políticas econômicas para acesso as riquezas produzidas, c) por igualdade de raças e gênero. Houve vitórias contra a ditadura, a implantação de direitos e liberdades, um avanço importante na economia, todos esses (e outros) fatores sugerem que estamos em uma fase de transição histórica, um tempo onde vários aspectos constituídos são questionados ou substituídos, e essas transições não excluem as religiosidades. Um exemplo claro disto é a ascensão do Protestantismo¹⁰ e a queda, numérica, dos fiéis Católicos.

Figura 2 - Taxa de ganho/perda de representação populacional brasileira em relação ao censo anterior.



Fonte: IBGE (2012b).

Na Figura 2 é possível perceber um crescimento constante do Protestantismo em todo período apresentado. Ficam nítidos quatro momentos de sua presença no território nacional. De 1940 a 1960 é possível traçar uma linha decrescente que se altera suavemente para crescente até 1980. A década de 90 ocorre um 'boom' que mantêm uma taxa de crescimento acima de 6% na última década. O 'boom' protestante tem aparentemente o mesmo ângulo α (invertido) do Católico sugerindo uma migração religiosa (conversão), contudo em 2000 o avanço foi estabilizado e houve uma pequena diminuição na taxa de perda do Catolicismo na última década (de -9,6 para -9,1). Esses dados demonstram um fluxo de fiéis

¹⁰ Termo usado segundo a classificação de protestantismo dada pelo IBGE. Soma de todas as variações internas do seguimento religioso.

entre as matrizes cristãs que não ocorre 'pacificamente'. Pode ser coincidência, mas o 'boom' protestantes ocorre justamente no período de abertura econômica e de democratização do país.

Maria Lucia Montes (1998, p. 70) aponta que a expansão do movimento protestante trouxe "um envolvimento cada vez maior e mais complexo por parte das igrejas (protestantes) com o mundo social, sua busca de controle dos instrumentos de riqueza e prestígio, e a disputa aberta de posições de poder na vida pública, graças à participação direta na política".

Sobre essa busca de poder e controle por parte dos protestantes, Pierucci e Prandi (1996, p. 30) acrescenta que "a política só interessa como caminho pelo qual a religião, e, portanto a redenção do mundo, se aproxima do poder para dele tirar proveito e abrir com maior eficácia seus canais de comunicação [...]". Assim é possível perceber que a democratização brasileira produziu acesso às religiões antes não representadas em seu âmbito, ela iniciou a decadência do monopólio e influência Católica Apostólica Romana nas questões do Estado brasileiro. Contudo não foi apenas no aparelho estatal que Igreja de Roma perdeu espaço, a forte tendência proselitista protestante angariou fiéis dos bancos dos seus templos uma vez que e o acesso ao poder Estatal lhes conferiu possibilidades para contabilizar novos adeptos.

Esse movimento de conversão de Católicos se iniciou após a Segunda Guerra Mundial:

[...] com a irrupção de um novo tipo de protestantismo de massa, que passa a crescer de uma maneira assombrosa com base nos grupos pentecostais "[...] rapidamente se implantam e passam a ganhar centenas de milhares de adeptos em velocidade crescente, sobretudo entre as camadas mais modestas da população (MONTES, 1998, p. 82).

O movimento ideológico de conversionismo, aplicado pela Igreja Católica no Brasil Colônia com os Jesuítas no pós-concílio de Trento (o concílio da contrarreforma), se volta contra ela mesma no século XX no Brasil, nos dias em questão, é o protestantismo quem busca fiéis em rincões ermos ou cidades e os indígenas sedem seu protagonismo no papel de caçados à seus antigos caçadores. O protestantismo brasileiro pós-segunda guerra mundial objetivou converter, principalmente os Católicos.

Com seu monopólio no mercado de bens de salvação ameaçado, a instituição Romana inicia um processo de adaptação ao novo modelo de fé que se instituiu no Brasil. A Renovação Carismática Católica “nascida nos Estados Unidos em 1967 com chegada ao Brasil em 1971.” (MONTES, 1998, p. 81), é um movimento de resposta institucional aos moldes do concílio Tridentino, uma forma de reafirmar a fé Romana através das linguagens midiáticas disponíveis e que estavam sendo utilizadas com sucesso pelos protestantes. Esse movimento também visa à conversão de protestantes e como seu próprio nome diz, renovar seus membros com uma espiritualidade pentecostalizada.

Esta tendência conversionista das religiões com maior número de fiéis no país corrobora com a afirmação de que “o mundo de hoje é tão ferozmente religioso quanto antes.” (BERGER, 2000, p. 10). E essa voracidade não existe apenas em documentos apologéticos ou pregações “inflamadas” de ambos os lados, elas se fazem presente nas relações sociais dos indivíduos, nas suas relações afetivas, de trabalho e comunitária. A “guerra santa” pode ser vista não apenas na Tv com pastores chutando/diminuindo a importância/combatendo símbolos sagrados Católicos, mas também em adesivos de carros, nos versículos bíblicos colados nos armários das salas de professores dos colégios de Estaduais, nas bíblias abertas e crucifixos pendurados nas secretarias. A escola virou um dos palcos da dramaturgia proselitista brasileira.

Diante de um mundo que é “tão ferozmente religioso quanto antes” (BERGER, 2000, p. 10) e no qual “as comunidades religiosas sobreviveram e até floresceram na medida em que tentaram se adaptar as exigências de um mundo secularizado” (BERGER, 2000, p. 11), como a Igreja Católica no início do século XX no Brasil, passaram a buscar inserção e desempenhar vosso proselitismo por meio dos seus membros nos diversos setores da sociedade brasileira, tais como: política partidária, campo econômico e, com o destacado interesse dessa pesquisa, no sistema educacional.

Micelli (2009) aborda as estratégias traçadas pela Igreja Católica frente a proclamação da República em 1889. Essas ações evidenciaram como instituições tradicionais com peso histórico de normas e evidente protagonismo social ao se depararem com rupturas, como foi a perda do “monopólio legal que chegara a exercer sob diversos domínios da vida social” (MICELLI, 2009, p. 21), se articularam para garantir a manutenção de seu poder político. O autor aponta que o

processo de ‘estadualização’¹¹ ocorrido no pós 1889 proporcionou a ICAR os “[...] meios de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido com a separação (do Estado), driblando assim aquelas medidas impostas pelo governo provisório no intuito de cercear sua influência política.” (MICELLI, 2009, p. 28). Um desses meios foi à prestação de serviços para o Estado sendo um dos principais a Educação.

[...] a educação fora laicizada, a religião fora eliminada dos currículos e o governos, federal e estaduais, estavam proibidos de subvencionar escolas religiosas. Nada disso, entretanto, impediu que a prestação de serviços educacionais para as elites passasse a constituir a diretriz-mor da política expansionista seguidas pela organização eclesiástica. Apesar das sucessivas reformas do ensino empreendidas ao longo da República, contendo muitas vezes óbices consideráveis ao desenvolvimento do ensino confessional, e da concorrência crescente das escolas protestantes, o mercado de ensino secundário constituiu a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos eclesiásticos no período em apreço (MICELLI, 2009, p. 28).

Educar a elite sob sua moral teve uma eficiência muito significativa naquele momento de crise. Garantia o poder de forma indireta ao mesmo tempo lhe dava relativa autonomia, pois as ações estatais não poderiam mais interferir, diretamente, em suas iniciativas privadas. Desta forma a Educação republicana Brasileira ‘nascia’ sob a tutela religiosa. A ICAR a usou como uma forma de se manter hegemônica frente aos princípios de investidas protestantes e como mantenedora do *status quo* já adquirido. Através de Nunes (2012) é possível notar ainda nos dias atuais a existência deste pensamento fazendo o ambiente escolar um dos locais onde convergem os focos de agentes religiosos produzindo um Campo rico para pesquisas religiosas por conter os conflitos latentes em um grupo de indivíduos em processo de formação social. Nesse palco a disciplina de Ensino Religioso aparece como um objeto com um sentido difícil de ser definido, pois remete ao passado de aproximações entre o Estado e a ICAR: ou ao tempo da

¹¹ “As tendências descentralizadoras do regime republicano, ou melhor, os padrões de controle político associados à vigência da “política dos governadores”, a montagem dos partidos republicanos nos diversos estados e a autonomia considerável de que passaram a dispor os clãs oligárquicos em âmbito local e regional favoreceram sem dúvida ao processo de ‘estadualização’ das políticas implementadas pelos detentores do poder eclesiástico. Todas as capitais estaduais foram promovidas a sedes diocesanas para cuja gestão foram muitas vezes convocados elementos do clero originários de importantes grupos oligárquicos. O acesso e a familiaridade de trânsito junto a esses círculos constituíam trunfos indispensáveis ao levantamento de recursos nas proporções exigidas pelo vulto das despesas necessárias a formação do patrimônio diocesano.” (MICELLI, 2009, p. 26).

monarquia, ou no período pós-proclamação da República e mesmo no período de ditadura.

Como é possível notar, as relações religiosas no país apresentam uma característica de disputa. Primeiro por tentativas de ocupar a esfera política, como será apresentado no próximo tópico deste trabalho, visando a garantia legal da existência pelas estruturas Estatais, ora fornecendo serviço, ora se valendo delas. O caso das Escolas é pertinente justamente por mostrar essas dinâmicas dos agentes em sua relação com o Estado uma vez que foi um dos alvos religiosos, principalmente os cristãos, nos últimos séculos. Uma segunda característica é a disputa por fiéis acirrando um mercado criativo, em ebulição, e farto de opções.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES RELIGIOSAS

Com o primeiro capítulo foi possível perceber como as várias religiões e sistemas de sentido existentes no país se relacionam entre si produzindo um Campo de disputas, sincretismos e acordos com o Estado. Neste segundo capítulo será abordado como essas relações também ocorrem nas esferas políticas e econômicas através dos indivíduos religiosos, ou seja, procurar-se-á apresentar como a agência dos atores envolvidos nas tramas sociais é importante para a temática proposta. Será evidenciado através dos exemplos propostos o como ações tidas como políticas ou econômicas podem estar fortemente orientadas por éticas/normas religiosas.

2.1 RELIGIÕES E A ESFERA POLÍTICA

Na conjuntura política das eleições presidenciais em 2010, uma polêmica levantada sobre o tema Aborto fez a então candidata Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores alterar um dos itens de seu programa de governo. A candidata precisou dar declarações específicas negando, ou voltando atrás, de sua postura pró-descriminalização por ter perdido nas últimas semanas do primeiro turno uma parte de seus votos. Essa movimentação eleitoral foi apontada como responsável por haver o segundo turno no pleito uma vez que a candidata aparecia em várias pesquisas eleitorais com votos suficientes para uma eleição em primeiro turno. O programa petista previa a iniciativa de propor uma lei que descriminalizaria o aborto, tratando o caso como um problema de Saúde pública e não de Justiça, como é atualmente. Uma reportagem feita pela Folha de São Paulo expõe a questão:

A questão é "secundária no processo eleitoral", classifica Clara Ant, assessora licenciada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, agora na campanha de Dilma. "Se não abarcou essa demanda feminista durante sua campanha, pelo menos Dilma trata a questão como de saúde pública, defende Maria Lucia da Silveira, socióloga e militante da Marcha Mundial de Mulheres". O correto é dizer sou contrário à criminalização. "E é o que ela está falando", diz. Afirmar que aborto não é caso de polícia é, justamente, o discurso adotado recentemente por Dilma, depois que a candidata foi bombardeada por setores religiosos e recuou da defesa da descriminalização do aborto -posição declarada há três anos. Se não fosse a polêmica

criada em torno do assunto, a eleição seria a "melhor das oportunidades" para tratar da legalização do aborto, defende Natalia Mori, da ONG Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). O aborto, porém, não foi a única ausência sentida. "Ainda caminhamos para a construção do que significa ser uma candidatura que apoie os direitos das mulheres. Dilma e Marina [Silva, PV] muito pouco fizeram. Mas se aproximam mais que os demais candidatos", diz. As feministas consultadas rejeitaram que o apoio à Dilma, mesmo que sem a defesa da legalização do aborto, seja voltar atrás em suas bandeiras. "Não cabe num programa de governo a legalização do aborto. Uma coisa são as nossas bandeiras, outra é o programa de governo", diz Suely de Oliveira, ex-secretária de articulação institucional da SEPM e colaboradora do programa de Dilma (NUBLAT, 2010).

Esta proposta não agradou os religiosos tanto católicos quanto protestantes que viram neste fato uma oportunidade para que o País liberasse o aborto, como ocorre na Holanda e recentemente no Uruguai. A polêmica se acirrou quando um vídeo, de uma pregação feita em 15/09/2013 pelo pastor Piragine Paschoal na Primeira Igreja Batista de Curitiba se posicionando contra o PT e os acusando de serem promotores da iniquidade Legal, se tornou um viral nas redes sociais e por email sob o título de: Consciência Cristã nessa eleição. Ele desencadeou varias manifestações religiosas contra a proposta da petista e instruindo os fieis a não votarem no partido em questão. Segundo um artigo online da revista Veja (AZEVEDO, 2010) sobre o incidente o vídeo do pastor Piragine teve uma repercussão "[...] tão grande que, até o fim da tarde desta sexta-feira (17/09), o vídeo postado no YouTube já havia sido assistido (sic) por mais de 1,6 milhão de pessoas", e hoje, 23/12/2013, 3.094.804 de acessos tinha ocorrido de forma direta no site.

A polêmica inflamou o discurso religioso de tal forma que os ideários dos dois grupos cristãos, protestantes e católicos, foram levados a sério pelos candidatos que passaram a: incluir Deus em seus discursos além de evidenciarem as lideranças religiosas que os apoiavam. Essa reação dos candidatos foi entendida como ruim por muitos estudiosos no país que criticaram e categorizaram essa ação eleitoral como retrocesso. O artigo de Mauricio Stycer intitulado "Brasil regride séculos com programa eleitoral sobre Deus, aborto e família." (STYCER, 2010) pode ser usado como um exemplo dos vários artigos produzidos naquela época. No qual é apresentado como os candidatos se valiam marqueteiramente do nome da divindade dos cristãos em seus programas eleitorais no segundo turno.

Além dos vídeos, alguns emails também começaram a circular ligando a candidata Dilma Rousseff a temas não cristãos, como sua vida pregressa de militante contra a ditadura. Nesta época, setembro de 2010, requisitei de meus contatos na Web que me encaminhassem os emails com os quais eles se deparassem em suas caixas de entrada que vinculasse política-eleição 2010 à religião. Em um total de 170 mensagens recebidas, muitas repetidas, e oriundas de vários contatos, foi possível notar 7 mensagens com maior frequência as quais classifiquei como eixos de combate ao PT. Apresento com detalhes em um Quadro no Anexo A, no qual também elenco as frases de encaminhamento de caráter religioso e ‘militantes’. Na amostra havia emails sobre a questão do Aborto, sobre a sexualidade da candidata, do envolvimento do vice (Michel Temer) com Satanismo, com currículos da candidata e sobre uma suposta frase dita em um comício em Minas Gerais. Também continha alguns poucos: a) de apoio à candidata Marina Silva; b) criticando bolsa reclusão e outros programas de transferência de renda os quais julguei serem oriundos mais de uma mentalidade conservadora, do que relacionados com o tema religião. Assim os excluí da análise. Para esse exemplo que visa apresentar como a religiosidade não é um Campo isolado em si e se mistura com a política, nos basta as frases produzidas por fiéis no momento de encaminhamento dos emails visando persuadir seus destinatários¹².

Nestes é possível notar frases tentando ser ‘neutras’ ou não-militantes como:

E-mail 1.

A ideia não é assustar ninguém, mas... precisamos orar muito!!
(CAIRES, 2010).

E-mail 2.

Olá, pessoal! Tudo bem?
sobre as eleições que estão chegando. Votem com consciência.
Saibam em quem estão votando. Saibam da responsabilidade que

¹² Para atender as normas ABNT para apresentação de conteúdos de e-mails e ao mesmo tempo manter o fluxo de encaminhamentos ocorrido pelas varias listas de e-mails das mensagens recebidas, possibilitando perceber os acréscimos de informações e os objetivos de encaminhamento a cada lista, optou-se por anexar os e-mails com todos os seus encaminhamentos tal como chegaram ao e-mails da pesquisa. Assim, é importante reafirmar que **os emissários dos e-mails ao autor desse texto não necessariamente queriam convencer sobre os conteúdos ou que concordassem com os mesmos**, a ação de encaminhamento atendia a solicitação realizada. Tal limite é importante, pois as normas de citação de e-mails exigem a identificação dos emissores e uma leitura sem o prévio conhecimento poderia levar a caracterização dos fornecedores de dados como adeptos dos conteúdos. Desta forma a persuasão apresentada esta contida no fluxo de encaminhamentos. Os emails utilizados podem ser visualizados no Apêndice D.

temos como cristãos de qualquer denominação. Separem 11 minutos e alguns segundos do seu tempo para assistir esse vídeo e refletir sobre o que ele diz. Cada um sabe do seu voto, não quero impor nada a ninguém, só peço que assistam e pensem nisso... acho importante ter essa informação antes de votar. Estou mandando esse e-mail para fazer um pedido importante para vocês (LACERDA, 2010).

E outros emails o caráter militante aparece sem suavidades e os títulos de liderança 'pesam' na argumentação.

E-mail 3.

Olá Queridos,

Sou o Pr. Marcos da COERP - Ferraz de Vasconcelos, Tenho recebido de várias pessoas um vídeo, alertando para a seriedade em votar em determinados candidatos nestas eleições. Trata-se de um pronunciamento sério e oportuno para nós pastores estarmos orientando nosso rebanho. Vários pastores sérios estão nesta corrente, e possivelmente você já tenha recebido o mesmo vídeo. Não sou de repassar, mas neste caso estou empregando um pouco do meu tempo para isto. Estou enviando para o maior número possível.

Desejo que 50 milhões de pessoas assistam este vídeo.

Assista, reflita e faça o que achar melhor (LIRA, 2010).

E ainda:

E-mail 4.

Prezados irmãos,

Tem surgido várias matérias que nos impressionam e nos arrepiam quanto ao avanço do PT em todos os postos políticos do País e nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Esta carta muito bem preparada pelo Pr. Jonathan é mais um ALERTA para o perigo iminente que estamos correndo. Precisamos alertar nossos irmãos eleitores para que não caiam na ilusão do populismo sagaz e extremamente perigoso.

"É melhor confessar hoje do que ter que arrepender-se amanhã!"
(Pr. Samuel Oliveira)

Pr. Ageo (POLIZELLI, 2010).

Como é possível notar houve uma real ação de militância pró-valores cristãos na eleição de 2010. Os envolvidos entenderam que a Política era o veículo capaz de legalizar praticas de um *ethos* que lhes é antagônico e se valeram do mesmo instrumento para afirmar a sua Moral sob a benção do sufrágio universal. Os ecos desse capítulo da história eleitoral brasileira ainda são ouvidos e servem para os preparativos da próxima campanha que ocorrerá em 2014. A ministra da

Secretaria de Políticas para Mulheres Eleonora Menicucci expôs o tom de como o PT vai encarar a questão na próxima eleição, segundo ela:

[...] a questão do aborto no Brasil não deve ser objeto de discussão nas campanhas eleitorais. Relembrando a polêmica que marcou a corrida presidencial de 2010. A ministra diz considerar que o tema é algo que pertence ao âmbito “privado” das mulheres e, como a Constituição Federal garante o princípio da laicidade do Estado, não pode ser objeto de discussão em eleição (LIMA; FROTA, 2013).

Contudo a polêmica não ficou confinada ao ambiente virtual. Pregações foram realizadas em comunidades religiosas e até muros foram pichados com palavras de ordem e moral religiosa. A Figura 3 apresenta dois muros da zona Oeste da cidade de Londrina.

Figura 3 - Manifestações antipartidárias em Londrina.¹³



Fonte: Autor.

Essas manifestações são importantes para percebermos que o limite das esferas, religiosa e política, não são tão espessas. Muitos religiosos exerceram seu direito/obrigação democrática civil tendo por conteúdo ideais religiosos e não uma reflexão política/econômica. Seus votos diziam que sua ética era mais intensamente influenciada pela esfera da religião do que pelas outras esferas. Quanto à questão do comportamento da liderança religiosa alguns tentaram conduzir os votos dos fiéis mais pelo medo da instalação do inferno na terra brasileira, ou seja, questões voltadas para o ideário místico de uma parte específica da população do que por razões coletivas que visavam o bem estar de todos os cidadãos, outros se beneficiaram criando/fortalecendo alianças. Tal fenômeno social

¹³ Fotos tiradas no dia 24 e 25 de Dezembro de 2013. Endereços: Muro esquerdo, Rua Francisco Barbosa esquina com Av. Araci Soares Santos. Muro direito, Rua Luigi Amorese, n. 5213.

despertou o interesse de vários pesquisadores e jornalistas e muitas opiniões sobre o Fato, contudo o que se quer apontar com esse exemplo é a impossibilidade de conter a religiosidade dentro dos templos, pois a ética é produto nos religiosos e não na instituição e estes quando interagem, a tem como suporte.

Ainda exemplificando a interação entre as esferas religiosas e políticas pode-se destacar também a presença de líderes protestantes não apenas influenciando ideologicamente os votos dos fiéis mas se colocando (eles mesmos) como opção política para aqueles. Montes (1998) afirma que o crescimento protestante brasileiro ocorrido na segunda metade do século passado proporcionou acesso desse ente social na corrida pelo poder Político.

Na verdade, o crescimento dos evangélicos, que lhes deu visibilidade pública, se refletiu também no interior do próprio grupo, que desde a década de 80 procura, e agressivamente, marcar sua presença na cena pública, valendo-se da participação política (MONTES, 1998, p. 88).

A palavra usada pela autora é: agressivamente, ou seja, houve uma real e intencional interação entre a esfera religiosa protestante brasileira para não apenas interagir com a esfera política, mas sim para tentar domina-la. A ação missionária conversionista praticada por protestantes de imigração americana desde sua chegada ao país na década de 80 do século XX, a qual se dava por convencimento pessoal, ganhou um século mais tarde o 'ar' de imposição de uma totalidade de vida via estrutura Política. Montes (1998) aponta como primeira manifestação desse fenômeno social o processo de formação da Constituição de 1988.

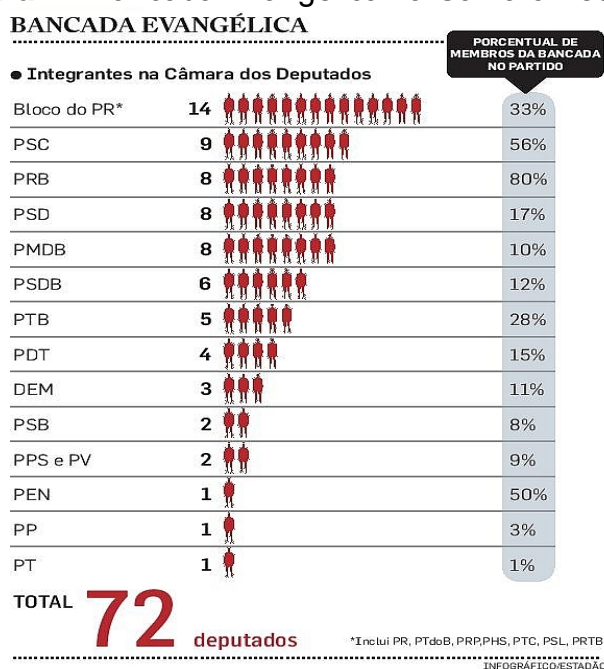
O grupo que se tornaria conhecido com ao "bancada evangélica" do Congresso Nacional, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, representou o primeiro exemplo, inédito, de participação, no interior de um grupo que historicamente se mostrava avesso à política (MONTES, 1998, p. 88).

Os protestantes a partir de 1988 se articulam pelos esquemas democráticos visando por este uma forma mais abrangente de impor seu *éthos* não mais de forma pessoal (indivíduo-indivíduo), mas coletivamente pela forma política e suas estruturas de marketing eleitoral. Também visavam como no caso citado da eleição de 2010, se impor Legalmente. Para essa ação, por conta da sua fragmentação institucional, a simples aliança com políticos poderia não surtir o efeito

desejado. Desta forma a estratégia adotada foi transformar alguns de seus líderes em Políticos.

Sant'ana (2013) indica que 72 deputados dos 513 são pertencentes a Bancada Evangélica, ou seja, 14% da Câmara Federal é ocupada por agentes religiosos protestantes assumidamente representantes Legais das moralidades religiosas a que pertencem.

Figura 4 - Bancada Evangélica na Câmara Federal em 2013.



Fonte: Sant'Ana (2013).

Quanto a distribuição das igrejas as quais estes deputados são pertencentes, a Figura 5 aponta a existência de vários grupos religiosos. Essa diversidade demonstra que há uma pauta comum na intenção de ganhar espaço político pelas denominações protestantes ainda que doutrinariamente haja conflitos entre elas. A grande fragmentação apresentada na composição também aponta um fator ideológico importante: Ainda que não seja possível avaliar e concluir que os votos obtidos pelos parlamentares foram realizados por eleitores pertencentes aos mesmos credos de confissão que aqueles professam, pode-se perceber uma aceitação teológica por parte das instituições representadas na associação Religião-Política. Ou seja, para as denominações apresentadas na Figura 5 a relação com a política não é tida como um problema ou mesmo um pecado.

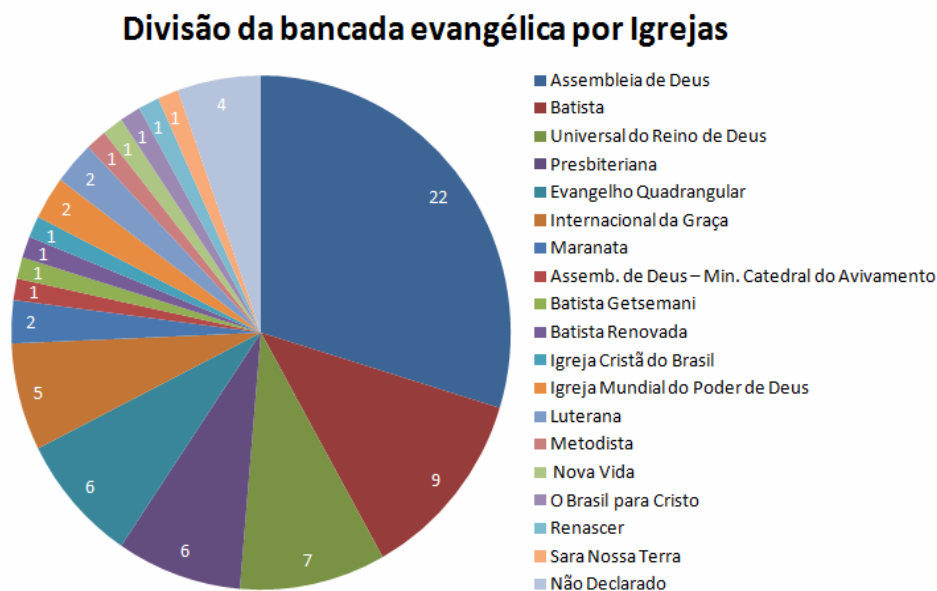
Figura-5 - Distribuição de parlamentares por denominação religiosa.

Gráfico: João Victor Moura
Fonte: Severo (2011)¹⁴

Essa ação protestante brasileira nem sempre ocorreu e é um evento relativamente novo. Montes (1998) esboça essa trajetória afirmando que:

Também não é estranha a essa projeção pública dos evangélicos a forma peculiar de organização e de suas igrejas. Atuando de modo disperso, elas não contam com uma organização institucional capaz de sobrepor-se à sua fragmentação e as divergências internas que exibem, representando-as como unidade, a exemplo da Confederação Nacional dos Bispos, a CNBB, com relação ao catolicismo, apesar de algumas tentativas recentes nesse sentido. Assim, gozando de extraordinária autonomia, cada uma se projeta no espaço social segundo a iniciativa dos pastores ou de suas comunidades locais, e muitas vezes o próprio crescimento numérico de sua membresia permite-lhes desenvolver organizações paraeclesiásticas que, sem estar diretamente subordinadas às igrejas, asseguram-lhes, porém a possibilidade de aumentar o âmbito de sua influência em setores diversos da sociedade civil (MONTES, 1998, p. 89).

Igrejas com maior concentração de fiéis como mostrado na Tabela 1 agem e fazem campanhas internas para obtenção de votos. Como no Brasil o

¹⁴ A contagem de deputados dessa fonte difere em 2 membros (74 total) da fonte da figura 1. Tal fato se justifica pela diferença de data e haver entre os deputados desistências, trocas de partidos, cassações etc.

sistema de eleição estipula um coeficiente eleitoral no qual o número de assentos dos entes da federação são estáveis enquanto seu número de eleitores variam, não é possível afirmar qual o número mínimo de votos necessário para eleger um deputado sem ponderar o Estado de filiação deste. Adotando a pior situação, o estado de São Paulo, seriam necessários 432.000 votos para eleger um deputado Federal. Com a Tabela 2 fica possível perceber que algumas denominações não teriam problemas, caso votassem unânimes, para eleger vários representantes paulistas, como sugere Montes (1998).

Tabela 2 - Distribuição da população brasileira Protestante segundo declaração de denominação religiosa em 2010.

Religião	Variável	
	População residente (Pessoas)	População residente (Percentual)
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Luterana	999.498	0,52
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Presbiteriana	921.209	0,48
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Metodista	340.938	0,18
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista	3.723.853	1,95
Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Congregacional	109.591	0,06
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembleia de Deus	12.314.410	6,46
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Evangelho Quadrangular	1.808.389	0,95
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus	1.873.243	0,98
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Deus é Amor	845.383	0,44
Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Maranata	356.021	0,19

Fonte: IBGE (2013).¹⁵

Esses dados apresentados visam elucidar o quão enlaçadas estão as esferas religiosas e política, não sendo, ainda que existam tensões, antagônicas e ou excludentes. Os dados apresentados dizem respeito a realidade vista pelo panorama dos números e não captam as ações religiosas corriqueiras, podem haver

¹⁵ Nota: (1) Dados dos Resultados Gerais da Amostra. (2) Esta é uma demonstração de algumas denominações declaradas, o recorte foi realizado para evidenciar no Censo as denominações apontadas na Figura-5. Distribuição de parlamentares por denominação religiosa.

mais deputados protestantes do que membros na bancada evangélica, do mesmo modo os católicos não precisam estar organizados como religiosos, podem estar sob outros rótulos (ruralistas, ambientalistas) ou mesmo agirem de forma isolada. Tais possibilidades, caso existam, aumentam a relação e intensidade de interação entre as esferas. Essa peculiaridade corrobora com a noção de que a religiosidade brasileira não é um baluarte erigido, uma bandeira a ser seguida, que tem uma forma exteriorizada rígida, mas o oposto. Ela é conteúdo de baluartes e bandeiras, é seu preenchimento conjuntamente com outras éticas. Além disso, é possível perceber que os deputados não agem segundo uma ética profissional ou mesmo de juramento feito ao assumir o cargo o qual diz: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil." (LARCHER, 2011). O 'bem geral do povo' é entendido por esses deputados como a universalização da moralidade cristã (protestante) a todos os cidadãos, ou seja, seu compromisso não é com a pluralidade religiosa dado pela *realidade nacional*, mas sim com seus próprios valores pessoais. Há uma incorporação do cargo pela moralidade pessoal e não o oposto. A recente ação da bancada frente a Reforma Penal em trânsito no Congresso evidencia esse comportamento.

Depois de conterem a articulação do projeto que criminaliza a homofobia, as bancadas evangélicas na Câmara e no Senado planejam centrar esforços para barrar mudanças no Código Penal, que estão em tramitação no Senado e que, se aprovadas no primeiro semestre de 2014, seguirão para a Câmara dos Deputados. De acordo com integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, que reúne deputados e senadores, todos os temas que são caros aos religiosos estão sendo discutidos no contexto do Projeto de Lei do Senado 236/2012 (LIMA, 2014b).

É vasta a quantidade de exemplos que poderiam ser descritos entre estas duas esferas da vida, contudo essa relação próxima não é de exclusividade, há outras esferas que também compõem a vida social e que se misturam com as já apresentadas.

2.2 RELIGIOSIDADE E A ESFERA ECONÔMICA

Outro exemplo dessa interação entre a esfera religiosa e o mundo da vida é abordado por Max Weber em seu livro “Ética protestante e o Espírito do Capitalismo”. Neste livro o autor expõe seu método de análise comparativa utilizando suas noções de tipos ideais dentro do conteúdo religioso Católico e Protestante. A inquietação que deu origem ao seu problema de pesquisa era sobre a relação entre as religiosidades, protestante e católica, e como estas, se manifestavam na economia do país.

Basta uma vista de olhos pelas estatísticas ocupacionais de um país pluriconfessional para constar a notável frequência de um fenômeno por diversas vezes vivamente discutido na imprensa e na literatura católicas bem como nos congressos católicos da Alemanha: o caráter predominantemente *protestante* dos proprietários de capital e empresários, assim como das camadas superiores da mão de obra qualificada, notadamente do pessoal de mais alta qualificação técnica ou comercial das empresas modernas (WEBER, 2004, p. 23).

A percepção da estreita relação entre as classes sociais com mais alto rendimento na Alemanha e o protestantismo Calvinista conduziu Weber a desenvolver conceitos sobre os tipos de vocação religiosa e como cada uma, por sua ética própria se relacionava com a esfera econômica da nação Alemã. O autor propõe um estudo para apurar o “reduzido interesse católico na aquisição capitalista” (WEBER, 2004, p. 32) de tal forma que fosse possível inferir que os códigos doutrinários seriam responsáveis por essa não-ação pró capital.

Resta, isso sim, o fato de que os protestantes (em particular certas correntes internas, que mais adiante serão tratadas especificadamente), *seja* como camada dominante *ou* dominada, *seja* como maioria ou minoria, mostraram uma inclinação específica para o racionalismo econômico que não pôde e não pode ser igualmente observada entre os católicos, *nem* numa *nem* noutra situação [...] A razão desse comportamento distinto deve pois ser procurada principalmente na peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e *não* [somente] na [respectiva] situação exterior histórico-política (WEBER, 2004, p. 33-34, grifo do autor).

Conforme é possível observar Weber avançou dos aspectos históricos da acumulação de capital e da transmissão por hereditariedade, para “investigar primeiro quais são ou quais foram, dentre os elementos dessa

peculiaridade das confissões, aqueles que atuaram e em parte ainda atuam na direção acima indicada.” (WEBER, 2004, p. 34). Assim, os códigos de conduta normatizadores da vida cotidiana do fiel, protestante e católico, se tornam o objeto de estudo. Tal fato indica que para dar conta do objeto em questão foi preciso realizar um estudo tendo como estrutura os códigos religiosos, mas não estes por si, pois isso seria teologia, Weber queria saber como eles direcionavam os atores em questão a agirem de uma forma ‘positiva’ ou ‘negativa’ em relação a acumulação capitalista. A religião não foi estudada enquanto estrutura física, rígida, mas sim como produtoras de ideais eficazes que estavam sendo materializada na economia Alemã do século XIX. Weber já tinha entendido que a instituição religiosa em si (sua estrutura patrimonial, quadros funcionais, objetos artísticos) tinha um papel limitado sem, contudo ser desprezível, no produto final da socialização, por isso escolheu como objeto capaz de responder sua indagação o elemento causador das ações sociais daqueles indivíduos, *seus ideários*.

A escolha do autor tinha a premissa de que o comportamento do ator social seria influenciado por um conjunto de idéias que definiriam sua postura ante as oportunidades do mercado capitalista e sua hipótese era que o protestantismo possuía mais aproximações com a conjuntura econômica proposta por esse Modo de Produção Social do que o Catolicismo. Para abordar seu objeto o autor entendeu as ações sociais dos religiosos tal qual a doutrina confessada requeria dos mesmos, uma abordagem de tipo ideal, sem muito espaço para incoerências, inconstâncias ou mesmo ‘rebeldia’ por parte do fiel. Weber entendia e sabia dessas possibilidades de ações individuais, mas seu método comparativo compreensivo requeria um parâmetro demarcador para se avaliar o objeto em questão. Nas ciências estatísticas entende-se por parâmetro “uma constante que descreve uma população, em geral desconhecida.” (OLIVEIRA et al., 2009, p. 155), ou “uma medida que descreve certa característica dos elementos da população” (BARBETA, 2012, p. 154), ou ainda, “ uma medida usada para descrever uma característica da população.” (MELEM, 2012, p. 3). Desta forma para se comparar é preciso algo fixo, contínuo e que represente, ainda que com restrições, o objeto estudado. Um exemplo de parâmetro utilizado amplamente é a média, sua função é determinar *um* ponto dentro de um conjunto dados que expresse um valor comum destes dados, contudo esse valor não consegue expressar a heterogeneidade do conjunto, há sempre uma distância entre este parâmetro e o ponto

observado/coletado que fica omitido quando se utiliza o parâmetro média. Essa distancia existente entre o dado coletado e a média do conjunto é chamada de variância. Em variáveis quantitativas discretas ou contínuas pode ser facilmente calculada, contudo quando se trata de variações qualitativas o mesmo não ocorre. Weber demonstra essa dificuldade e o caminho para superar esse “problema”.

Deve-se compreender claramente que, no domínio da Sociologia, somente se podem construir “médias” e, portanto, “tipos médios” com alguma univocidade quando se trata de diferenças de grau entre ações qualitativamente iguais, determinadas por um sentido. Existem tais casos. Na maioria das vezes, porém, as ações histórica ou sociologicamente relevantes estão influenciadas por motivos qualitativamente heterogêneos, entre os quais não se pode obter uma “média” propriamente dita (WEBER, 2009, p. 13).

Consciente dessa dificuldade Weber desenvolve seu conceito de tipo ideal pautado pela proposta da teoria econômica.

As construções típico-ideais da ação social feitas pela teoria econômica, por exemplo, são, portanto, “estranhas à realidade” no sentido de que -neste caso- costuma perguntar: como se agiria no caso ideal de uma racionalidade puramente orientada por um fim, o econômico, para poder compreender a ação real determinada também, pelo menos em parte, por inibições libadas a tradição, por elementos afetivos, por erros, por consideração e propósitos não-econômicos, 1) na medida em que realmente esteve co-determinada por motivos racionais econômicos, no caso concreto, ou costuma sê-lo no caso médio,2) mas também para facilitar o conhecimento de seus motivos reais precisamente mediante a distancia entre seu curso e real e o típico-ideal? O mesmo aplica-se uma construção típico-ideal de uma atitude de rejeição do mundo conseqüente, misticamente condicionada, perante a vida (por exemplo, em face da política e da economia). Quanto mais nítida e inequivocamente se construam esses tipos ideias, **quanto mais alheios do mundo estejam, neste sentido, tanto melhor prestarão seus serviços, terminológica, classificatória, bem como heurísticamente** (WEBER, 2009, p. 13, grifo nosso).

É possível notar que o autor não ignora as variâncias e heterogeneidades presentes em um parâmetro e é exatamente por esse motivo que não tenta usar uma média por esta não representar adequadamente o conjunto de dados. Sua opção diante do problema é de mudar o ponto de referencia da análise de dentro/meio do conjunto de dados para sua supraestimação (acima). O tipo ideal weberiano é um *outlier* positivo construído propositalmente acima dos valores máximos possivelmente observados a uma distancia segura que não permita a

existência desse parâmetro dentro do espaço amostral desenhado. Em outras palavras o conceito de tipo-ideal visa produzir uma categoria 'pura', livre das contaminações (variâncias) da realidade para ser um parâmetro adequado e alheio a todas as observações possíveis. Weber avança a proposta da teoria econômica de tipo ideal ao afirmar:

Mas os conceitos construtivos da Sociologia são típico-ideais não apenas externa como também internamente. A ação real sucede, na maioria dos casos, em surda semiconsciência ou inconsciência de seu "sentido visado". O agente mais o "sente", de forma indeterminada do que o sabe ou tem "clara ideia" dele, na maioria dos casos, age instintivamente ou habitualmente. Apenas ocasionalmente e, no caso de ações análogas em massa, muitas vezes só em poucos indivíduos, eleva-se à consciência um sentido (seja racional, seja irracional) da ação. Uma ação determinada pelo sentido efetivamente, isto é, claramente e com plena consciência, é na realidade determinada pelo sentido efetivamente, isto é, claramente e com plena consciência, é na realidade apenas um caso-limite. Toda consideração histórica e sociológica tem de ter em conta esse fato ao analisar a realidade. Mas isso não deve impedir que a Sociologia construa seus conceitos mediante a classificação do possível "sentido subjetivo", isto é, como se a ação, seu decorrer real, se orientasse conscientemente por um sentido. Sempre que se trata da consideração da realidade concreta, tem de ter em conta a distancia entre esta e a construção hipotética, averiguando a natureza e a medida desta distancia (WEBER, 2009, p. 13).

Assim o autor demonstra como a construção do tipo ideal é um processo adequado para pesquisas sociais, pois o parâmetro ideal adotado como fixo pode fornecer as distancias (variâncias) dos pontos observados, uma vez é ausente de variação em si, diferindo do processo de se usar a média. A ação do pesquisador social seria a comparação das distâncias entre os observados e o ideal evidenciando qual estaria mais próximo, sem nunca ser possível encontrar um correlato do ideal, pois se tal fato ocorresse o ideal estaria contido na amostra.

A aplicação desse método é possível de ser vista no livro "Ética Protestante e Espírito do Capitalismo" no qual o autor cria tipos ideais de protestantismo e catolicismo baseado nas éticas institucionais, ou seja, nos documentos religiosos que expressão o padrão comportamental dos adeptos. Na verdade, os documentos exigem um padrão de conduta sendo um marco referencial de busca constante para aqueles que visam estar conforme as normas requerem. Essa busca por adequação pressupõe que o cotidiano do fiel contem ações discrepantes eticamente e dessa forma oscilem/variem de pessoa para pessoa, de

dia a dia. Desta forma, para obter um conceito de Luteranismo ou Calvinismo, Weber não se vale das disposições e humores dos atores, mas sim de seus ideários fixos expressos nos documentos sagrados.

O que mais chama atenção nesta obra para o presente trabalho é a afirmação de Weber sobre como o Luteranismo inaugurou o conceito de vocação profissional. “Uma coisa antes de mais nada era absolutamente nova: a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo do que a autorrealização moral é capaz de assumir.” (WEBER, 2004, p. 72). Weber percebe que a ética religiosa Luterana estava rompendo o ‘espaço’ do religioso e adentrando no Campo profissional. Um exemplo concreto dessa prática pode ser notado em uma conhecida frase do pintor Van Gogh, que antes de se dedicar exclusivamente a arte tinha sido pastor Metodista. Segundo o pintor “Sua profissão não é aquilo que traz para casa o seu salário. Sua profissão é aquilo que foi colocado na Terra para você fazer com tal paixão e tal intensidade que se torna chamamento espiritual.” (VAN GOGH apud ZOCCOLI, 2011). Ou seja, a teleologia do trabalho não deveria ser a concretude do produto realizado/feito e nem os recursos alcançados com sua comercialização, mas sim algo metafísico: o cumprir com um designo definido por Deus.

O resultado da ‘nova fórmula protestante’ de percepção do trabalho estava determinando a relação do fiel com sua fonte de rendimentos e esta por consequência, produziria a distinção social observada na Alemanha por estar mais convenientemente adequada aos padrões capitalistas. O autor ainda indica que:

Isso teve por consequência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia e conferiu pela primeira vez ao conceito de Beruf esse sentido. No conceito de Beruf, portanto, ganha expressão aquele dogma central de todas as denominações protestante que condena a distinção católica dos imperativos morais em “praecpta” e “consilia” e reconhece que o único meio de viver que agrada a Deus não está em suplantar a moralidade intramundana pela ascese monástica, mas sim, exclusivamente, em cumprir como os deveres intramundanos, tal como decorrem da posição do indivíduo na vida, a qual por isso mesmo se tora a sua “vocação profissional” (WEBER, 2004, p. 72, grifo do autor).

Essa inversão de suplantação para cumprimento dos deveres intramundanos proposta pelo Luteranismo e a consequência da prática dos fiéis

luteranos alemães, demonstram como o *ethos* religioso pode agir além dos ambientes de culto e espaços sagrados chegando nas estruturas das formações sociais (sociedades). Na Alemanha do início do século XIX protestantes estavam melhor economicamente que os católicos, fato justificado por Weber como consequência da ética de vocação profissional protestante. No exemplo já citado sobre como deputados protestantes agem por seus dogmas e não pelo juramento cívico, evidencia-se a mesma prática identificada por Weber quando olhava para o Mercado alemão, a mesma ação de entender-se como vocacionado religioso operando fora do espaço físico destinado a expressão de fé foi expandida para outros espaços como a Política. Tal fato sugere a manutenção do conceito de 'vocação profissional' nos dias atuais e o habilita como ferramenta de análise da realidade de outras esferas da vida como a Escola.

A comunidade escolar é composta por professores, funcionários, pais e estudantes. Nesse ambiente, ao menos hipoteticamente, o saberes transmitidos dizem respeito a conteúdos orientados cientificamente, contudo os conhecimentos tradicionais como: linguagem, religiosidades, valores, costumes existentes em todos os atores desse ambiente são a principal base com a qual as sociabilidades se dão. Em alguns casos, principalmente na observação do comportamento de alguns estudantes, a sociabilização ocupa a primazia na *práxis* escolar deixando a aquisição de saberes para segundo plano. Ao adentrarmos uma sala de aula de Ensino médio na rede pública essa contestação se torna realidade, muitas vezes o 'espírito' do pátio (aquele comportamento orientado para socialização, desprovido de intencionalidade pedagógica, com linguagem informal e sem filtros de hierarquia/autoridade) acompanha o estudante por toda sua permanência cotidiana dificultando o trabalho docente que por conta disso se vê obrigado a dividir sua atenção entre o conteúdo a ser transmitido e a organização dos estudantes dentro da sala: confinando conversas e os volumes dessas bem; deslocamentos que ocorrem; carteiras que se arrastam... etc. Os pais por sua vez têm tido cada vez menos participação na dinâmica escolar as vezes se limitando a controle de notas e faltas. Os funcionários tem cada um uma função predeterminada e alguns têm pouco contato direto com os estudantes. Sabendo que esses atores citados agem de acordo com seu *background* de conhecimentos/senso comum/moral tradicional, resta exclusivamente aos professores a tarefa de expor e propor o cientificamente adequado. Essa 'exclusiva' empreitada docente e os atores

envolvidos neste ambiente leva ao questionamento: quanto espaço a ciência ocupa fora o conteúdo das disciplinas nas escolas ou mesmo, dentro dos conteúdos?

Imaginemos uma aula de um professor de biologia. Ele pode transmitir os conhecimentos científicos no espaço de sua aula, no confinamento da classe para um grupo restrito da comunidade escolar, vestindo um símbolo sagrado religioso cristão à vista de quem quiser (camiseta com imagem ou de um encontro que foi). A ação não espantaria ninguém e talvez até produzisse interação positiva com os estudantes, contudo o tema da aula foi evolucionismo. No findar do seu tempo em sala ao sair pelo corredor e entrar na secretaria do colégio rumo à sala dos professores ele cruza com uma bíblia aberta e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida para os quais faz reverência. Quando entra na sala depois de guardar seu material em seu armário forrado com adesivos de versículos bíblicos ele senta na ponta da mesa sob um crucifixo pendurado na parede. O que parece uma série de contrassensos e ironia não causa surpresa para aqueles que convivem no ambiente escolar e sabem que essa metáfora pode ser facilmente vista com poucas variações.

O fato sugere ser possível existir profissionais da ciência operando sob o conceito de vocação descrito por Weber (2009) dentro do ambiente escolar principalmente dentro da sala de aula ao invés de terem uma postura cientificamente orientada. Ocorre na *práxis* escolar o fato de se entender o espaço da ciência dentro da escola sendo restrito ao conteúdo curricular e não ao ambiente por inteiro, por vezes o 'espírito' do pátio também é o regente do comportamento dos professores, únicos capazes de cumprir com a finalidade científica no ambiente. Com isso não se objetiva universalizar o comportamento docente ou mesmo determiná-lo, mas chamar a atenção para um ingrediente importante das relações sociais ocorridas neste ambiente. Se o 'sensor' de cientificidade é deixado de lado, comportamentos pautados pela vocação religiosa de trabalho podem substituir a moralidade científica, fazendo com que o profissional da educação se entenda como o alemão protestantes, tendo como função na terra louvar a Deus com o seu trabalho. Essa associação não seria problemática se o fruto/objeto/ produto da relação fosse exclusivamente o rendimento econômico, mas não é esse a teleologia escolar. E o que dizer do profissional que ensina sobre Religiões e religiosidades? Qual ciência ele deveria produzir ou se basear? Não podemos esquecer do que já foi apresentado no capítulo 1, o Brasil vive um cenário religioso efervescente, plural, e com uma orientação cristã voltada para o proselitismo. Entender-se como

vocacionado nessa situação tem menos fatores econômicos do que denominacionista. Será que professores também utilizam da mesma ética em suas atividades profissionais? E o que ocorre quando uma Lei ou determinação ético-profissional vai de encontro, antagonicamente, a ‘vocação profissional’ desse sujeito?

2.3 RELIGIOSIDADE E CONSERVADORISMO (MORALIDADE)

Uma vez que religiosidade não é uma expressão presa a espaços físicos como templos, terreiros, montanhas, etc. Nem a instituições, como o exemplo da sua relação com a Política de Estado visava demonstrar, sua presença também pode ser percebida em ‘locais’ subjetivos como em ideias, conceitos, ideologias. Essa fluidez que a caracteriza e possibilita sua emanção nos mais inusitados locais e momentos, nas mais complexas situações produzindo ‘incoerências’, preconceitos, alento e toda sorte de possibilidades foi tema de vários cientistas sociais dos séculos XIX em diante.

Bottomore (1981) afirma que os clássicos da Sociologia ao olharem para a Europa do seu tempo apontaram o fim da religião/religiosidade como consequência do processo histórico social. Comte entendia a teologia como fase mais primitiva na sua escada do desenvolvimento da humanidade, Tylor e Spencer “[...] acreditavam que a ideia da alma era a principal característica da crença religiosa e se empenharam em dar uma explicação em termos racionais, de como tal ideia poderia ter surgido na mente do homem primitivo.” (BOTTOMORE, 1981, p. 220), eles propõem que a ideia da alma era uma ‘má interpretação dos sonhos e da morte; Spencer refere-se à ‘teoria original das coisas na qual, da suposta realidade dos sonhos, resultou a suposta realidade dos fantasmas e de onde se desenvolveram todos os tipos de supostos seres sobrenaturais” (BOTTOMORE, 1981, p. 221). O autor ainda evidencia que “Como ocorreu com Comte a explicação dos fenômenos religiosos se faz em termos de disposições psicológicas, erro intelectual e evolução da vida social.” (BOTTOMORE, 1981, p. 221). e que para Marx “[...] a religião se originara no medo e ansiedade provocados pelos fenômenos naturais, e que era uma ilusão que acabaria por desaparecer.” (BOTTOMORE, 1981, p. 221). Frazer, o primeiro a estabelecer a diferença entre magia e religião “Concebia o progresso intelectual da humanidade como uma passagem da idade da magia

para a idade da religião, e desta para a idade da ciência.”(BOTTOMORE, 1981, p. 221). Esses importantes autores para a sociologia de suas épocas decretaram algo muito diferente do que pode ser visto no Brasil, contudo não foram os únicos a fazerem previsões:

Esses estudos se ocupam da sociedade americana, mas indica certas características mais gerais da moralidade nas sociedades modernas. A separação entre moralidade e religião é uma característica destacada das mudanças culturais do último século, tanto no sentido de uma distinção mais clara entre ritual e regras morais como no sentido de que, com o declínio das crenças religiosas, tornou-se necessário encontrar uma nova base e conteúdo para as regras morais. Até certo ponto, essa separação evidenciou-se no fato de se ter a religião transformado mais numa questão individual e privada (como se vê pela multiplicação das seitas e difusão das religiões pessoais que não exigem a participação numa igreja), ao passo que a moralidade tornou-se mais social pelo fato de se estar preocupando cada vez mais com a justiça social e não com a virtude individual (BOTTOMORE, 1981, p. 230-231).

Desta forma as principais indicações tendiam para o fato de que o fim da(s) religiosidade(s) se daria por uma substituição. Algo ocuparia seu lugar na vanguarda da organização de regras de sociabilidade. Moral, Ciência e Racionalidade foram à aposta de grandes pensadores europeus, contudo será que tais propostas valeriam para o território nacional brasileiro? Estariam os brasileiros deixando suas crenças ou as substituindo?

Na pesquisa realizada pelo professor Dr. Antônio Flávio Pierucci sobre o perfil do conservadorismo paulistano objetivando demonstrar como a direita paulista se apoiava ideologicamente sobre a bandeira da noção diferencialista ao mesmo tempo em que demonstra as ciladas que essa estratégia apresenta para os movimentos de esquerda, a religiosidade se apresenta, no cotidiano social, subjetivamente várias vezes confundida/misturada/homogeneamente integrante de composições de ideias que aparentemente não tem relação com Religião.

Uma análise do livro *Cilada das Diferenças* será utilizado como propiciador de exemplos de como a sociedade brasileira esta em relação às propostas feitas pelos sociólogos do século XIX, sua escolha se dá por dois motivos: o primeiro por não ser o tema religião e religiosidade seu objetivo, desta forma as menções ao tema são oriundas de conexões espontâneas ocorridas no processo de

pesquisa, isto o habilita evidenciar as ‘escapadas’ de ideias religiosas dos habituais dogmas normatizados e de momentos ‘adequadamente’ preparado para tais. Segundo por ser uma produção que expõe algumas entrevistas realizadas, sendo possível acesso direto aos dados na fonte.

A primeira menção da confluência da religiosidade com o pensamento conservador pode ser observado na lista de convicções que os conservadores costumam ter produzidas a partir das respostas dadas as entrevistas feitas pelo autor. Segundo Pierucci (2013)

Conservadores costumam ter as seguintes convicções:

As pessoas não brancas são inferiores.

A miscigenação deve ser desencorajada.

As mulheres não são iguais aos homens em inteligência

Nem todos os seres humanos nascem com as mesmas potencialidades.

Só as pessoas com um determinado nível de inteligência e educação deveriam votar.

Pessoas com graves defeitos hereditários deveriam ser compulsoriamente esterilizadas.

As leis atualmente vigentes não favorecem os ricos.

A propriedade privada não pode ser abolida.

A estatização leva a ineficiência.

A guerra é inerente à natureza humana.

O tratamento que estamos dando aos criminosos não é rigoroso o bastante.

A pena de morte não é uma coisa de bárbaros.

Os crimes violentos deveriam ser punidos com açoite.

Os japoneses são um povo cruel por natureza.

Os judeus não são tão respeitáveis, tão honestos e tão bons cidadãos quantos outros grupos.

Não é uma conduta antiquada observar o preceito dominical

As leis contra o aborto não devem ser abolidas.

As leis do divórcio não deveriam ser alteradas no sentido de torná-lo mais fácil.

Unões conjugais consensuais não são desejáveis.

Não se deve proibir os experimentos científicos com animais vivos.

A liberdade irrestrita de discussão não é desejável.

Deveria haver menos polêmicas e discussões políticas no rádio e na TV.

Os objetores de consciência são traidores.

Somente com o retorno à religião pode a civilização ter esperança de sobreviver.

A educação religiosa deveria ser obrigatória.

A educação sexual não deve ser dada a todos, meninos e meninas.

Não é errado que aos homens seja permitida maior liberdade sexual que às mulheres.

Nossas dificuldades presentes se devem antes a causas morais que econômicas

A “vara de marmelo” é um bom princípio educativo (PIERUCCI, 2013, p. 14-15, grifo nosso).

Nesta lista farta de expressões de preconceitos (xenofobia, racismo, gênero) é possível perceber algumas moralidades fortemente ligadas aos valores religiosos, como: a) a obrigatoriedade da educação religiosa antagonizando com a educação sexual; b) a associação da expressão de que as 'ausência de moralidade produz mais dificuldade para a vida do que as relações econômicas' com a que afirma que 'Somente com o retorno à religião pode a civilização ter esperança de sobreviver. '; c) o antagonismo em relação ao valor da vida apresentado nas frases 'a favor da pena de morte' e 'proibição do aborto'. Algumas dessas associações são incoerentes religiosamente se tomarmos a lei dogmática das religiões cristã como orientação. A pena de morte, por exemplo, é condenada pelas normas do cristianismo católico e protestante. Como a vida é entendida como uma dádiva divina tirá-la não é uma ação permitida para o homem. Pierucci (2013, p. 62) aponta "Os que têm o discurso mais impregnadamente religioso mostram-se menos favoráveis à pena de morte do que os mais secularizados, embora igualmente severos ante os ataques e do desrespeito às normas convencionais." 'Menos favoráveis' não chega ser um antagonismo, ou seja, há certo diálogo, certa tolerância, uma inflexão para 'baixo' na regra religiosa. Tal fato mostra uma tendência dos indivíduos em não separar ou não se orientar exclusivamente por um código de conduta, as ações cotidianas dos indivíduos, mesmo os autodeclarados fieis, nem sempre é uníssona com o credo confessado, e o descumprimento dos dogmas é uma ação frequente.

Iguais?! Quê que há, está me estranhando? Fazer o quê? A vida é assim, azar! Tratar como nosso irmão?! Eu trabalhei quarenta anos, não posso ser irmã de vagabundo. O que é isso, esta me confundindo por quê, agora? Porque negro é isso... Todo mundo sabe que há racismo, sempre houve e vai haver até o fim da morte, amem. Negro é negro, branco é branco, azul é azul, vermelho é vermelho. E preto é preto. Na vem que não tem. Essas demagogias é bom é em época de eleição. Isso é demagogia, isso é falsidade, isso é falta de religião católica apostólica romana. (Mariauta, 58 anos, escriturária aposentada, residente na Penha) (PIERUCCI, 2013, p. 62).

O trecho acima descrito apresenta um exemplo de quão confusa pode ser a interpretação, feita por um autodeclarante religioso, de aspectos como a igualdade. O tom do diálogo demonstrando insatisfação, provocada por uma comparação feita pelo entrevistador, foi o estopim para explosão do pensamento

político tipificado de Conservador, justificado, segundo a fala, pela ICAR. Pierruci utiliza esse exemplo em seu livro para demonstrar como o conservador de direita utiliza a diferenciação social para justificar seus argumentos. Neste caso além do exposto pelo autor salta aos olhos que a noção de igualdade e irmandade pregada pelo cristianismo fica em segundo plano ante o pensamento político, e ainda, que a proposta de uma igualdade seria uma ‘demagogia/falsidade’ produzida pela falta da religião Católica, ou seja, pode-se inferir que se todos fossem Católicos não haveria falsidade, só preconceitos.

Um dos aspectos apontados por Pierucci (2013) como constituidor do pensamento Conservador é o moralismo. Ainda que na direita conservadora não haja um tipo homogêneo.

Há clérigos e anticlericais, como já se disse, embora seja a forte presença de católicos anticlericais o que mais chama atenção nesta clivagem. Há conservadores e há modernizadores. Há repressivos em moral e em política, mas há em muito maior escala os que são repressivos em moral porém liberais em política. Permissivos em moral sexual não foram encontrados [...] Há quem goste dos partidos e há quem queira a abolição dos partidos e da vida partidária. Há estatistas e liberais e, entre o estatistas, há os nacionalistas e os internacionalistas, os bonapartistas, os saudosistas da ditadura militar, os getulistas, os democrata-cristãos, os “welfaristas” etc. (PIERUCCI, 2013, p. 79).

A ausência de um tipo definido de pensamento sobre política e economia faz com que inclinação moralista seja o elo dos conservadores. “Eis por que a nova cara da direita popular no Brasil urbano é o que é: despolitizada. Despolitizada a ponto de não lhe restar como via de ancoragem nas massas senão a demagogia do moralismo.” (PIERUCCI, 2013, p. 82).

Pierucci aponta que esse moralismo tem sido transmitido para a população brasileira por uma dupla de atores: a mídia jornalista-policia que se alimenta e alimenta a insegurança pessoal e; igrejas vinculadas ao protestantismo.

É que sua penetração na massa é enormemente facilitada por sua dupla e vantajosa aliança: com a direita truculenta da mídia policial e com a nova direita evangélica, nova no mundo e nova no Brasil, igualmente midiática (linhagens estas com tendências à radicalização moralista e que também se fazem representar expressivamente no parlamento). Isto sem contar seus antigos vasos comunicantes com a ultradireita, tradicionalista e patriarcal (PIERUCCI, 2013, p. 82).

Este 'serviço de utilidade pública' prestado pelas igrejas protestantes progride junto com o expressivo crescimento numérico obtido nas últimas décadas.

A expansão de um certo tipo de protestantismo no Brasil urbano vem se dando nesta base já há algumas décadas. Sem muito alarde, porém. Hoje, sob a designação de "evangélicos", eles formam um bloco bem barulhento no Congresso Nacional alinhado na defesa intransigente dos pontos de vista mais reacionários em matéria de moralidade sexual individual e familiar [...] a direita política acaba recebendo das mais diferentes igrejas evangélicas um aporte nada desprezível de votos e, como se pôde ver nesta pesquisa, de ativistas de campanha (PIERUCCI, 2013, p. 84-85).

Diante deste cenário é possível perceber que as éticas religiosas dogmaticamente estabelecidas e seus conjuntos de normas 'para se viver bem', têm na moralidade um veículo e um opositor. Como substrato da consciência individual a moralidade é o resultado da fórmula que relaciona todos os conjuntos éticos formais e exógenos estruturalmente, com suas experiências cotidianas. Sendo assim uma mistura de leis civis, tradições culturais, religião e vida. Esse caldo ideológico não é bem aceito pelos defensores dos dogmas religiosos, pois como a Religião é totalitarista, ou seja, visa interpretar e significar o mundo a seu jeito, o produto final desse *mix* social pode não ser compatível com o sistema e mitologias de sentido da vida estabelecidas pelo 'clero' religioso. Um exemplo disso é que a pensar de muitos católicos serem favoráveis a pena de morte, a Igreja não o é. Assim, há uma disputa pela hegemonia da produção dos sentidos sociais e de como os eventos cotidianos devem ser interpretados.

Essa busca por ser o farol das condutas de vida individuais põe em um mesmo *ring* o cotidiano do ator social (*práxis*), os dogmas religiosos, leis civis, tradições familiares ou regionais, ciência... ao mesmo tempo que cada um desses itens estão em conflitos com outros internos: igrejas disputando pela hegemonia do dogma universal, Estados em guerra para impor sua convicção nacional ...etc. No meio desse conflito e sendo seu agente, está o indivíduo.

Nunes (2012) apresentou a história do período de 1964 a 1985 da aproximação ocorrida entre a religiosidade cristã e as disciplinas escolares: Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica. Segundo a autora neste período politicamente regido pelo sistema autoritário militar, as disciplinas em questão foram utilizadas

como plataforma para projeção de ideais conservadores usando aspectos religiosos como fundo para suas reais intenções.

A partir de Mannheim (1982) podemos dizer que a moral cristã é criada e recriada em favor de interesses particulares, exercendo influência sobre a educação e fazendo parte do pensamento conservador. No caso da ditadura militar, **não era a legitimação do catolicismo que os militares pretendiam, mas sim a do governo autoritário, sendo a moral cristã utilizada conscientemente e estrategicamente, a favor desse interesse** (NUNES, 2012, p. 20, grifo nosso).

Desta forma, a religiosidade também pode ser usada/manipulada por instituições 'não-religiosas', ou mesmo, sem fins religiosos. A apropriação do que é conveniente em uma dada Religião é uma prática usual. Nunes (2012) sentencia essa ação, no período em questão, percebendo que *a moral cristã contida nos materiais didáticos* tinha caráter conservador: "Atribuimos à moral cristã, presente na educação durante a ditadura militar e nos dias atuais, um caráter conservador." (NUNES, 2012, p. 20). É possível que houvessem acordos institucionais para promoção mútua como também pode ter ocorrido uma correlação 'errônea' entre cristianismo e conservadorismo por parte daqueles que definiam as estratégias educacionais que até certo ponto favoreciam interesses dos cristianismos nacionais. O fato é que politicamente, tanto no exemplo de Pierucci (2013) quanto de Nunes (2012), as duas coisas parecem se confundir, se correlacionar muito bem.

Excluindo-se as iniciativas da Teologia da Libertação e alguns movimentos protestantes sem grande expressão, essa parceria parece ser bem adequada para as entidades envolvidas e para seus participantes. O que parece comum a ambas, Política e Religião, é a tentativa de moralização apontada por Pierucci (2013) como um dos pontos fortes e constituidor do pensamento da direita paulistana. O autor discursando sobre o "sentimento generalizado de insegurança, que é autofágico, vem produzindo em certas camadas sociais o surgimento de discursos sobre os males do mundo que, por um lado brotam de uma lógica profascista e, por outro, se dizem baseados nos fatos." (PIERUCCI, 2013, p. 67).

Esse novo discurso "também produz discursos de indignação moral contra a decadência dos costumes." (PIERUCCI, 2013, p. 67). Ao caracterizar esses conservadores Pierucci aponta divergências entre seus pensamentos econômicos, não sendo eles muito homogêneos em vários quesitos, contudo no que tange a

moralidade, há unanimidade no grupo. O que chama atenção é que a instituição responsável pela veiculação da moralidade não é a Religiosa, mas sim a família. “a defesa do passado fica assim restrita (como se isto fosse possível) à defesa da instituição familiar em sua armação sexista-patriarcal e dos valores morais convencionais junto com uma insistente demanda *de Law and order*” (PIERUCCI, 2013, p. 71). E ainda:

Uma constelação de direita com maior probabilidade de se expandir entre as camadas médias metropolitanas é a que dá prioridade não à empresa, mas à família, não ao indivíduo, mas aos grupos orgânicos, propõe justiça social e políticas sociais e se preocupam em reduzir as desigualdades sociais tendo em vista sempre a defesa da instituição familiar (PIERUCCI, 2013, p. 80).

Tais fatos demonstram algo comum entre a ética Religiosa institucional e a prática políticas em questão, ambas defendem a instituição familiar e é difícil saber quem influenciou quem. A questão atualmente é tão pertencente a ambas que não se pode desassociar ou encontrar a originadora da proposta de organização social, pois muitas vezes os mitos justificam as práticas sociais assim como o oposto. Esse ponto de ligação forte é uma das características da identidade política e religiosa nacionalmente, e acresce-se que na maioria dos casos pensar em família, remete a valores mantenedores dessa organização e tradicionalmente tidos como cristãos. Valores religiosos (cristãos) são tão enraizados no conceito de família nacional que se expandem para a legislação. É possível perceber essa associação observando as dificuldades de legitimação social e legal encontradas por outras formas de organização societal no país. Uma vez que a família se organiza por normas ‘consuetudinárias’ de caráter patriarcal, o conjunto de regras e limites entre os binômios: certo e errado; bem e mal, adequado ou inadequado, são mais construções da Moralidade/costumes/tradições do que da Legalidade civil. Pierucci expõe:

Quanto a este aspecto, vale a pena chamar a atenção para um dado de extrema relevância: se os pontos de vistas estatistas em economia encontram alguma oposição em uns poucos entrevistados, atraídos pelo brilho recente do neoliberalismo, o intervencionismo da legislação em moralidade sexual e família é proposto *por todos sem exceção* (PIERUCCI, 2013, p. 83, grifo do autor).

O autor também afirma que o moralismo é o responsável por ‘ancorar’ princípios conservadores no Brasil ao invés da política

No Brasil urbano hoje, que dirá do Brasil metropolitano, há um acúmulo de tensos de toda ordem, extremamente propício à arregimentação de cruzadas moralistas. Eis por que a nova cara da direita popular no Brasil urbano é o que é: despolitizada. Despolitizada a ponto de não lhe restar como via de ancoragem nas massas senão a demagogia do moralismo (PIERUCCI, 2013, p. 82).

Nunes (2012) percebe o moralismo como ‘fio condutor’ das transmissões de ensino no País, contudo em sua análise ela aponta que esse moralismo é o religioso, pois sua argumentação sugere um caminho único na transmissão de moralidade, quase como se moralidade e normas religiosas fossem sinônimas quando na realidade não são. Como as relações entre moral-política e religião são ‘fundidas’, separar o que é conservadorismo do que é religioso não é uma tarefa das mais fáceis uma vez que ambos têm a mesma marca apontada por Pierucci sobre o moralismo: “o moralismo, que culturalmente se (retro) alimenta das preocupações e fobias generalizadas que produzem os discursos da insegurança, da intolerância e da decadência.” (PIERUCCI, 2013, p. 83).

Assim, a sociedade encontra tanto trajetos, instituições e formas para transmitir suas normas quanto necessários, porque sua tendência natural é a reprodução.

Refletindo sobre os dados dos estudos sobre a temática, as análises das nossas pesquisas condensadas na monografia sobre a disciplina de EMC, na ditadura militar, assim como nossas experiências como professora nas escolas de Londrina, consideramos a pertinência de retomar as análises em diversos períodos históricos e contextos. A hipótese central é a de que nos momentos em que *educação moral e cívica* não aparece como disciplina e/ou como prática educativa obrigatória, é possível constatar um fio condutor que atravessa o sistema de ensino no sentido de uma *moralização religiosa* (NUNES 2012, p. 23, grifo do autor).

É possível então associar a percepção de Nunes (2012) com a pesquisa de Pierucci (2013) e entender que a moralização, no Brasil, é um dos fortes veículos de comunicação, ensino, transmissão de tradições e ritos e que esta se confunde com religiosidade. Este fato sugere pensarmos, uma vez que a realidade religiosa/legal/moral são fundidas sem que uma substitua a outra, se os conceitos produzidos na Europa, como é o caso da laicidade podem ser importados sem

problematização, ou mesmo de apontar a plena realização empírica do conceito como algo há ocorrer como consequência de uma maior escolarização ou educação.

Laicidade, com o significado importado da racionalidade do grupo burguês que fez a revolução francesa de 1789, também não foi praticado pelos revolucionários *ipsis litteris* pelo menos nos primeiros 90 anos após a famosa revolução burguesa. Marx ao descrever a realidade da guerra civil de 1870, apontou que uma das ações da Comuna foi a de efetivar a real separação entre Estado Francês e religião:

Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o «poder dos curas», pelo desmantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos possidentes. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo **desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado**. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas a própria ciência liberta das grilhetas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto (MARX, 2014, grifo nosso).

Com base na experiência francesa percebemos uma discrepância entre o termo e seu tratamento 'puro', como se a cisão Religião-Estado Francês tivesse sido abrupta e definitiva, o fato sugere um aprofundamento histórico, que não será feito neste momento, para percebermos como ocorreu, (se é que houve) tal ruptura como prega uma parte da elite nacional brasileira, que foi historicamente formada por educação burguesa francesa. O percebido sobre laicidade no País é uma constante incerteza sobre o que ela realmente significa e qual a definição seguida civilmente, pois enquanto houver disputas para determinar seu significado¹⁶ e posteriormente a determinação ocorrer sua efetivação, laicidade será apenas uma palavra contida em um texto (Constitucional) que quase ninguém lê, poucos sabem o que significa.

O fato já mencionado no qual as informações reproduzidas pela sociedade brasileira são mais transmitidas pela moralidade, que visa atender anseios tradicionais e não legais-civis, e menos por um veículo legalmente instituído

¹⁶ Verificar no Capítulo 3.

também é um desafio para a implementação de uma separação 'ideal'(francesa), uma vez que a ação do individuo se pauta mais na moral que na civilidade.

Outro fato proporcionador dessa característica comunicativa nacional é acentuado se pensarmos que na História do Brasil veremos um Estado omissivo em fornecer aparelhos sociais fundamentais como: escolas, hospitais, sistema jurídico hábil e justo, e na ausência deste, as Religiões ocuparam estes espaços servindo aos cidadãos, cobrando como moeda um preço no processo de aprendizagem e de relacionamento com a sociedade. Estas formas não passam pelos códigos normatizados pelo Estado, são antes costumes tradicionais conservadores plenos de valores religiosos (cristãos) e não de civismo ou Humanismo.

As pistas fornecidas por Pierucci demonstram como no Brasil a religiosidade compõe a moral política de vários brasileiros. Essa união entre religiosidade e moral é antiga e neste texto teve a única intenção de evidenciar a relação. Diante do posto, podemos perceber que a religiosidade brasileira é fruto de um emaranhado, em disputa, de códigos de condutas de vida. Sua expressão sempre diz mais do que o dogma, expressa convicções políticas, econômicas, de status social... Etc. Também esta fundida na vida cotidiana e não se limita a espaços geograficamente estabelecidos para sua expressão. Desta forma, as relações sociais e institucionais são permeadas por seus aspectos e muitas vezes por suas normas.

Conforme a Figura 1 demonstra, essa relação ocorre há muito tempo e o que se conclui com a taxa de crescimento das religiões brasileiras com maior número de adeptos, caminhando ascendentemente desde 1872 sem rupturas e é de que religiosidade é muito bem aceita na nação, tanto pelos civis quanto pelo Estado. Sua relação com o Estado e com a moralidade das pessoas a torna um dos principais componentes da identidade nacional.

Desta forma, esta tendência religiosa nacional demonstrada se adéqua a ideia de que "o impulso religioso, a busca de um sentido que transcenda o espaço limitado da existência empírica neste mundo, tem sido uma característica perene da humanidade." (BERGER, 2000, p. 19). Do que se vê na sociedade brasileira, sua historicidade e *modus operandi*, da sua relação com as instituições escolares tem-se a disciplina ensino religioso, se tiver compromisso com a ciência, talvez como a única, ou uma das poucas, possibilidades para o desenvolvimento de

peças capazes de pensar a religiosidade por parâmetros científicos (históricos, geográficos, sociológicos, etc.) e de debater temáticas religiosas de forma diferente dos ensinamentos dogmáticos ensinados pelas instituições religiosas. Tais conhecimentos podem produzir uma socialização respeitosa entre pares religiosos, com outros crentes de credos diferentes ou até mesmo antagônicos. Servindo para evidenciar o caráter dessa moralidade e confrontar pedagogicamente os problemas gerados por tais condutas. Assim, a disciplina de E.R tem uma grande importância no currículo escolar por ser o único espaço social para se pensar religiosidade fora da universidade. Um lugar que possibilitaria a reflexão não dogmática, em meio a uma sociedade religiosa.

O Artigo XVIII da Declaração de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) diz que:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Ainda é possível perceber iniciativas de intolerância religiosa 64 anos após a promulgação dessa carta de direitos tão importantes para a humanidade. Janayna de Alencar Lui chama a atenção de que a “expansão evangélica no Brasil também fez eclodir atos de intolerância religiosa praticados contra as religiões afro-brasileiras, principalmente partindo de neopentecostais” (LUI, 2008, p. 211). O chute na imagem de Nossa Senhora Aparecida em pleno 12 de Outubro de 1995 por um pastor da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) é um exemplo de um caso que ganhou dimensões nacionais, contudo outros atos de intolerância ocorrem no cotidiano social e por não ganharem a divulgação midiática passam por despercebidos ou se naturalizam na sociedade brasileira.

O problema ganha mais proporção quando ocorre dentro de uma sala de aula por um profissional da educação que por não ter o preparo adequado ou por negligenciar o preparo, doutrina e proselitiza alunos, ensinando sua religião ao invés de seguir o proposto pelas Legislações. Nunes (2012) evidencia isto ocorrendo em uma escola pública da cidade de Londrina, no Paraná com a uma resposta obtida em sua pesquisa de entrevistas:

Mas é assim, não são todos os professores que trabalham com essa proposta, eu já vi professores por aqui, era até uma mocinha, que catequizava os alunos, sabe? Catequizava mesmo, ela não trabalhava com esse caderno do Estado, sabe o que ela trazia? Uma cartilha da religião dela parece que ela era adventista, e aí ela trabalhava a doutrina dela com os alunos [...] (NUNES, 2012, p.156).

Em contrapartida o oposto também pode ocorrer. Há também pessoas ateias que impõe sua descrença como única forma de se enxergar a questão religiosa, faltando por vezes com o respeito à diversidade religiosa, promovendo por sua postura, um proselitismo para o lugar da 'não-crença' quando não há a desqualificação da expressão de fé dos estudantes.

O problema da disciplina de Ensino Religioso tem duas faces: a primeira interna produto das lacunas produzidas pela LDB/96 e pela falta de uma diretriz comum que coloca em atrito grupos religiosos contra cientistas favoráveis a sua existência e, a segunda formada por intelectuais defensores da laicidade ao modelo Francês que almejam a exclusão dos debates sobre religiosidades das pautas do Estado criticam sua obrigatoriedade como disciplina e o dever do Estado em mantê-la. Faz coro juntamente com essa face algumas iniciativas de membros de grupos de religiões minoritárias por entender que a prática da disciplina, dada a realidade de formação profissional e legislações atuais, produzem intolerância (CAPUTO, 2013). Um aprofundamento nesses dois grupos será realizado em tópicos posteriores, por hora basta nomeá-los e seguir mostrando o quão 'vivo e intenso' é o Campo religioso nacional.

Tais fatos evidenciam a vivacidade das questões religiosas e a importância desses promotores de sentido de vida na formação social brasileira. Provendo afetividade e sociabilidade a grupos migrantes, status social (institucionalizado) a membros que não o terão fora dos limites do templo de confissão, cuidados médicos e promovendo qualidade de vida onde o Estado-Nação falha. E é a importância dada pelas relações sociais a esta esfera da vida que promove as disputas por hegemonias vista no cenário nacional disseminadas por agentes, às vezes bem intencionados, ou com uma racionalidade tão inserida na totalidade produzida por seus dogmas confessionais que ultrapassam limites civilmente estabelecidos gerando situações de ilegalidade, preconceitos, discriminações e intolerância.

O ambiente escolhido como recorte nesse vasto horizonte de conflitos é a Escola. Essa opção se deu por ser sua função de regular e transmitir os conhecimentos básicos estipulados pelo Estado. Por ser o lócus social legitimado e estabelecido da transmissão de conhecimentos e, portanto o espaço adequado para produzir cidadãos aptos a se sociabilizar civilmente. Contudo sabemos que embora tenha essas características a Escola não é o único e talvez não seja o mais valorizado ambiente educacional e isto em todos os âmbitos, (estatais, familiares, religiosos e individualmente). Ainda sim é um bom lugar para propor mudanças e um laboratório rico em diversidade e acessibilidade. O Ensino religioso se encontra dentro desse local, desta forma já ficaria implícito que sua abordagem deveria ser pautada também pela Ciência, mas por ter como objeto de estudo: a) algo presente como constituidor das identidades de todos os atores envolvidos desde sua legalização (governantes, acadêmicos) até sua compreensão (alunos); b) existir a possibilidade da incorporação desses agentes da tendência exposta por Weber conforme tratado neste texto; c) existir a con'usão' da moralidade com a religiosidade por não termos uma moral cívica; d) ser alvo das denominações religiosas em conflito no cenário nacional como local fértil para aquisição de novos adeptos, o E.R se apresenta como um bom produto da nossa sociedade para avaliarmos os conflitos existentes entre o sujeito com seus valores e sua postura ética ante uma Lei superior (no caso dos professores) e como se dão os imbricamentos das duas instituições em questão, a saber a Escola e a Religião.

CAPÍTULO 3

AMBIENTE ESCOLAR E RELIGIÃO

Na história das disciplinas escolares, o Ensino Religioso assim como outras disciplinas esta em constante conflito para se justificar como integrante legítima do currículo escolar brasileiro desde a proclamação da República. Sua inserção e legalização têm como caráter *sui generis* sua presença como parte integrante de algumas Constituições nacionais diferentemente das demais disciplinas que se legalizam via documentos educacionais como a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Contudo antes de analisar a disciplina em si e as documentações pertinentes é necessário observar seu ambiente de existência, ou seja, a Escola.

A escola enquanto instituição educacional opera a Reprodução social não apenas com os conteúdos politicamente organizados em disciplinas curricularmente disposta e etariamente distribuídas. A premissa de que o conteúdo transmitido ocorre segundo um fluxo hierarquicamente atribuído é pobre e carente da realidade relacional da comunidade escolar. As trocas nesse ambiente ocorrem de muitas maneiras seguindo múltiplas formas e fluxos. A informação tanto pode partir de professores para alunos, quanto entre os alunos ou dos alunos aos professores, também ocorre dos professores aos próprios professores, isso sem esquecer-se dos funcionários que podem estabelecer mais um pondo de conexão na trama comunicativa desse ambiente.

A noção simplista de que a escola é o local onde os mais velhos ou professores educam os mais novos/alunos precisa ser relativizada, pois embora possa existir quem pense que a Escola expressa em si todo o Sistema de Ensino Social, tal fato alem de omitir e marginalizar outros agentes/instituições como a família, igrejas, o trabalho, também ilude o observador por fazê-lo crer que as únicas informações socializadas são as oficialmente/legalmente estabelecidas. Corroborar com essa noção um importante sociólogo estudioso das relações educacionais brasileiras, segundo o professor Maurício Tragtenberg:

Todo mundo fala em educação. Eu sei que a educação não se restringe à Escola. Nas discussões, a gente começa pela escola; as coisas, no entanto são diferentes. **Quem educa é a sociedade. A escola ensina e a sociedade educa** (TRAGTENBERG, 2012, p. 35-36, grifo nosso).

A peculiaridade dessa instituição esta no fato de ser um 'organismo vivo' o qual produz um espaço e tempo no cotidiano de crianças e profissionais do ensino para trocas das mais variadas informações, tanto as socialmente legitimadas como boas, quanto as insurgentes, seguindo todos os fluxos possíveis. Essa efervescência é notada pelo ruído causado pelo ambiente, a pulsação das trocas podem ser ouvidas a metros de distância e não se confinam as salas de aula, mas também aos pátios e toda estrutura disponível. Desde o melhor/pior conteúdo científico comunicado oralmente pelos professores até os gritos torturantes do sofredor de bullying, do sussurro do traficante, das informações burocráticas da secretaria ao quicar das bolas na quadra e o frenesi da liberdade espacial sentido nas aulas de Educação Física, da verbalização requerida no ato de preparo da merenda as conversas paralelas entre os estudantes na sala **a ESCOLA GRITA suas trocas.**

Nessa miscelânea de possibilidades as religiões/religiosidades se misturam nas linguagens, símbolos e conteúdos das trocas, se confundem por vezes com outras tradições também transmitidas nas interações escolares o que faz a troca religiosa neste ambiente não ser apenas uma peculiaridade ou algo *sui generis*, mas sim um dos vários conteúdos do 'modo de ser' do brasileiro.

Para sabermos como a sociedade brasileira transmite seu modo de ser a seus integrantes é importante percebemos algumas evidências sobre a relação dos sistemas de ensino com a sociedade a qual esse pertence.

A primeira a ser abordada é fornecida por Durkheim (1978). Por reprodução social entende-se o processo histórico no qual uma dada sociedade por meio de seus integrantes, quer sejam pessoas ou associações/grupos/coletivos institucionalizados ou não, transmite aos novos integrantes, por nascimento ou adesão, a fim de perpetuar sua existência tal como é, sua forma e conteúdo de ser.

Para Fauconnet, Durkheim entendia que educação era o processo transmissor da moral social aos indivíduos para a criação do ser social deste, ou seja, sua humanização.

Ora, é pela moral que o homem forma em si a vontade, que governa o desejo; é a linguagem que o eleva acima do domínio da sensação; é nas religiões, primeiramente, e depois na ciência, que se elaboram as noções cardeais com que a inteligência vem a tornar-se propriamente humana (FAUCONNET, 1978, p. 10).

Essa ação social ocorreria a partir do nascimento dos novos membros sendo necessário a renovação contínua da atividade educacional.

Em face de cada nova geração, a sociedade se acha, pois como se estivesse diante de uma tabula rasa, ou quase; e isso a força a novos dispêndios, para uma construção que perpetuamente terá de renovar-se. É preciso que, pelos meios mais rápidos e seguros, ela sobreponha ao ser egoísta e associal, que acaba de nascer, um outro ser capaz de submeter-se à vida moral e social. Eis aí a obra da educação (FAUCONNET, 1978, p. 11).

Desta forma, contrariando ideias filosóficas e psicológicas de sua época que indicavam a educação como sendo um processo para uma sociedade orientado para um devir utópico-abstrato como o alcance da perfeição ou a felicidade, “A educação não tira o homem do nada, como acreditava Locke e Helvetius” afirma Durkheim (1978, p. 50). Ele entendia que a “... educação é um processo social, isto é, esse processo, põe em contato a criança com uma sociedade determinada e não com uma sociedade *in gerere* (FAUCONNET, 1978, p. 12), ou seja, é uma ação concretamente realizada para a orientação dos modos de vida socialmente existentes e, expressando os como(s) e o porque(s) essa sociedade pensava o modo de vida que esta transmitido.

Cada sociedade educou seus membros para seus valores como forma de se perpetuar como tal, ao ponto de suscitar a indagação “De que serviria imaginar uma educação que levasse à morte a sociedade que a praticasse?” (DURKHEIM, 1978, p. 36). Para demonstrar essa impossibilidade ele exemplifica historicamente com os casos da Grécia, Esparta, Egito e Roma na qual a primeira educava para a filosofia, a segunda para a guerra a terceira adotava a religião como fonte de ciência e a quarta uma mistura de guerra e organização civil política.

A definição de educação para Durkheim (1978, p. 41) é:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina.

Com esses argumentos percebe-se que o autor pensava a Educação como elemento fundamental na transmissão cultural de uma geração para

outra, sendo um agente da Reprodução social seu conteúdo é igual seu modo de viver e interpretar/justificar esse modo de viver.

A segunda evidencia importante para pensarmos o sistema educacional a qual a disciplina de E.R se encontra é proposta por Pierre Bourdieu (2009). O autor concorda com Durkheim sobre o papel da sociologia da educação ser a observação do sistema educacional concreto e não do seu devir. Ao definir como importante na pesquisa educacional o conhecimento das leis que regem o processo ele aponta para uma investigação na *práxis* e não no devir.

Em termos mais precisos, é preciso conhecer as leis segundo as quais as estruturas tendem a se reproduzir produzindo agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas e, portanto, em condições de reproduzir as estruturas (BOURDIEU, 2009, p. 296).

Bourdieu (2009, p. 296) também evidencia outra aproximação com a proposta de Durkheim. Para os dois o sistema educacional tem a função de transmissão do como a sociedade é como é, ou seja, reproduzi-la.

Na verdade, dentre as soluções historicamente conhecida quanto ao problema da transmissão do poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isto mesmo a mais adequada a sociedades tendentes a recusar as formas mais patentes da transmissão hereditárias do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução das estruturas das relações de classe dissimulando, sob as aparências de neutralidade, o cumprimento desta função (BOURDIEU, 2009, p. 296).

Ainda que haja aproximações entre os dois é necessário pontuar que Bourdieu (2009) não se contenta em descrever a realidade como é, ele a faz permitindo perceber pontos possíveis de intervenção. Ao demonstrar como o sistema educacional Francês reproduz em sua estrutura nos sistema de obtenção de capitais culturais que por sua vez garantem a manutenção da estrutura de classes, o autor aponta fatores capazes de alterarem, ao menos um pouco e para alguns poucos, a ação automática e constante de Reprodução social. É bem verdade que não há uma proposta a qual um indivíduo possa se valer como uma 'janela de oportunidade' que o faça dar significantes avanços e que isso possa ser extrapolado para toda a sociedade, as alterações ocorrem na esfera da individualidade, no micro. Assim questões presentes nas esferas sociais influenciam diretamente o aproveitamento, constituição e objetivos do Sistema escolar.

Afirmar que o Sistema de Ensino é parte importante no processo de reprodução também pressupõe assumir que as condições de diferenças e desigualdades existentes na sociedade se reafirmam ou continuam a se produzir por essa instituição. Um importante crítico brasileiro nesta área é o professor sociólogo Maurício Tragtenberg. Ao se expressar sobre a Educação brasileira Tragtenberg (2012) aponta sua vinculação com a estratégia capitalista de formação de mão de obra e de ser um dos responsáveis pela inculcação das ideias produtivas existentes no modo de produção em questão.

“A organização da hegemonia pelo Estado, através de seu estamento burocrático-militar e seus respectivos ideólogos, tinham que logicamente contar com o apoio da escola, enquanto ‘aparelho ideológico’.” (TRAGTENBERG, 2012, p. 15).

Brandão (1982) chama atenção para a mesma questão lembrando que a escola pode ser, e estava sendo na época, uma forma de educação que reproduzia a opressão social.

A educação de que deu modo ou de outro nenhum deles escapa, reproduz o saber que a justifica através de distribuir desigualmente os princípios, as regras e as falas subsidiárias da *gramática da legitimidade arbitrária* da ordem social de opressão. A escola não tem as armas de dissuasão que o quartel tem, mas a seu modo tem outras mais persistentes. Ela possui as armas de persuasão que o sistema de poder usa para preservar-se como ideia e realidade (BRANDÃO, 1982, p. 15, grifo do autor).

Diante de toda a desigualdade existente no país Tragtenberg aponta para o modo com que a reprodução econômica se relaciona com a escola e como essa instituição burocraticamente organizada se tornou uma instituição de uma classe social.

A escola, mesmo a mais democrática, traduz no nível escolar, as desigualdades de nível social. Possibilidade de escolaridade prolongada e sucesso escolar são privilégios dos privilegiados, possíveis àquelas cujas famílias ocupam posição dominante na estrutura social. O interior do sistema escolar oculta, sob aparência de diferenciações funcionais, tipos de cursos ou níveis de ensino, diferenças que se manifestam por uma hierarquia social que aparece nas oportunidades desiguais de escolarização às crianças de origem sociais diversas. A eliminação do sistema escolar atinge as camadas pobres, a elite raramente afetada (TRAGTENBERG, 2012, p. 71).

A economia não é a única esfera da vida que dança em pareceria com a escola, Brandão (1982) denuncia como o caminho escolhido da educação nacional tem sido politicamente organizado.

Nesta avaliação atual do *ato de ensinar* tem sido feita pelo menos em duas dimensões: 1ª mesmo do ponto de vista puramente pedagógico, a educação escolar não conseguiu criar métodos e desenvolver sistemas que reproduzam a cultura e transmitam o saber de uma geração à outra, sem enquadrar pessoas e as próprias gerações de educandos na bitola muito estreita de modos de pensar, de criar, de agir e de participar da vida, da cultura e da sociedade; 2ª em tipos de sociedades como a nossa, dependentes, orientadas por valores de lucro e organizadas arbitrariamente sobre estruturas autoritárias de poder, a educação é pensada e dirigida por pessoas e grupos políticos e/ou profissionais que controlam, direta ou indiretamente, outras instancias da vida social. Aí se faz com a educação o que se faz com a religião dominante, com o sistema jurídico, com o arco-íris dos serviços de “bem-estar social”. Faz-se com que toda a atividade pedagógica sirva para fazer o que é preciso para que as pessoas se tornem iguais, uniformes na docilidade, na obediência, no respeito e na veneração de valores e símbolos de valores que parecendo sustentarem a ordem que contém a felicidade de todos (e o seu sentido de vida), contém na verdade os interesses de pequenos grupos, tão minoritários quanto poderosos (BRANDÃO, 1982, p. 35).

Ainda que a escola seja uma instituição social os agentes não são esquecidos. Tanto Brandão (1982) quanto Tragtemberg (2012) consideram a ação dos profissionais da educação, ambos apontam os professores como um dos responsáveis pelas ações reprodutivistas da desigualdade social. Tragtemberg (2012) indica a vinculação dessa categoria profissional com classe média além de mencionar sua ação de direcionar suas pedagogias e organizações curriculares para atender alunos oriundos dessa classe, excluindo os pobres não de forma direta e impeditiva, mas pela incapacidade de acompanhar ritmos e conhecimentos originados e contidos em capitais culturais pertencentes a classe dominante, contudo suas críticas as pedagogias adotadas evidenciam sua crença que as ações docentes, se alteradas, poderiam contribuir e muito para a atenuação ou mesmo o fim desse ciclo.

A difusão da ideologia dominante “desenvolvimentismo” se dá através do professorado oriundo da classe média, que tem como modelo o aluno de classe média, agindo conforme tal ótica em relação àqueles de origem proletária ou camponesa. (TRAGTENBERG, 2012, p. 15).

Para o autor tanto a ação interna da escola quanto as questões extrínsecas principalmente as de ordem econômica funcionavam de forma a excluir setores menos providos financeiramente de possibilidades de sucesso escolar.

Fundamentalmente, há uma correlação direta entre a origem social do aluno e o fracasso escolar, seja a entrada tardia no sistema de educação, seja a repetência ou a evasão escolar. A escola consagra, no plano pedagógico, aqueles que no plano da origem socioeconômica já estão previamente escolhidos; premia os privilegiados e penaliza os desprivilegiados, outorgando-lhes o título de “carentes” (TRAGTENBERG, 2012, p. 15).

Sabe-se pelo que foi demonstrado pelo sociólogo e pesquisador das relações escolares Bernad Lahire (2004) que a determinação que indica apenas questões econômicas na realidade de fracassos escolares não é de toda verdadeira, a agência dos indivíduos precisa ser levada em conta também. Ainda sim, o que Tragtemberg (2012) enfatiza é que do ponto de vista macro a economia atua mais intensamente e de forma mais convincente do que as motivações internas dos indivíduos. Em relação ao desenvolvimento da rede educacional no país o autor afirma que:

Por outro lado o próprio desenvolvimento da rede educacional nada mais fez do que acentuar o que já existia. Estabeleceram-se na prática duas redes paralelas; a escola de rico e a escola de pobre. Ao se acentuar por esse sistema as diferenças de classe, apesar de todo o jargão igualitário democrático-liberal, introduzem-se sutilmente condições diversas de estudo vigentes na escola privada e na do Estado, no nível qualitativo de ensino destinado à clientela do período diurno e *noturno* (TRAGTENBERG, 2012, p. 17, grifo do autor).

Essa dicotomia existente na escola brasileira é fundamental para a compressão do como a sociedade brasileira tem se reproduzido. Essa forma de se fazer educação evidenciada através do problema da educação nacional, é responsável por demonstrar a essência das relações de classe existentes:

O problema educacional, tal qual é usualmente detectado, o é na *aparência*. Na realidade ele é a forma *aparencial* de algo essencial: as determinações econômicas que regem a lógica das classes, trasmutada em lógica de poder e legitimada pelo aparelho escolar, através do fornecimento de uma educação diferencial. (TRAGTENBERG, 2012, p. 17, grifo do autor).

Desta forma Tragtenberg (2012) colabora com a descrição da realidade escolar do Brasil ao apontar as principais causas da desigualdade existente e associar as ações internas a principal esfera da socialização do Homem: a economia.

Essa realidade bem como o processo de Reprodução social através do sistema de educação são importantes para a temática em questão, pois compreender o *modus operandi* do sistema educacional brasileiro nos impulsionam a pensar como as Religiões se ajustam nessa ação social de Educação sabendo que a Matriz cristã possui uma parte do sistema privado educacional em todos os níveis da educação brasileira. No setor público a agência de profissionais de ensino e de outros membros da comunidade escolar podem, ao tentar reproduzir a lógica conversionista do Campo religioso, produzir o tido como principal dilema da disciplina de ensino religioso: o proselitismo. Tragtemberg (2012, p. 79) afirma que a “... escola se constitui num centro de discriminação, reforçando tendências que existam no ‘mondo de fora’”. Se a prática conversionista do cenário religioso nacional for reforçada como diz o autor e associarmos o ethos vocacional religioso, a não limitação das práticas religiosas à geografia dos templos e lugares sagrados, dentro de um sistema que objetivamente reproduz as condições sociais, a existência da disciplina a sugere como algo determinado a divulgar e disseminar religiosidades/instituições. É comum o pensamento de que o papel do ER é a informação religiosa.

Com a finalidade de captar a noção existente da função e objetivo da disciplina por cidadãos comuns. Ao longo da investigação eletrônica e na pesquisa de campo, foi possível solicitar algumas informações sobre a disciplina aos professores e profissionais envolvidos com ensino também foram coletados dados em páginas de conteúdos relacionados à disciplina. Esse grupo pesquisado revelou a crença de que o conteúdo e ação docente teria uma forte relação entre a disciplina e o conteúdo religioso de origem Teológica.

Quando eu fiz segundo ano primário, existia uma matéria chamada Moral e Cívica. Trazia valores, como respeito aos mais velhos, aos símbolos da Pátria, Hinos Nacionais, Estaduais e Municipais, e a diferença entre os seres humanos (etnias, crenças). Não interessa minha opinião, não entendo nada de Estudo Científico das Religiões, **Pra mim, ensino religioso é espiritualidade**, e podemos deixar a parte científica, para quando o estudante estiver mais maduro (PATROCINO, 2013).

Neste email é possível perceber como a vinculação disciplina e espiritualidade é presente na compreensão da emissora, nota-se a dissociação do conteúdo acadêmico científica com a Escola e o Ensino Fundamental. Outros exemplos dessa associação podem ser facilmente retirados dos comentários de matérias envolvendo a Disciplina.

Comentário 1

Sadrak

12 jan 14, 1:36pm)

Deus Seja Louvado! com Resolução ou sem Resolução a palavra de Deus através da religião será ensinada para o povo, não existe matéria mais linda do que ensinar os prodígios que nosso Deus realizou quando esteve aqui na terra.As mentes humanas só serão boas voltadas para praticar o bem quando conhecerem verdadeiramente o nosso Deus através da Bíblia Sagrada

Comentário 2

JOSE MARIA ROCHA DE OLIVEIRA

14 jan 14, 8:05am

Assunto muito importante, principalmente para quem acredita no Criador do Cosmo. No meu entender devemos ter ensinamento religioso nas Escolas pois seria de suma importância mas que, certamente alguém irá contestar, os Ateus o farão de certeza. Não importa será de boa a Matéria a ser administrada, caso alguém não queira não se deve forçá-lo, assiste que quer. Aproximando-nos de DEUS, entendo, as coisas serão bem melhores, u Mundo será outro, teremos creio, um Mundo menos desigual, menos ódio,desespero, crimes e outras mazelas. Com DEUS no coração acredito será bem melhor. Acreditemos nele DEUS, Criador de tudo e todos, enfim da inteligência e da vida. Obrigado por me darem esta oportunidade de expressão. QUE seja feita a vontade Suprema de DEUS, Permissor até destas minhas humildes palavras.
Obrigado e Tchau !!! (OSSAME, 2014).

Pode-se notar que há um pensamento Comum entre a sociedade sobre a função e objetivos da disciplina. Essa forma de pensar produzida pelas relações reais existentes na sociedade brasileira são fruto tanto da historicidade religiosa nacional quanto de seu cenário religioso atual. Pensar a disciplina neste contexto é importante para que seja construído uma definição concreta do que é o Ensino Religioso, quais são suas principais características e como a sociedade brasileira a tem visto.

É certo que o acompanhamento educacional não é algo muito comum na relação entre Família e Escola ainda que toda (ao menos no Paraná) política educacional proponha interações democráticas como a participação no

Projeto Político Pedagógico e acompanhamento das contas escolares, a taxa de pais que frequentam ativamente as reuniões decisórias é baixa e o mesmo ocorre no acompanhamento escolar. Essa atitude pode ser fruto da baixa escolaridade nacional dos pais, sabe-se que a média de estudos no Brasil é de 8,9 anos e que as taxas de analfabetismo crescem conforme a classe etária pesquisada aumenta, isso pode ser o fator desencadeador da atitude de ausência familiar nos ambientes educacionais por essa geração mais velha não se sentir apta para interferir nos caminhos e processos do sistema educacional brasileiro. No desenvolvimento das pesquisas não foi encontrada nenhuma ação organizada ou menção a uma associação composta e liderada por familiares favoráveis ou contrários a disciplina, a presença desse grupo social apenas apareceu na entrevista fornecida pela técnica de ensino religioso do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Londrina em 2012, quando foi questionado sobre possíveis confrontos existentes. A resposta esclareceu a opção de matrícula passiva adotada pelo Paraná, ou seja, o estudante é matriculado na disciplina automaticamente ao se matricular na escola revelando uma não decisão familiar sobre a participação do estudante na disciplina e que nos casos de confrontos, no ano de 2012 não tinham ocorrido, a solução era realizada através de uma intervenção da responsável com o professor, para que a situação fosse contornada, ação essa que excluía novamente a presença desse grupo social. Percebeu-se neste caso que este grupo específico tem pouca participação nos rumos da disciplina em atuações de forma direta, fato esse, que o exclui como ator para esse trabalho, ainda sim revela a importância de aprofundamentos relacionados a essa vinculação em outros estudos ao mesmo tempo em que aponta, ao menos para a amostragem realizada, os ideais e expectativas para com a disciplina, que vão em rota de colisão com o estipulado Constitucionalmente.

Diante desse fluxo no qual o sistema de Ensino se torna um dos componentes da Reprodução Social, as poucas manifestações pessoais indicam forte associação com o religioso em um cenário de ampla concorrência religiosa sugerem perguntas sobre qual deve ser a realidade religiosa dentro dos muros da Escola, quem são os agentes de trocas religiosas, pois se houver uma homogeneidade entre os dois ambientes qualquer proposta que vise alteração no que hoje está estabelecido será dificilmente aplicada. Para conhecer esse ambiente nos valeremos da Pesquisa sobre Ações Discriminatórias em Âmbito Escolar realizada pelo INEP em 2008.

3.1 RELIGIOSIDADES DA COMUNIDADE ESCOLAR BRASILEIRA

Para uma aproximação entre a temática religiosa e o ambiente escolar é preciso conhecer quão religioso é esse ambiente. Para que seja possível apresentar informações de forma a pensar o tema em âmbito nacional a estratégia utilizada será descrever três variáveis da Pesquisa Nacional sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais realizada em 2008. O objetivo do estudo era

[...] analisar a incidência de preconceito e discriminação nas escolas públicas – estaduais e municipais, de forma a descrever um quadro de base para a avaliação das ações globais no campo da promoção da diversidade. O seu objetivo central foi a mensuração de situações de discriminação no ambiente escolar e sua influência no acesso, na permanência, na trajetória e no desempenho escolar dos estudantes, de forma a subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ação que promovam, a médio e longo prazos, a redução das desigualdades em termos de resultados educacionais, do respeito e da própria educação para a diversidade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008b, p. 4).

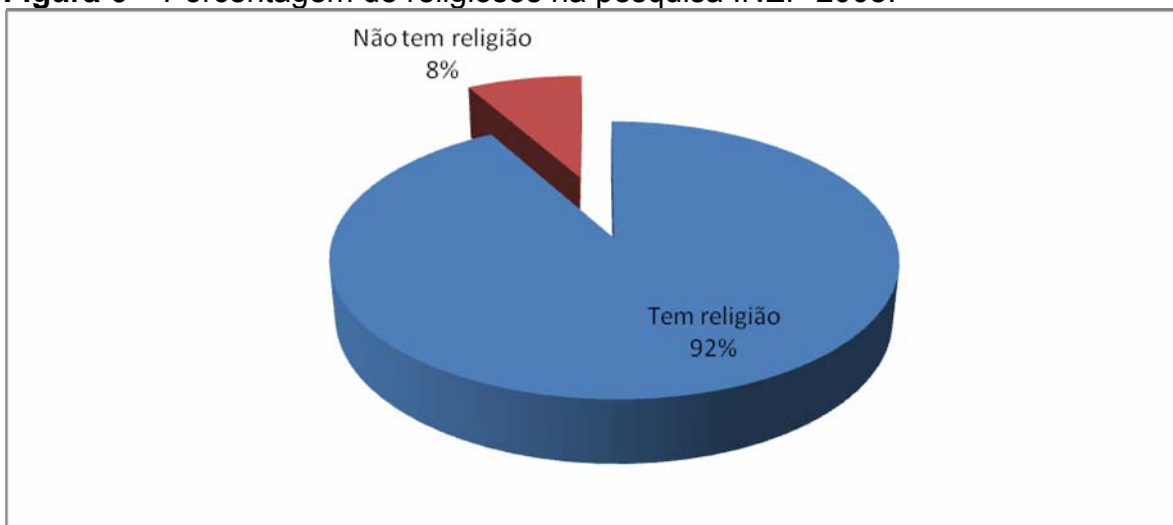
Para alcançar o objetivo a pesquisa amostrou 500 escolas públicas em todas as regiões do país e para ser possível produzir inferências adotou a seguinte dimensão e estratégia amostral.

O universo de escolas pesquisadas, segundo os critérios estabelecidos, foi de 54.402 escolas, localizadas em 5.563 municípios brasileiros, totalizando em torno de 8.365.097 matrículas de alunos nas respectivas séries-alvo da pesquisa. A seleção das escolas da amostra foi efetuada considerando o critério PPT – Probabilidade Proporcional ao Tamanho, em função do número de matrículas em cada escola por região/localização/níveis-modalidade de ensino. Em cada escola selecionada entrevistou-se o diretor ou coordenador de ensino, uma turma de alunos sorteada dentre as existentes na série-alvo, dois professores (de português e matemática que lecionam para a turma sorteada), dois funcionários e dois pais de alunos, sempre relativos ao nível/modalidade em que a escola foi sorteada. Se a escola foi selecionada em duas modalidades, o número de entrevistas deve dobrar, exceto no caso do diretor. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2008b, p. 4).

O total de questionários respondidos foi de 18599 distribuídos entre os agentes da comunidade escolar. Diretores (501), funcionários (1005), professores (1004), alunos (15087) e Pais de alunos (1002).

A utilização dessa pesquisa se justifica por sua amostragem ser capaz de fornecer dados válidos a inferência, ou seja, a divisão amostral foi pensada de forma a produzir informações capazes de representar o ambiente escolar nacional. O objetivo principal da pesquisa não era a temática: religiões e religiosidades, mas sim mapear os principais grupos que sofrem preconceitos e que os produzem, contudo foram coletadas nos questionários três variáveis tratando da questão religiosa desta forma são possíveis vários desdobramentos da temática. Para esse estudo nos valeremos apenas da descrição da composição religiosa no ambiente escolar, demonstrando e analisando suas interfaces com o cenário nacional. Para compreender os limites dos dados e análises posteriores é preciso considerar ainda que as variáveis relativas a temática religiosa não puderam, ainda que trabalhando com os microdados fornecidos pelo INEP, ser decompostas por elementos da população amostrada por conta da forma como foram disponibilizadas pelo Instituto. Portanto a descrição realizada contém dados totalizados das categorias, ou seja, são oriundos da *comunidade escolar*. Para pensarmos a disciplina de Ensino Religioso a primeira consideração a ser feita diz respeito a variável que aborda a religiosidade da comunidade escolar. A Figura 6 apresenta o índice de religiosidade declarada na pesquisa.

Figura 6 – Porcentagem de religiosos na pesquisa INEP 2008.

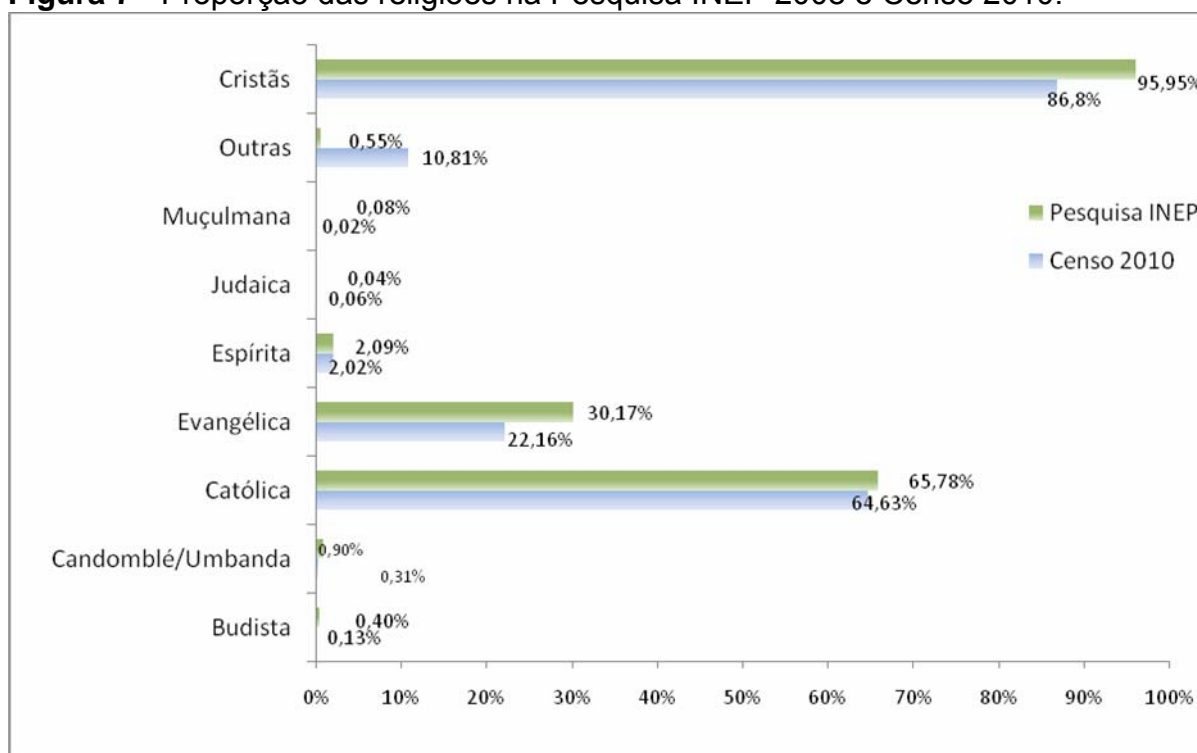


Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008b).

Conforme indica a Figura 6 o número de não religiosos é de 8% valor igual ao obtido pelo Censo 2010 dos sem-religião. Como a pergunta do questionário era “você tem religião?” a negação não necessariamente indica ateísmo uma vez que o termo religião pode estar atrelado a Instituição religiosa. No caso do Censo de 2010 (IBGE, 2013) percebe-se que o número de ateus é de 0,32% e agnósticos de 0,07%, 7,65% da população se declarou sem religião sem ser atea. Esse dado indica mais um grupo de desinstitucionalizados do que não-crentes. Na pesquisa INEP não havia possibilidade de decompor a variável como é possível no IBGE, ainda sim, vemos que o valor de crentes é semelhante a pesquisa nacional, mas será que a distribuição de fiéis e religiões é também semelhante?

A Figura 7 demonstra a comparação entre o Censo e a pesquisa INEP na qual é possível perceber algumas diferenças.

Figura 7 - Proporção das religiões na Pesquisa INEP 2008 e Censo 2010.¹⁷



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008b) e IBGE (2012a).

A Pesquisa INEP não utilizou as categorias religiosas produzidas pelo IBGE. As diferenças apresentadas entre as duas fontes de dados não anula a possibilidade de comparação, apenas tornou necessário o agrupamento de algumas religiões como é o caso dos Evangélicos que no IBGE aparecem como Protestantes em suas variações (pentecostais, missão, outras). O mesmo ocorreu com a categoria criada pelo INEP que uniu as duas principais expressões Afro em uma categoria, para compara-la com o IBGE o mesmo procedimento foi adotado, somou-se os valores das duas categorias do Censo 2010. Assim foi possível adequar os valores do Censo agrupando expressões de religiosidade perdendo suas decomposições e particularidade, contudo sem alterar suas matrizes.

Para avaliar se os dados obtidos na pesquisa INEP, no que tange a distribuição de religiosos, apresenta homogeneidade com o coletado no Censo de 2010, realizou-se um teste de proporção¹⁸ o qual indicou a não-homogeneidade entre as proporções. Tal fato indica, uma vez que a amostragem da pesquisa INEP

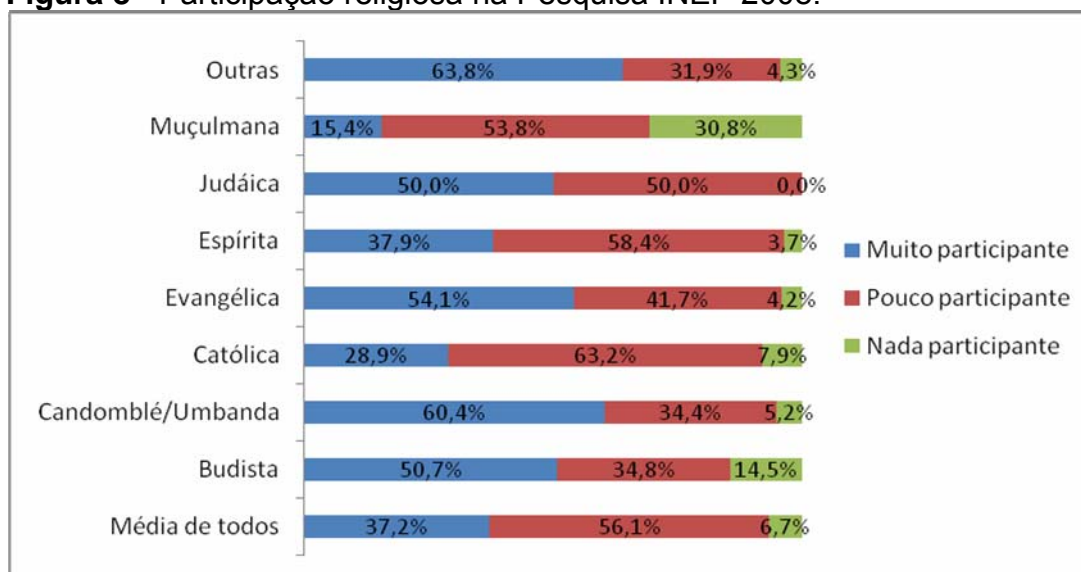
¹⁷ Os valores dizem respeito aos que responderam que tinham religião. Para adequar as categorias religiosas apontadas pela pesquisa INEP e a tabela 2094 foram considerados como Outros todas as religiões da tabela 2094 que não estavam representadas na Pesquisa INEP.

¹⁸ prop.test = Chi quadrado = 2466.206, df = , p-valor= 2.2e-16, intervalo de confiança de 95%.

foi adequada, que o universo da Pesquisa-INEP obteve um número de religiosos com proporções diferentes do encontrado no cenário nacional. A consequência disto é a existência de grupos com maior e menor presença na comunidade escolar. Dois cenários são possíveis, o primeiro uma maior presença no ambiente escolar de grupos minoritários no cenário nacional e o inverso, uma maior concentração dos grupos já majoritários.

Os dados indicam a segunda opção, há uma concentração maior no número do grupo dos cristãos principalmente no que se refere a Evangélicos, ao mesmo tempo aponta para uma presença numericamente baixa de grupos que já são minoritários no cenário nacional. Esses fatos podem agravar ainda mais as relações religiosas existentes dentro do ambiente escolar uma vez que a hegemonia se torna mais aguda. A Figura 7 indica, em relação ao Censo 2010, uma presença de 8,1% maior de protestantes/evangélicos e, de 1,15 % menos Católicos, no ambiente escolar e se observarmos a variável “Cristãos” (soma de Evangélicos e Católicos) percebe-se a diferença de 9,15 % a mais de cristãos do que o existente no cenário religioso nacional. No que concerne às religiões de Matriz Afro no ambiente escolar existem 1/3 do observado no Censo 2010.

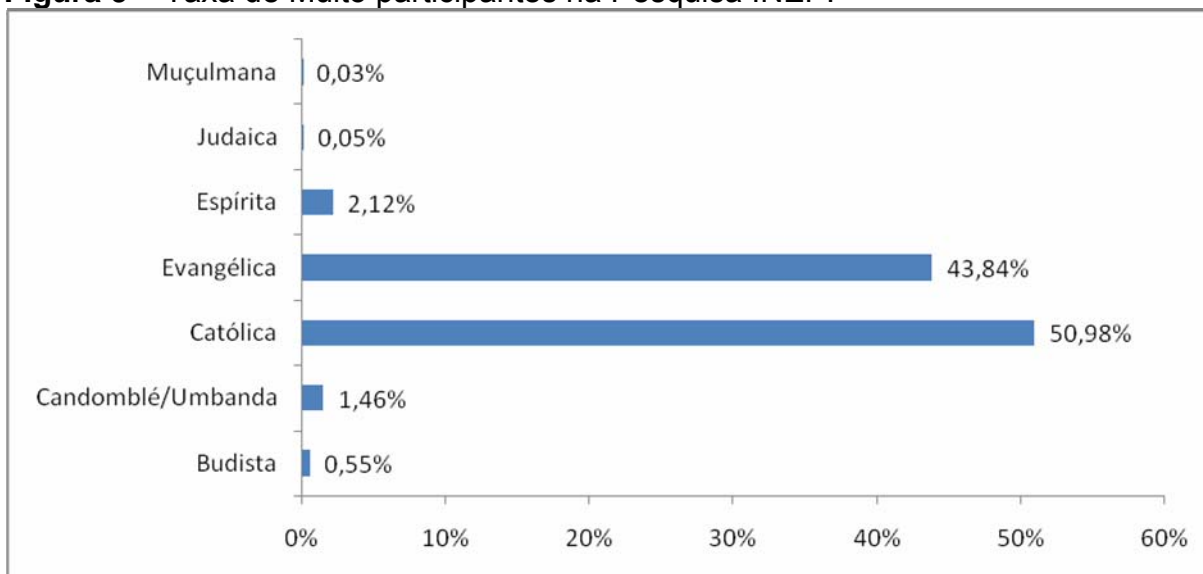
Como já sabemos o fenômeno nominalista ocorre muito no país, muitas pessoas se dizem pertencente a quadros de grupos sem, contudo ter um vínculo próximo ou um compromisso com as causas definidas das respectivas denominações de pertença. Para avaliar a intensidade dessa adesão a um grupo a estratégia adotada pelo INEP foi de avaliar o grau de participação dos religiosos nos seus ritos, ou seja, sua frequência de culto. No que tange a participação dos religiosos da pesquisa INEP percebe-se uma variação entre as várias religiões e suas intensidades de participação.

Figura 8 - Participação religiosa na Pesquisa INEP 2008.

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008b).

Chama a atenção o fato de serem os participantes das religiões não caracterizadas (Outras) aqueles com maior taxa na resposta “Muito participante” (63,8%), seguido de Candomblé/Umbanda (60,4%) e dos evangélicos (54,1%). A categoria Outras também é responsável pelo terceiro menor índice na resposta “Nada participante” (4,3). Essa característica é importante, pois coloca os poucos, numericamente, representantes da expressão religiosa como os mais atuantes em termos religiosos. Desta forma os mais intensamente religiosos não foram caracterizados na pesquisa por conta das poucas opções de respostas disponibilizadas no questionário. Abaixo da média de “Muito participantes” aparecem Católicos (28,9%) e Muçulmanos (15,4%). Os católicos também tem percentual maior do que a média na opção Nada participante o que os dá a primazia na categoria Pouco participante.

Admitindo que a maior probabilidade de ocorrência de conflitos diz respeito a grupos com maior intensidade de participação. Pode-se avaliar dos dados a potencia de conflitos dizer respeito a relação dos Candomblés X Outras X Evangélica. O fato do quantitativo Evangélico ser superior no ambiente escolar do que no nacional e da postura proselitista conhecida e apresentada no Capítulo 1 e 2 o coloca em rota de confronto com essas expressões de religiosidades. Ainda que apenas 28,9% dos Católicos se declarem muito participantes o desdobramento numérico absoluto ultrapassa os obtidos pelas outras expressões de fé.

Figura 9 – Taxa de Muito participantes na Pesquisa INEP.

Fonte: Adaptado de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008b).

Ao considerarmos quantitativamente a resposta na variável Muito Participante, percebemos que embora a taxa total de adeptos católicos não se sinta intensamente ativa, a quantidade de fiéis exerce um papel fundamental na avaliação, pois seus 28,9 % de religiosos intensos correspondem a mais da metade de todos os religiosos intensos. Novamente a presença Evangélica aparece sendo responsável numericamente por quase toda a outra metade. Esse fato coloca mais um ponto no *score* de tendência a conflito do protestantismo e recoloca o Catolicismo praticante no Campo novamente.

Os resultados obtidos na pesquisa apontam que o ambiente religioso escolar é tão ou mais propenso a disputas religiosas que o Campo nacional. As disputas ocorridas fora dos muros tem grandes possibilidades de ocorrerem dentro da Escola por ser esta um cenário, numericamente, de maior acentuação religiosa. Desta forma, a Reprodução social religiosa pode ser acirrada neste contexto.

O número 33% inferior de praticantes de religiões de matrizes Afro no ambiente escolar aponta um fator importante principalmente ligado ao ensino de suas práticas pela disciplina de Ensino Religioso. Os poucos adeptos produzem, conseqüentemente, poucas trocas entre si e na teia comunicativa escolar. Essa característica é importante por demonstrar que se a reprodução educacional da disciplina seguir como representação do que existe e é requerido pelos membros da comunidade escolar essa expressão religiosa terá pouco ou quase nenhum espaço. O fato dos Evangélicos serem parte significativa tanto na taxa total da população

quanto na variável de participação os coloca como principais ‘suspeitos’ de práticas proselitistas ou atos de intolerância, uma vez que os dados associados com sua rampa de crescimento numérico no cenário nacional ocorre principalmente por conversões de adeptos de outras religiões uma vez que a população é algo finito e 99% se diz religiosa. Os católicos mesclam hegemonia numérica com baixa participação religiosa, esse fato os coloca em uma região ‘cinza’ por poderem agir para se manter e combater os assédios de outras expressões ou nem se envolver.

Esses dados são importantes para conhecermos, ao menos do ponto de vista macro, as possibilidades de conflitos religiosos e prováveis agentes de confronto. Sabe-se que a Escola não é um lugar politicamente neutro, portanto os dados acima dizem muito sobre sua possibilidade de tendência, contudo não as define, principal função deles é fornecer parâmetros para pensarmos como uma disciplina cuja temática envolve a realidade descrita, pode agir de forma contrária aos ideais democráticos de tolerância e respeito e, ao mesmo tempo, aponta seu desafio, caso sua orientação e prática sejam de incentivar relações democráticas agindo contra a realidade de reproduzir o harmonicamente existente, como será ensinar aspectos de religiões Afro que por vezes frustra os interesses demonstrados pelo grupo formado por pais.

3.2 DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

Seguindo a dinâmica comunicativa da Escola as estratégias de Reprodução Social religiosas podem promover propagação religiosa sob as mais criativas formas nesse ambiente, desde o nome da Escola, dos símbolos carregados pessoalmente ou dispostos nas paredes a frases corriqueiras na linguagem nacional como a de despedida “vai com Deus”.

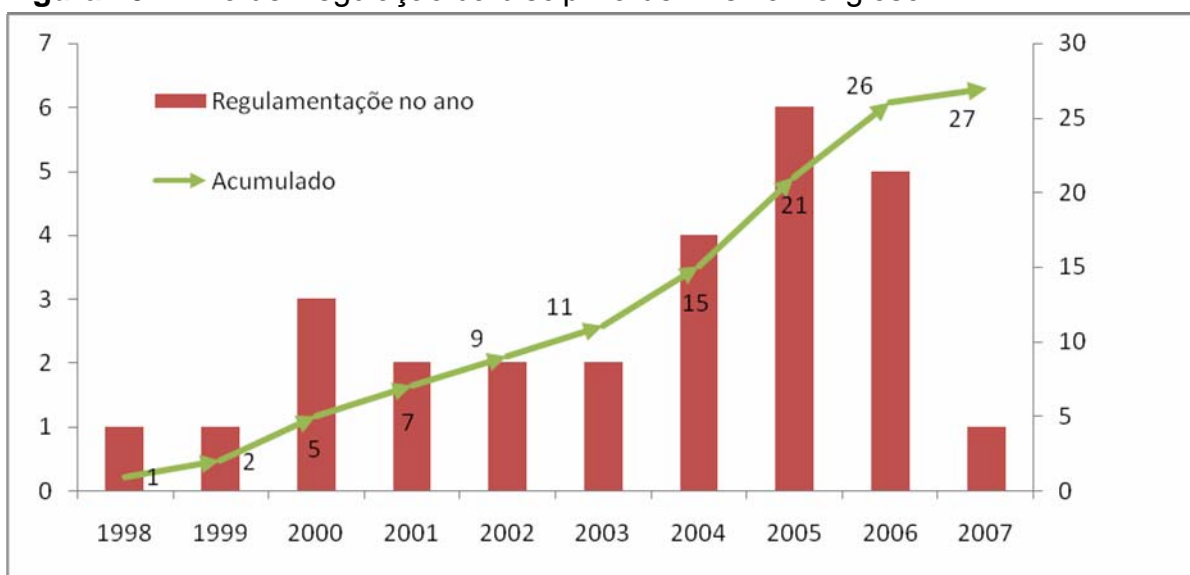
A noção de que o ambiente escolar é o *locus* por excelência da cientificidade também é equivocado e alheio a realidade pulsante. Essas características peculiares da instituição escolar são importantes para a compreensão sociológica da questão. A escola não é o único elemento do Sistema de Ensino Social e sua identidade não corresponde perfeitamente aos ideais cientificistas. É sob essas condições que as disciplinas vitoriosas nas disputas políticas de constituição curricular atuam propagando seus conteúdos e entre elas o Ensino Religiosos se destaca por destoar do conceito de laicidade republicana vigente ao

ser legalmente estabelecida pelo mesmo instrumento que definiu essa condição nacional, a saber, a Carta Magna, A Constituição Nacional. Acresce o fato de não haver para a disciplina nenhuma orientação curricular nacional oficial, não há um plano nacional fornecedor de um currículo e parâmetros para a sua existência.

Dessa realidade surgem algumas indagações. Uma vez que as trocas religiosas no ambiente escolar não dependem de uma disciplina para ocorrer, a que ou a quem serve uma disciplina sem um conteúdo nacionalmente determinado a exemplo das outras disciplinas? Ou seja, por que uma eficiência política a impõem curricularmente no texto Constitucional sem que essa mesma virtude seja usada para definir seus conteúdo e suas particularidades? A omissão e ausência não parece propositalmente produzida para dar voz a determinados interesses por brechas da lei?

A entidade civil “Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação” (AÇÃO EDUCATIVA, 2008) produziu em 2008 um levantamento sobre a relação do ensino religioso e o Estado laico apontando o processo de implantação da disciplina de Ensino Religioso. Os dados coletados apontam que foram necessários 10 anos para os Estados se adequarem a LDB/96, produzindo regulamentações e leis para a disciplina.

Figura 10 – Ano de Regulação da disciplina de Ensino Religioso.



Fonte: Adaptado de Ação Educativa (2008, p. 5).

Esse tempo na implementação das mudanças ocorreu devido a uma série de disputas sobre dois aspectos principais. O caráter da disciplina e seu objeto. A ausência de uma diretriz nacional impôs discussões locais aos sistemas de ensino. Contudo o primeiro desafio que definiria os dois aspectos passava por outro desafio prévio. A pergunta que deveria ser respondida antes das definições era como transformar saberes de ordem sensorial, adquiridas pelo tipo de racionalidade que não exige lógica Moderna, constituídas de tradições, de um tempo e lugar Outro, e que têm como conteúdo histórias de personagens e seres desprovidos de qualquer corpo/concretude material os quais estabelecem as mais variadas, litúrgicos ou espontâneos, formas de interação com o humano sem que estas sejam Historicamente comprovadas, em um conteúdo sistematizado sob-regras da cientificidade para serem transmitidos com os recursos escolares disponíveis: quadro, textos, giz e projetores?

Os saberes (culturais) não se tratam apenas de conteúdos, mas se tratam de dinâmicas, as formas com que as pessoas pensam que é o saber. [...] O conhecimento (no terreiro) não é veiculado de forma objetiva, ele é veiculado como forma de experiência, ele faz uma mensuração de quem esta falando, quem esta ouvindo para o momento adequado para que ele seja transmitido [...] A experiência da religião é uma experiência intelectual e uma experiência emocional (SILVA, 2013).

Portanto como esvaziar de sensorialidade aquilo que é apreendido pela experiência? Como academicizar o metafísico/místico? Como limitar às normas da Razão o que é percebido em muitos cultos justamente com sua anulação.¹⁹ Naquelas religiões/religiosidades as quais o processo de grafismo do místico/metafísico constituiu mais do que registros 'históricos' das práticas religiosas, transformaram, por vezes, o texto em Sagrado produtor de normas e cânones, em um sistema 'logicamente' estabelecido pelo corpo de sacerdotes, no sentido clássico de Weber (2009), ou de corpo especializado, no sentido de Bourdieu (2009).

Nestes casos a adaptação de conteúdos contaria com a facilidade trazida por se ajustar mais ao modelo de lógica produzida pelo caminho histórico ocidental uma vez que a hegemonia da palavra escrita produzida pelo processo ocidental pós século XVI e os processos de burocratização das relações decorrente

¹⁹ Alguns sistemas de sentido da vida/religiosidades se utilizam de chás ou outras elementos provocadores de inconsciência.

das necessidades de organizações racionais já tenham sido incorporadas pelo sistema de sentido de crença em questão. Essa sistematização permitiria uma interface curricular sem grandes problemas, no sentido de transformar o metafísico/místico em conteúdo sob o molde da cientificidade, já que geralmente essa ação organizativa religiosa já tem a finalidade intra-religiosa de ensino. Esse fato põe mais um componente importante na questão: uma vez que essa facilidade se apresenta em determinadas religiões como o Cristianismo e Islamismo e, a primeira é numericamente hegemônica tanto no país²⁰ quanto dentro do ambiente escolar²¹ a utilização dos materiais de educação religiosa se apresentam nesse cenário de indefinição Parametral-Curricular, como uma solução de ordem prática. Ou seja, o processo de seleção de conteúdo pode tanto ser pautado por ações proselitistas intencionais ou pela facilidade/práticas dos materiais oferecidos pelas religiões sistematizadas.

3.3 MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO E A DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

Os abundantes materiais religiosos disponíveis no país têm como objetivo a propaganda religiosa, ou seja, possuem ao mesmo tempo o caráter e o modo de pensar do grupo promotor incluindo o seu modo de pensar a religião do Outro. Por vezes a forma constituidora das identidades religiosas se dá mais por negação do alheio do que por características próprias. Um exemplo disso é a origem da divisão entre Protestantes Pentecostais e Históricos, os primeiros apontam a sua diferença com o segundo grupo por aqueles não possuírem uma habilidade/dom a glossolalia (falar em outras línguas) e muito foi escrito, apologeticamente, defendendo os dois lados em questão, essa ação de se diferenciar pela negação do outro evidencia o conflito intrarreligioso existente, assim no Campo não se combate apenas o muito diferente, o próximo também pode ser um opositor. Esse breve exemplo tem a função de apontar que o conteúdo produzido e exposto nos materiais religiosos quando a disputa em questão estava ou entra em auge, não tem outro compromisso senão o de comunicar a *totalidade de vida* crida pelo grupo produtor do material. Em alguns casos não raros tal produção se antagoniza com a

²⁰ Figura 1- Capítulo 1.

²¹ Figura 7 - Capítulo 3.

propagação de ações pró-diversidade cultural as quais o Estado Brasileiro investe e tem um Ministério instituído para promover práticas civis de tolerância.

A utilização desses tipos de recurso em sala de aula fere fortemente a proposta da Lei 9475/97 (BRASIL, 1997) que institui o próprio E.R, essa prática é criticada pelos dois grupos estudados neste trabalho e que serão melhor apresentados posteriormente. Por hora basta evidenciar com a exposição da Lei onde a prática docente de utilização de material religioso entra em desacordo com o instituído civilmente. Segundo a Lei 9475/97:

Art. 1º O art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, **assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.**

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1997).

Desta forma a existência de um material próprio para a disciplina ganha dupla importância. Primeiro para a constituição da mesma, pois seus conteúdos e temas precisam se orientar legalmente para poderem ser legitimados como recursos para a disciplina escolar e assim não deve se orientar por uma *totalidade de vida* ou mesmo expô-la, mas sim ser estabelecido em concordância com a legislação, precisa ao apresentar as temáticas não produzir proselitismo ao mesmo tempo em que produz o respeito a diversidade religiosa existente. Segundo, ao selecionar e ordenar esses conteúdos, ao dividir o tempo e espaço para cada grupo religioso ocupado nas páginas, o material produz um conhecimento sobre o religioso erigido pelas proposições científicas, ou seja, cria o material cientificamente/laicamente 'adequado' em contraste com a sensorialidade das apreensões religiosas. É um novo conteúdo, nem Laico, nem religioso, mas um composto por vezes parecido com um herbário. Um catálogo amostral sem vida de algo que é vivo.

A ausência de uma diretriz nacional produz mais um problema. Como não há definição também não há parâmetros para avaliar os livros para E.R produzidos principalmente pela iniciativa privada em um mercado onde muitas editoras pertencem a entidades religiosas. Assim, o material didático de Ensino Religioso assume as formas das diretrizes estaduais ou são comprados no mercado religioso em ascensão. Segundo Maria Fernanda Rodrigues (2011) o mercado editorial brasileiro esta em crescimento:

Estimado em R\$ 4,2 bilhões, o mercado editorial nacional cresceu ligeiramente em 2010 (2,63%), mas tem outros, e melhores, motivos para comemorar: o brasileiro comprou mais livros no ano passado. O volume de vendas ao mercado cresceu 8,3%, e se incluirmos aí as vendas para o governo, esse crescimento fica em torno dos 13%. O preço do livro caiu 4,42%, seguindo uma tendência registrada desde 2004..[...]. Entre os segmentos de livros, destaque para os religiosos, que produziram mais (36%), imprimiram mais (39%) e, conseqüentemente, faturaram mais (23,9%). Isso se comparado com o ano anterior porque quem lidera mesmo o setor são os didáticos (RODRIGUES, 2011).

É possível perceber pelos dados apresentados que o aumento provocado pelas compras governamentais corresponde a 33%, uma vez que sua participação eleva o índice de 8,3% para 13% ou seja, um crescimento de 4,7% isso faz com que um dos clientes editoriais mais forte no mercado nacional seja o governo. Também fica exposto que livros didáticos competem pela liderança de venda no mercado com os religiosos. Essa situação parece perfeita para quem conseguir unir as duas coisas: vender livros religiosos para o governo. Cassiano (2007) aponta a trajetória do investimento público em livros didáticos, ela afirma que houve uma diminuição na variedade de editoras fornecedoras entre 1985 e 2005 produzindo uma espécie de oligopólio ao mesmo tempo em que o investimento público foi aumentando. Essa dinâmica acirra o mercado.

Figura 11– Brasil: maiores editoras por faturamento em 1998.

Editora	Faturamento
Ática/ Scipione	242,0
FTD	129,0
Saraiva	81,8
Moderna	78,0
Record	29,0
Cia Das Letras	21,5
Siciliano	13,0
Rocco	11,7
Nova Fronteira	10,0
Ediouro	9,4

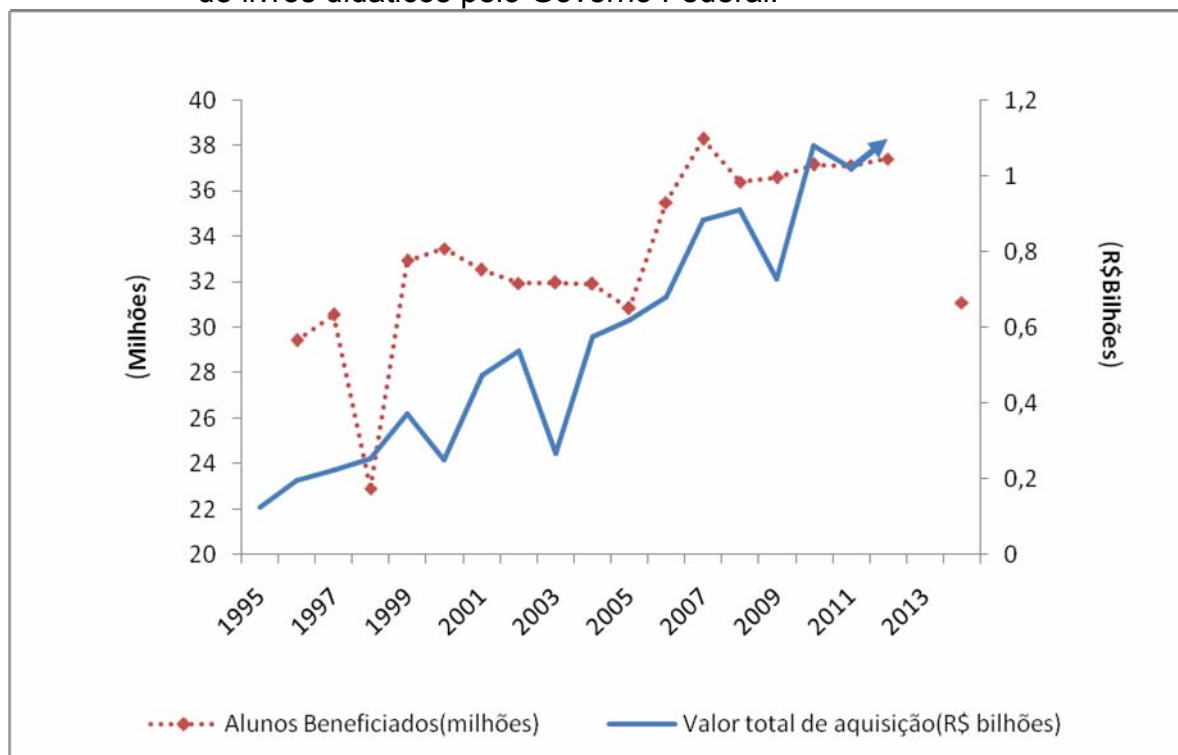
Fonte: Cassiano (2007, p. 10).

Com base na Figura11 Cassiano (2007, p. 12) afirma:

Podemos observar que as editoras assinaladas na Tabela1, detentoras dos maiores faturamentos do país, formam um grupo das que publicam livros didáticos. Tais editoras têm no Estado brasileiro o seu maior cliente graças ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

No que tange ao crescimento dos recursos destinados a Figura 12 aponta uma tendência de crescimento nos investimentos públicos entre os anos 1995 a 2014 de R\$ 125 milhões de reais em 1995 o gasto sobe para R\$1,1 bilhão em 2013. Ao mesmo tempo a quantidade de estudantes atendidos também aumenta em menor proporção. O investimento cresceu 8,8 vezes enquanto o número de estudantes variou no máximo 23% no mesmo período.

Figura 12 - Investimento em milhões de reais (valores aproximados) na aquisição de livros didáticos pelo Governo Federal.



Fonte: Autor.

Essa breve análise apresenta uma realidade que pode ser o alvo de editoras religiosas, desta forma a produção de livros didáticos para a disciplina de E.R poderia render bons dividendos. Assim enquanto não houver uma definição Nacional, os Estados e municípios estarão sujeitos a *lobbys* do mercado editorial enquanto os professores ficam sujeitos as ofertas do mercado por vezes vinculadas a entidades religiosas.

Essa indefinição produzida pela ausência de um parâmetro nacional também atua sobre as legislações estaduais, Giumbelli (2008) aponta a não uniformidade das propostas estaduais de E.R, indica as concepções de 12 Estados da Federação cada uma com uma proposta própria e uma concepção de E.R diferente. Cada concepção requer um material 'apropriado' o que causa uma grande variabilidade de possibilidades todas disputando, quase que 'religiosamente' para saber quem tem a 'fórmula adequada'.

Tabela 3 - Caráter do Ensino Religioso-Legislação-Estados

Confessional	Interconfessional	Supraconfessional
RJ, ES, PA, BA, SP.	MA,PE,PA,DF,SP,RN,PB,A C,CE	SC,AM,AP,RO,RR,MT,MS,GO ,TO,AL,SE,MG,PR,RS,PI

Fonte: Ação Educativa (2008, p. 9).

Uma das coletas de dados realizadas para essa pesquisa se deu no XI EDUCERE (JUNQUEIRA, 2013a) no qual foi possível conhecer aspectos importantes envolvendo a temática bem como as disputas existentes e latentes do Campo. Presenciou-se uma discussão acalorada entre dois autores de trabalhos, sobre o que deveria ser o objeto do E. R. A rusga se deu entre um defensor da proposta pública paranaense de ensino religioso e de uma pedagoga pertencente a um sistema de ensino privado. No momento em que a discussão ocorreu, no meio da apresentação de trabalho da pedagoga, o fato inicialmente pareceu ser apenas falta de decoro, contudo posteriormente pôde-se compreender o ocorrido como uma disputa para determinar quem tinha a ‘última palavra’ sobre qual é/deveria ser o Objeto do E. R. Essa ocorrência evidenciou que a disputa pela hegemonia da “Verdade” sobre o E.R em alguns momentos deixou de ser teórica e foi ‘incorporada’ pelos agentes da disciplina, a defesa do que é Próprio em contraponto com o ‘ataque’ ao do Outro pareceu ser uma representação exata do modo de disputa do Campo religioso, onde por vezes as diferenças não são compreendidas como diversidade e a busca por uma verdade universal de posse exclusiva de um grupo específico é o alvo a ser alcançado.

Giumbelli (2008) tinha como primeiro objetivo mapear as propostas de todos os Estados federados, mas só conseguiu em 12, isto por si já seria um problema, contudo precisamos levar em conta que o E.R também é uma disciplina que pode entrar no currículo do Ensino Infantil e Fundamental I e assim ser legislada também pelos municípios, neste caso seria possível ter 5598²² propostas de E.R advindas do setor público no Brasil, esse valor exclui as associações civis e sistemas de ensino privado.

Desta forma cada Estado adotou uma abrangência para a disciplina, a tabela 4aponta a maior concentração no Ensino Fundamental, talvez por conta da frase contida no parágrafo 33 da Lei 9475/97.

²²5 561(nº de municípios) + 27 (nº de Estados+ Distrito. Federal) =5598.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de **ensino fundamental**, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1997, grifo nosso).

Tabela 4- Abrangência do Ensino Religioso – Etapa de Ensino-Legislação–Estados

Educação Básica	E.Fundamental e Médio	Ensino Fundamental
RJ,ES,BA	AP,TO,DF,GO,RN,RS,PI, MT,MS	AC,AL,AM,CE,MA,MG,PA,PB, PR,PE,RR,SC,RO,SP

Fonte: Ação Educativa (2008, p. 10).

A fragmentação dos sistemas de ensino do E.R entre as modalidades privada e público e o propostos pelos diferentes estados e municípios se antagonizam com o determinado pela LDB/96 que objetiva um conteúdo mínimo e uma formação básica comum a todos os estudantes brasileiros. Diz a Lei:

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus **conteúdos mínimos**, de modo a assegurar **formação básica comum**;

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a **formação comum** indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio **devem ter base nacional comum**, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educando (BRASIL, 2013, grifo nosso).

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que define diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. (BRASIL, 2010a) no capítulo II artigo 14 coloca o Ensino religioso como disciplina pertencente a base nacional comum e não na diversificada, isso ratifica a LDB/96, contudo não define currículo ou temas, carga horária e séries. O Estado a institui e legitima sem defini-la.

Diante do exposto a palavra que melhor define a situação legal em que o Ensino Religioso se insere como disciplina no currículo nacional da escola pública é 'caos'. A negligência em produzir um Parâmetro Nacional coloca Estados contra Estados, Municípios contra municípios e Estados, enfim cria um cenário de disputas e indefinições que favorecem agentes religiosos intencionados de: proselitismo, representantes religiosos interessados no mercado de venda de material didáticos e deixam profissionais de ensino sem suporte ou condições de cumprirem adequadamente seu papel.

A ação proselitista aparece como principal problema enfrentado pelos sistemas de ensino. No VII CONERE (JUNQUEIRA, 2013a) no Gt2 sobre Currículo do E.R, houve um consenso entre os participantes pertencentes de vários grupos de ensino privado e público sobre a questão. Nessa perspectiva a prática proselitista é tida como inadequada até mesmo em sistemas de ensino de escolas confessionais. Destaca-se a apresentação de dois artigos²³ sobre as adequações que o sistema: Marista (Católico) (COIMBRA, 2013) e Adventista (Protestante) (CARVALHO, 2013) vinha adotando em relação ao fato, não foi possível descobrir se as adequações não faziam parte de uma estratégia para a inclusão de novos clientes advindos de outras religiões, mas essa hipótese é válida. Ainda sim, proselitismo pode ter vários sentidos e não apenas o do convencimento para a adesão a uma determinada religião. O professor não precisa tentar convencer seus alunos pela razão/argumentação, seu carisma pode ser mais convincente do que a retórica²⁴. Contudo os valores transmitidos pelos conteúdos podem ser tão promotores proselitistas quanto ambos. O binômio Bem-Mal, certo e errado, não faz parte do sistema de valores de alguns grupos religiosos. A oração do Pai Nosso só é universal bem como a bíblia só é sagrada na matriz Cristã, se o material utilizado estiver transmitindo valores unilaterais a investigação da universalidade religiosa dos mesmos precisa ser investigada.

Além dos problemas relacionados aos materiais é necessário pensar sobre os profissionais de Ensino Religioso. Quem são esses profissionais? Quais seus requisitos de ingresso? Novamente a indefinição legal provoca alta variabilidade. A LDB/96 (BRASIL, 1996) diz sobre os professores:

²³ Os artigos apresentados nos Gts não tinham sido disponibilizados no site do FONAPER até a data de entrega desse trabalho, desta forma apresentar-se a o coletado no Gt que também contam do programa do evento.

²⁴ Ver conceito de Dominação Carismática de Weber.

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996).

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (BRASIL, 1997)

O parágrafo primeiro é coerente com a indefinição, pois ao 'definir' os sistemas de ensino como responsáveis pelos conteúdos, vincula a contratação docente as normas criadas pelos mesmos, ou seja, há uma coerência entre o contrato profissional e a definição da disciplina. Desta forma a contratação, conteúdos e didática sempre terão como lastro o sistema de ensino em questão. Assim, ainda que entre os sistemas haja as variações já apontadas, ao menos internamente ele deveria ser coerente.

Neste contexto a ação docente precisaria reproduzir as definições dos sistemas de ensino e como esses tem liberdade, por não haver um Parâmetro a seguir, podem reproduzir as realidades do cenário religioso, o ciclo se fecha numa cadeia hermética tendo o profissional, com sua autonomia, como aquele que materializa/concretiza os compromissos teóricos-conceituais adotados, ou seja, sua função se diferencia não só por atributos e competências pessoais, mas também pelo que absorveu das diretrizes e normatizações do sistema de ensino que lhe contratou. Isso faz com que sua formação seja um dos principais desafios para adequação da disciplina às normas estabelecidas. Os sistemas de ensino sabem disso e este tema: formação docente é o segundo mais debatido nos artigos e livros da temática, só perde para a relação entre religião e estado laico.

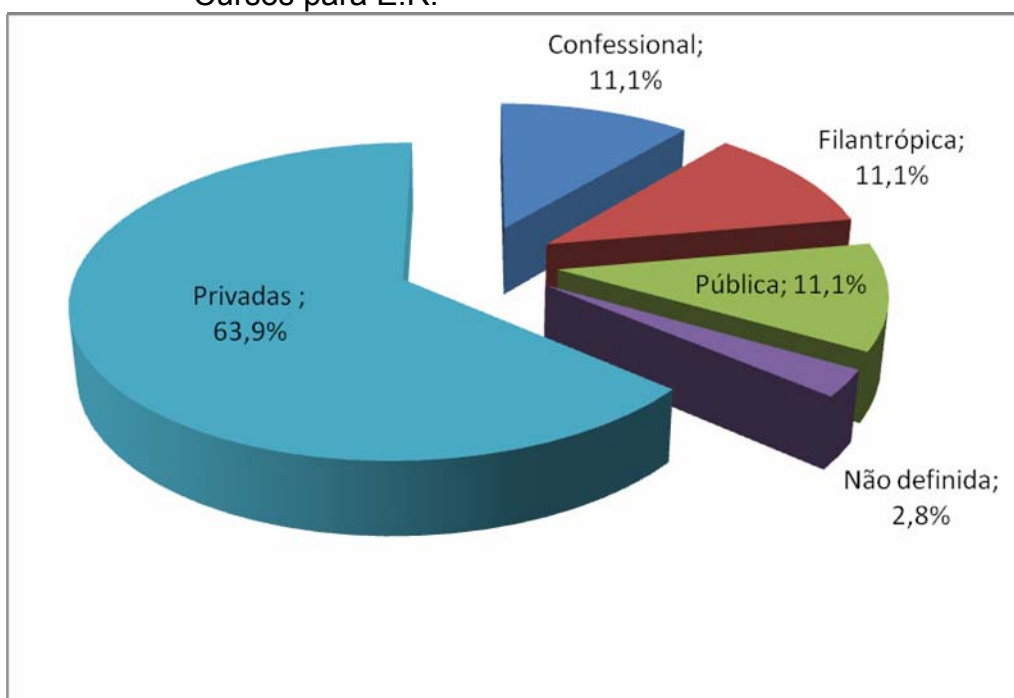
O professor de Ensino Religioso passa a ser o principal agente no que diz respeito a temática, por ser aquele que concretiza ou não toda a discussão e assertivas, converte experiência em razão, por vezes seleciona os conteúdos e materiais e por isso se torna um importante alvo de editoras, faculdades privadas e grupos religiosos.

Junqueira (2010) aponta que atualmente o professor de E.R precisa ser no mínimo licenciado, contudo dependendo do sistema de ensino a formação

específica tem sido requerida. Para atender essa demanda cursos de Especializações foram criados e estão a disposição dos profissionais que quiserem se habilitar, o grupo de pesquisa que lidera (GPER) monitora as questões de formação desses profissionais e desenvolveu um mapa sobre as produções de E.R no país (JUNQUEIRA, 2013b). Junqueira (2010) apresenta a ideia do grupo FONAPER que deseja a criação de uma licenciatura específica para a disciplina, fato que já ocorre em algumas universidades de Santa Catarina, o autor também produziu uma lista com o nome das instituições de Ensino Superior que disponibilizam cursos de formação para Ensino Religioso no Brasil. Essa triagem possibilitou uma pesquisa feita no site das instituições citadas para melhor conhecê-las, das 86 instituições apresentadas apenas 37 (43%) ainda ofertam cursos e foram possíveis de identificar por sites.

O objetivo da pesquisa era conhecer quem tem interesse na formação de profissionais de ensino religioso e assim poderemos saber por quais caminhos trilharia a formação desses profissionais, desta forma segue abaixo a descrição quantitativa da triagem realizada por Junqueira (2010, p. 139). A Tabela 5 apresenta o nome da ciência ofertada relativa a disciplina em questão e as universidades que as disponibilizam. Foi possível constatar que a maior parte das instituições são ordem econômica privada (62%), caso seja considerado privada toda que cobra mensalidade a proporção sobe para mais de 2/3 do total (85 %).

Figura 13 – Financiamento das Instituições de Ensino Superior com Cursos para E.R.



Fonte: Adaptado de Junqueira (2010, p. 139).

Tabela 5 – Centros de formação docente de E.R no Brasil²⁵.

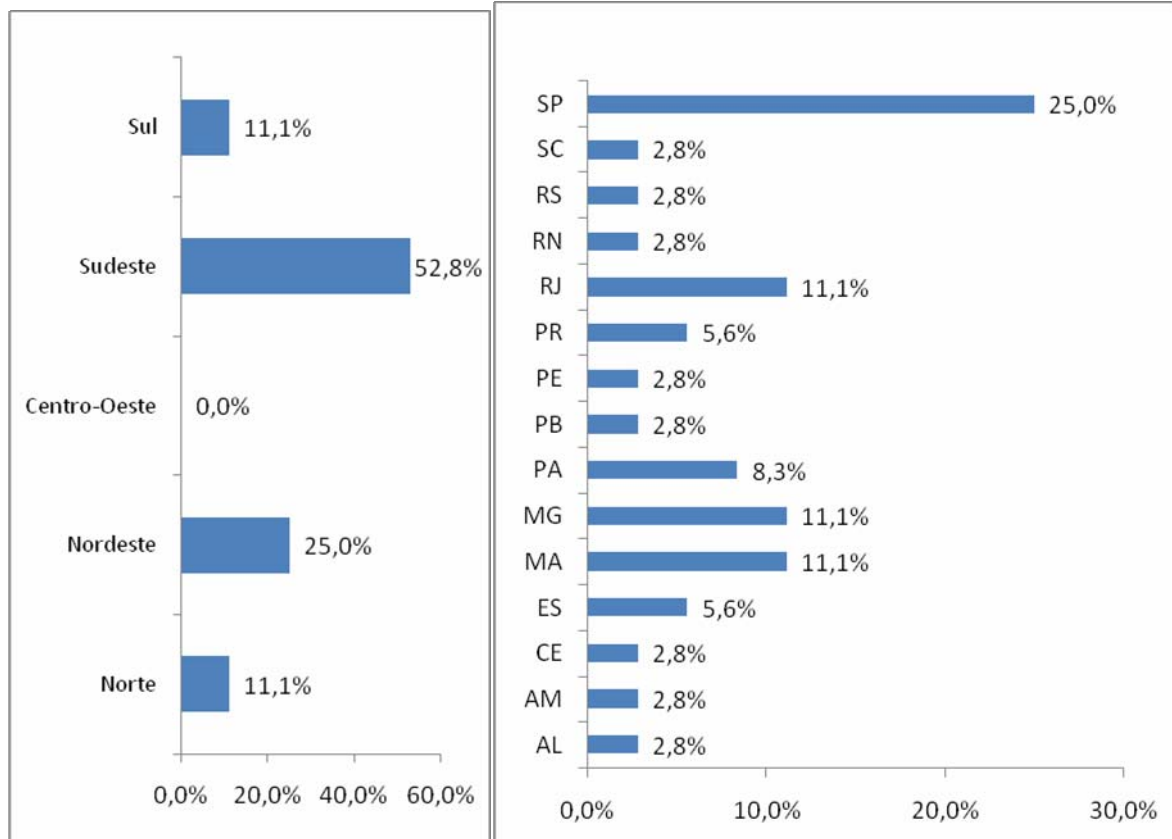
CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	OUTROS	
CESMAC	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE- (UNILASALLE)	Educação Religiosa	ESCOLA SUPERIOR ABERTO DO BRASIL (ESAB)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS RELIGIOSAS (ICRE)	UNIVERSIADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA-)		FACULDADE MESSIÂNICA
FACULDADE UNIDA	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO(CEUCLAR)	Teologia	PUC-PR
FACULDADE DE TEOLOGIA HOKMÂM (FATEH)	FACULADES EST-RS		PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA-RJ
INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO ESMA)	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS (FICLA)	Docência do Ensino	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO (IESMA)
UFJF	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO (UNISAL)		
UFJF	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE- MANAUS (UNILASALLE)		
FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA (FCU)	UNIVERSIADE ESTADUAL DO MARANHÃO (UEMA-)		
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC-MG)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO (CEUCLAR)		
FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA EQUATORIAL (FATEBE)	FACULADES EST-RS		
INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR (IESPES)	FACULDADES INTEGRADAS CLARETIANAS (FICLA)		
FACULDADE TEOLÓGICA BATISTA EQUATORIAL(FATEBE)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO (UNISAL)		
UNIVERSIADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)			
FACULDADE DE TEOLOGIA INTEGRADA (FATIN)			
FACULDADE SÃO BENTO (FSB)			
INSTITUTO EDUCACIONAL GESTÃO SIGNORELLI (IEGS)			
FACULDADE SÃO BENTO DO RIO DE JANEIRO			
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)			
FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA (FURB)			
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA (PUC-SP)			
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO			
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO			
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA CAMPINAS (PUC-CAMPINAS)			
UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO (UMESP)			

Fonte: Autor.

²⁵ Pesquisa realizada nos sites das instituições entre Maio e Junho de 2014 pela estudante de Iniciação Científica Andressa Silva Melo membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Religião, segundo questionário ou roteiro de pesquisa proposto pelo autor. (Apêndice D).

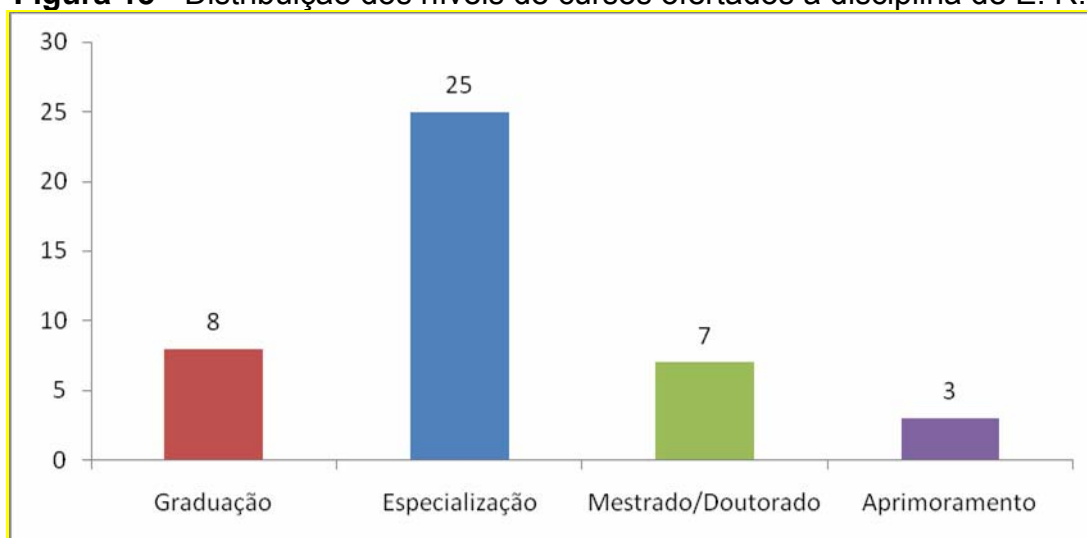
Outro aspecto da lista fornecida por Junqueira (2010) diz respeito à distribuição geográfica dessas instituições. As 36 Instituições se distribuem pelo país com uma maior concentração no Sudeste.

Figura 14 - Distribuição das Instituições de Ensino de E.R por Estado e Regiões.



Fonte: Adaptado de Junqueira (2010, p.139).

No que concerne ao nível de curso a especialização é categoria com maior taxa, 29 instituições a oferecem, enquanto que apenas 8 oferecem graduações 3 públicas (MG,RN e MA) as demais privadas ((3 no MA),PR,SC,PA). Desta forma, apenas 6 Estados brasileiros contam com instituições habilitando profissionais na graduação e apenas metade deles são públicas.

Figura 15 - Distribuição dos níveis de cursos ofertados à disciplina de E. R.

Fonte: Adaptado de Junqueira (2010, p.139).

Se compararmos esses dados com o Censo da Educação Superior do mesmo ano da coleta de Junqueira (2010) demonstrado na Figura 16 vê que esses os números para a formação de profissionais de Ensino Religioso são muito pequenos. Em 2010 haviam 2.378 instituições de ensino superior no país e destas 2.100 eram privadas.

Figura 16 – Distribuição de Instituições de Ensino Superior no Brasil 2010.

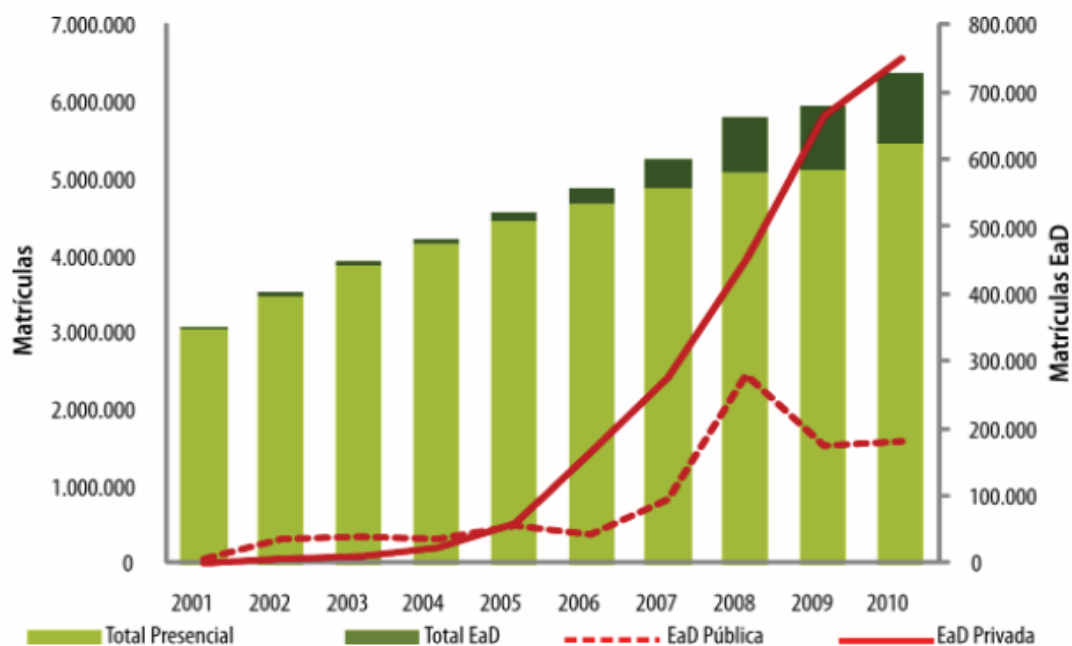
Ano	Total	Pública						Privada	%		
		Total	%	Federal	%	Estadual	%			Municipal	%
2001	1.391	183	13,2	67	4,8	63	4,5	53	3,8	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	73	4,5	65	4,0	57	3,5	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	83	4,5	65	3,5	59	3,2	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	87	4,3	75	3,7	62	3,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	97	4,5	75	3,5	59	2,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	105	4,6	83	3,7	60	2,6	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	106	4,6	82	3,6	61	2,7	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	93	4,1	82	3,6	61	2,7	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	94	4,1	84	3,6	67	2,9	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	99	4,2	108	4,5	71	3,0	2.100	88,3

Fonte: Adaptado de Brasil (2010b, p. 30).

Esses números também indicam que a opção nacional de formação profissional em nível de graduação tem sido feita por meio de instituições privadas, esse fato corrobora com os dados encontrados também para o E.R cuja peculiaridade é seu caráter formativo via especializações. Esses aspectos são incompatíveis com uma legislação para a disciplina que tivesse como pré-requisito o contrato de profissionais graduados na disciplina. Outro fator encontrado na pesquisa foi algumas ofertas de cursos pela modalidade EAD, esses números não foram quantificados, pois há cursos de curta duração com nomenclatura de Especialização, fato produtor de dificuldades na coleta por ser a Especialização uma certificação e sua definição de nível ser dada pela carga horária. Ainda sim foi possível perceber uma intenção de venda desse tipo de educação, bem como divulgação/promoção de cursos por esta plataforma por conta das facilidades de alcance geográfico e demográfico produzido por essa possibilidade de acesso.

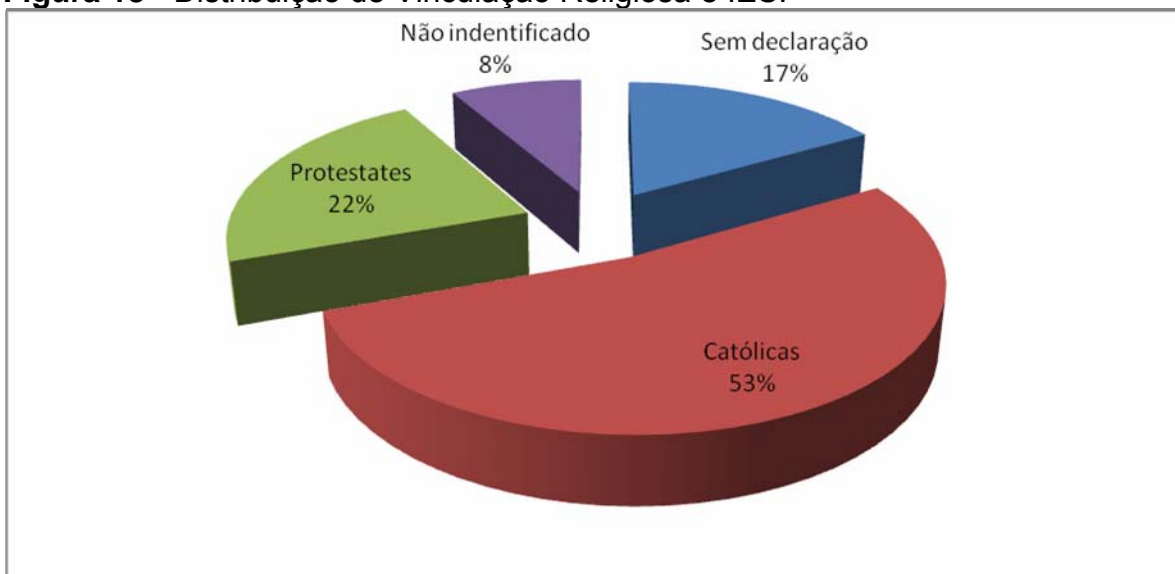
Em 2013 a Universidade Estadual de Londrina ofertou um curso de formação continuada para professores de Ensino Religioso. No momento da coleta de dados ocorrido na II Jornadas de Ensino Religioso, a secretaria estadual da disciplina sugeriu que o mesmo fosse realizado de modo online para que outros profissionais residentes em locais distantes pudessem acompanhar/participar. Essa tendência tem ganhado força nos últimos anos, devido a vários fatores, no caso da sugestão feita pela secretária a condição quantitativa de profissionais disponíveis pela secretaria é muito pequeno para atender a demanda em todo Paraná, desta forma o conhecimento poderia ser melhor democratizado. Contudo essa ferramenta tem sido utilizada mais intensamente pelo setor privado conforme demonstra a Figura 17.

Figura 17 - Número de Matrículas no Ensino Superior em 2010.



Fonte: Adaptado de Brasil (2010b, p. 42).

O último aspecto levantado na pesquisa realizada nos sites das Instituições fornecidas por Junqueira (2010) se tratava da vinculação religiosa dessas instituições. Foi possível constatar que explicitamente 67 % das instituições apresentam seus cursos deixando claro a opção ou origem religiosa institucional. Ao refinar a pesquisa foi possível descobrir que esse número poderia ser aumentado para 75% ao aprofundar a busca por vinculações e que o mesmo poderia ser ampliado se os sites das entidades contidas na categoria 'não identificados' (8%) fossem melhores. Pensando de forma inversa apenas 11% realmente não possui vinculação direta com nenhuma religião. Não foi identificado nenhuma IES com vinculação fora do cristianismo, ou seja, não foi encontrado nenhum interesse na disciplina pelas instituições das religiões com menor número de adeptos.

Figura 18 - Distribuição de Vinculação Religiosa e IES.

Fonte: Adaptado de Junqueira (2010, p.139).

Os dados apontam que os poucos interessados na formação de profissionais de Ensino Religioso provem de instituições vinculadas a denominações cristãs. Esse fato não indica questões de ética ou metodologias proselitista que poderiam ser identificados por uma pesquisa qualitativa, para o objetivo proposto fica nítido o interesse desses grupos pelo mercado ao mesmo tempo em que demonstra o desinteresse da União em promover capacitação. Novamente é possível notar organizações civis se responsabilizando pela disciplina e aproveitando as oportunidades que ela disponibiliza.

CAPÍTULO 4

PERSPECTIVAS DE ENSINO RELIGIOSO

É latente a ocorrência dos conflitos na determinação do E.R. Assim, qualquer tentativa de avaliação entre as propostas existentes exigiria do pesquisador um posicionamento dentro do grupo pró Ensino Religioso, ou externo ao grupo. Como a posição externa seria a pró-laicidade, ou seja, contrária à disciplina na grade, toda a análise já nasceria definida. Ao entrar no campo em disputa o pesquisador se vê em meio a múltiplas formas de propostas e variados métodos e compreensões do religioso, todos tentando cumprir a Lei 9475/97 (BRASIL, 1997) a seu jeito e apoiados por entidades/associações de caráter religioso. Escolher uma das propostas como parâmetro para avaliar todas as outras demandaria um esforço estéril, pois a 'objetividade' se perderia e a pesquisa se iniciaria por uma perspectiva já comprometida. Desta forma, neste trabalho optou-se por contrastar duas propostas evidenciando o que cada uma apresenta e assim demonstrar duas ofertas de solução para o problema. A primeira proposta formada pela Associação FONAPER objetiva cumprir o papel de ser uma entidade que luta pela disciplina produzindo material didático, encontros e uma proposta de parâmetro nacional, ela não é endossada ou legalmente determinada. A segunda proposta analisada será a do Estado do Paraná. Esta surge como uma diretriz localizada e, portanto com força de lei dentro da jurisdição e tem como suporte o aparelho burocrático.

4.1 FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE ENSINO RELIGIOSO (FONAPER)²⁶

Ao se pesquisar sobre legislação de Ensino Religioso no Brasil um grupo aparece com destaque no cenário nacional por produzir uma proposta de Parâmetros Nacional para a disciplina bem como vários livros, congressos

²⁶ A apresentação da entidade será realizada a partir de uma etnografia realizada no VII Congresso Nacional de Ensino Religioso CONERE nos dias 3,4 e 5 de outubro de 2013 e estudos sobre alguns materiais disponibilizados pela Associação. O evento foi realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora no Instituto de Ciências Humanas e contou com a presença de aproximadamente 300 pessoas. A maioria eram professores, majoritariamente do sexo feminino e oriundos de diversos estados como RJ, PR, SC, PA, AM, MG, PE e GO Tentou-se conseguir dados sobre os membros e entrevistas, contudo as duas coisas foram negadas. Desta forma, nomes e cargos dos informantes serão omitidos, pois não foi concedido autorização pelos mesmos para a utilização dos dados. Como há importância do grupo em questão por conta da proposta de Parâmetros, para a pesquisa, optou-se por criar um relato com as observações do evento mesclando as apreensões do pesquisador com as ideias expostas nos livros.

periódicos e um site especializado. O FONAPER constitui uma das entidades da luta pró Ensino Religioso e a conseqüente normatização da atividade docente.

Segundo o site da Associação

O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER é uma associação civil de direito privado, de âmbito nacional, sem vínculo político-partidário, confessional e sindical, sem fins econômicos, que congrega, conforme seu estatuto, pessoas jurídicas e pessoas naturais identificadas com o Ensino Religioso, sem discriminação de qualquer natureza.

Fundado em 26 de setembro 1995, em Florianópolis/SC, vem atuando na perspectiva de acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, pesquisadores, sistemas de ensino e associações na efetivação do Ensino Religioso como componente curricular.

O FONAPER é um espaço de discussão e ponto aglutinador de ideias, propostas e ideais na construção de propostas concretas para a operacionalização do Ensino Religioso na escola (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2014).

Essa auto descrição aponta o desvinculamento existente entre o grupo e o Estado por ser uma entidade civil organizada. Desta forma sua atuação ocorre 'do lado de fora'/paralelamente aos *lócus* legais o que lhe permite ter independência relativa no que tange as burocracias e caminhos para proposição de propostas conferindo agilidade e flexibilidade tanto para a produção de um tipo ideal de E.R quanto de materiais e encontros. Seu histórico mostra que essa associação civil ascende de um grupo religioso orientado para a construção de uma nova forma de se fazer a disciplina, uma vez que a Lei 9475/97 determina uma mudança histórica significativa na disciplina por: a) colocar a disciplina dentro das 800 horas curriculares do Ensino fundamental; b) proibir a prática do proselitismo; c) reconhecê-la como área de conhecimento. Assim para continuar no ambiente escolar sem terem problemas legais o grupo emerge de um conselho de Igrejas para constituir um Fórum Permanente:

Em 1995, persistentes neste ideal, os participantes da vigésima nona Assembléia Ordinária do Conselho de Igrejas para o Ensino Religioso–CIER, que no ato comemorava seus 25 anos de experiência ecumênica, propõe a instalação do **Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso – FONAPER**. Neste ato, realizado em 26 de setembro, Dom Gregório Wasmeling, presidente do CIER, após a abertura solene, abriu espaço para que fossem apresentadas as quarenta e duas entidades educacionais e religiosas presentes, bem como os professores e pesquisadores

provenientes de quinze unidades da Federação. Assim foi instalado FONAPER. Foram colhidas as sugestões para uma carta de princípios que regeria o Fórum (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2014).

Contudo sua legitimidade não se restringe ao ente federado Santa Catarina. Figueiredo (2010) aponta mais um importante grupo de apoio ao FONAPER, a CNBB.

Convém recordar que os membros integrante da equipe de organização, instalação e coordenação do FONAPER sempre foram, em sua maioria procedente de grupos vinculados a Igrejas Cristãs e, em especial da Igreja Católica. De tal fato explica a razão de a liderança do mesmo Fórum ser exercida, em alguns momentos, por pessoas integradas à assessoria da CNBB e, ao mesmo tempo, à coordenação do referido Fórum, procurando assim **manter um discurso que traduzisse o pensamento das duas instituições** (FIGUEIREDO, 2010, p. 23, grifo nosso).

Essa presença religiosa não está presente apenas na origem do grupo. No VII CONERE (2013) foi possível observar um contingente de padres, freiras e poucos pastores apresentando trabalhos e discursando nas mesas do encontro observado. Também foi possível perceber vários teólogos que atuam como profissionais de E.R em escolas confessionais, essas presenças eram naturalizadas. Apesar de ser um congresso acadêmico na forma, com mesas, Gts, mini-cursos o conteúdo se distanciou muito, a ‘objetividade’ e a pesquisa em si com seus rigores e métodos, antagonismos, apareceram apenas em alguns componentes das mesas. Ainda sim as falas que contrariavam o Senso Comum de que o E.R é uma disciplina válida e importante no Sistema educacional nacional como o PCNER propõem, não ecoavam ou produziam sentido aos membros. Como exemplo cito a fala de abertura do congresso na mesa I: A construção dos conhecimentos nas culturas - tradições religiosas e não-religiosas feita pelo Prof^o. Dr. Vagner Silva²⁷. A fala questionava como transformar a experiência religiosa em aula e dos problemas que as religiões Afro teriam nesta transição por não terem uma pedagogia organizada, por muitas religiões serem modos de vida antes de instituições e de como não “implodir as religiões” dos alunos com os conteúdos disciplinares uma vez que a religião de

²⁷ Professor associado (livre docente) do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo onde obteve o título de bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Antropologia Social.

pertença muitas vezes lhe são constituidoras de suas identidades. Esses pontos levantados pelo antropólogo se antagonizam com a própria existência da disciplina e com o como o PCNER expõe as religiões, contudo não houve nenhuma reação ao fato, nem positiva, nem negativa.

A impressão que ficou da observação de campo realizada no VII CONERE é a de um grupo religioso se adaptando ao processo crescente de laicidade. Como a educação confessional não é mais possível no âmbito público, por conta das legislações produzidas por ideais de cunho republicano. Aquilo que é possível de manter/reproduzir tal como era por conta dos processos de ações políticas dos religiosos que conseguiram impedir a banição completa, é um ensino adaptado, onde o discurso do Outro é validado pelo Próprio cuja condição de hegemonia ainda prevalece. O PCNER foi uma resposta rápida a mudança legal, um exemplo de como há um sentido perene de reprodução social e de como os atores tentam, reconhecendo suas perdas, garantir o mínimo do que tinham antigamente. Uma vez que o proselitismo católico tinha que acabar, o das outras religiões também tinha. Com a concorrência do mercado religioso acirrado, o que poderia ser melhor para definir limites para o Outro senão um Parâmetro estipulando o certo e errado em relação a questão produzido pelo Próprio grupo? E quais novos horizontes na formação docente e produção editorial não se abririam?

Toledo e Amaral (2005) concordam que o PCNER seja uma estratégia de manutenção de hegemonia acrescentado o fato de que embora a legislação tenha alterado o conteúdo há ainda a possibilidade de haver iniciação religiosa com dinheiro público via pagamento dos salários dos professores, segundo eles:

As indagações surgidas, a partir de então, são em torno da estratégia política da Igreja Católica Romana para a consecução de seus fins, ou seja, manter a hegemonia tanto religiosa quanto educacional no país e, principalmente, sobre a manutenção do Ensino Religioso pelos cofres públicos. Entretanto, as teses defendidas em nome da laicidade do ensino público, após a modificação do artigo retro mencionado, devem ultrapassar a questão do pagamento do professor de Ensino Religioso e da força política da Igreja Católica Romana junto aos órgãos públicos no Brasil. A questão incide sobre a proposta aprovada, que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER) (TOLEDO; AMARAL, 2005).

Deve ser enfatizado o compromisso dos integrantes do congresso com as propostas apresentadas. Todos demonstraram muito compromisso e afinidade com o cumprimento do Legal. Houve várias trocas de didáticas, idéias para aulas aplicações das propostas temáticas do FONAPER para o dia-dia da sala. A pedagogia era a ciência com mais representantes no evento. Com relação aos contatos e relações com os participantes do evento pode-se perceber uma religiosidade aflorada, símbolos indenitários e apologéticas. Histórias de vinculações e trajetórias religiosas (todas cristãs) não eram omitidas, as identidades religiosas eram assumidas. Ninguém tentou ser neutro, eram religiosos de várias partes do país, esmagadoramente cristãos, oriundos de escolas confessionais e públicas unidos com um propósito: disseminar didáticas, materiais e informações de um tipo de E.R pautado nos “Parâmetros Nacionais de Ensino Religioso” que será apresentado em detalhes posteriormente.

Embora no congresso o clima fosse ‘cristão’, nas falas proferidas, as outras religiosidades eram aceitas e pareciam ser incluídas nas aulas e conteúdos. Em vários momentos houve referências as outras matrizes religiosas com muito respeito e tolerância, contudo não foi possível identificar pelos trajes/símbolos ou contato, nenhum adepto de cultos Afro ou Indígena. O clima era de muita cordialidade e de combate a ações de intolerância e proselitismo, também havia um consenso de que os profissionais de E.R precisariam ter uma formação específica e que o PCNER precisaria ser adotado oficialmente. A instabilidade oficial por várias vezes foi citada e a proposta do grupo não foi questionada em nenhum dos trabalhos apresentados ou falas, o antagonismo do FONAPER não era com as outras propostas estaduais/municipais/confessionais, mas sim com o grupo tachado de positivista (contrário a existência da disciplina).

Na última mesa (CAVALNCANTI, 2013) do congresso houve uma fala muito exaltada em relação a isso. A pesquisadora e pioneira na luta pró Ensino Religioso Anísia de Paulo Figueiredo enfatizou a importância da pró-atividade política contra as ações que visavam retirar o E.R da grade de disciplinas nacionais. E na mesa II (ARAGÃO, 2013) o Padre e Dr. José Ivo Follman apontou a vinculação estrita entre a academia e o positivismo, segundo ele a “academia foi vítima do positivismo”. As outras propostas eram ignoradas como se não existissem. Ao ser questionado sobre a ausência de pessoas relacionadas a governos estaduais que já tinham diretrizes como, por exemplo, o Paraná, um membro da organização deu

uma resposta muito polida que deixou a entender que não havia interesse em discutir a proposta PCNER, ela estava finalizada, ou seja, não era uma proposta em construção, mas sim algo definido como uma lei.

As pesquisas captaram a existência de um conflito sério entre os proponentes de normalizações da disciplina, a cena narrada da discussão ocorrida no XI EDUCERE faz muito sentido no Campo em questão, não é só o Objeto e Objetivo da disciplina que estão em disputa, há uma guerra com muitos interesses e interessados. Reserva de mercado para professores, venda de material didático e apoio, cursos de formação são alguns desses interesses. Neste universo de instabilidade e possibilidades dificilmente é possível manter um grupo uníssono no tempo. No caso do FONAPER alguns membros fundadores e defensores da proposta do PCNER deixaram a associação e adotaram outras propostas, outros aderiram a causa. Também houve vínculos existente entre o Fórum e governos estaduais com no caso do Paraná. Segundo o relato ocorrido durante a II Jornadas do Ensino Religioso o professor Sergio Junqueira²⁸, pesquisador de Ensino Religioso e autor de vários livros sobre a temática, afirmou que as propostas caminharam juntas até certo ponto, mas tomaram rumos diferentes e hoje possuem estruturas muito diferentes, contudo a associação (ASSINTEC) que apoia o E.R no Paraná que será apresentada posteriormente, consta na lista de entidades (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2014) associadas ao FONAPER ao lado de Associação dos Professores de Ensino Religioso do Estado de Santa Catarina (ASPERSC) e O Conselho de Ensino Religioso do Estado do Rio Grande do Sul (CONER RS).

4.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER)

Diante da oportunidade oriunda da implantação da LDB/96 que incorporou a disciplina de Ensino Religioso no quadro de disciplinas nacionais, tendo em vista que todas as disciplinas precisariam ter seus currículos definidos por um Parâmetro Nacional aprovado pelo MEC, o FONAPER organizou setores pró-Ensino Religioso e criou uma proposta própria denominada Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER). Segundo Pozzer et al. (2010, p. 13).

²⁸ Informação oral realizada no intervalo da II Jornadas de Ensino Religioso em outubro de 2013.

O movimento de elaboração dos parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso (PCNER) foi a expressão máxima da busca pela concretização de uma nova perspectiva de ensino religioso, entendido como componente curricular responsável por disponibilizar o conhecimento religioso – patrimônio da humanidade- para todos os educandos e educandas do Brasil.

O percebido no VII CONERE e nas ênfases dos livros do grupo é que em poucos momentos o PCNER é afirmado como *proposta* ou o relativizam frente às outras propostas/diretrizes. As comparações existentes sempre se dão com modelos de E.R catequéticos ou proselitista apontando o ‘avanço’ da proposta frente às antigas formas de se fazer o Er. Tomaz (2012) apresenta uma tabela comparativa sintetizada a partir das três tabelas produzida por Passos (2007, p. 49-58).

Figura 19 – Síntese das comparações dos modelos de E. R.

Modelos	Catequético	Teológico	Ciências da Religião
Cosmovisão	Unirreligiosa	Plurirreligiosa	Transreligiosa
Contexto Político	Aliança: Igreja-Estado	Sociedade secular	Sociedade secular
Fonte	Conteúdos doutriniais	Antropologia Teologia do pluralismo	Ciência da Religião
Método	Doutrinação	Indução	Indução
Afinidade	Escola Tradicional	Escola Nova	Epistemologia
Objetivo	Expansão das Igrejas	Formação religiosa do cidadão	Educação do cidadão
Responsabilidade	Confissões religiosas	Confissões religiosas	Comunidade científica Estado
Riscos	Proselitismo Intolerância	Catequese disfarçada	Neutralidade científica

Fonte: Passos (2007 apud TOMAZ, 2012, p. 57).

Na Figura 19 ação comparativa adotada pelo grupo fica evidenciada ao mesmo tempo em que se apresenta o que seria à ‘evolução’ do E.R, sua científicização através da Ciência da Religião. Portanto a resposta dada a pergunta: como tratar cientificamente o que é percebido sensorialmente? É dada por sua inclusão como aplicação de uma ciência pautada no estudo de fenômenos religiosos. Esse trajeto lembra a proposta de evolução social Comtiana, mas nesse caso ao invés de se abandonar a Teologia no 2º degrau (conceito de Comte) existe o processo de transforma-la/molda-la para atender os requisitos da cientificidade, é como se no 4º degrau da progressão Comtiana estivesse o resgate da teologia modelada cientificamente. Contudo o ER não seria legitimado cientificamente apenas pela Ciência da Religião, outra ciência competiria por adeptos: a Licenciatura em Ensino Religioso.

Embora o PCNER seja a proposta mais conhecida do grupo, há também em tramitação uma proposta de Diretriz Curricular Nacional para o Curso de Graduação em Ciências da Religião- Licenciatura em Ensino Religioso. Essa proposta tem como objetivo a formação para a docência no E.R na Educação Básica, ou seja, visa serem as licenciaturas habilitadoras para a disciplina nos moldes das outras disciplinas. Essa é apontada como uma das formas de resolver a questão do proselitismo, ao menos a institucional: a capacitação específica de profissionais. Contudo quanto tempo levaria para ‘produzir’ a quantidade necessária de profissionais graduados caso houvesse uma exigência legal de ser licenciado em E.R ou de C. da Religião para assumir o cargo? Esse tempo garantiria uma alta taxa de ocupação dos cursos.

Desta forma a luta por determinar quem forma os profissionais²⁹ de E.R é ampla e esta diretamente ligada a sua ‘cientificação’. Quem poderia lecionar? Licenciados/Bacharéis em Ciência da Religião, Licenciados em Ensino Religioso ou Bacharéis em Teologia? Como já foi demonstrado todos os cursos em questão estão majoritariamente vinculados a instituições privadas algumas confessionais, os ofertando presencialmente ou virtualmente.

No Paraná a exigência para a docência em E.R no Ensino Fundamental é definida pela Deliberação nº1/2006 do Conselho Estadual de Educação, abaixo segue a determinação para distribuição de aulas do ano de 2012 que aplica a regra estabelecida em 2006:

Art. 21 A distribuição de aulas na disciplina de Ensino Religioso, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, para os professores cuja disciplina de concurso não seja Ensino Religioso, será realizada de acordo com o artigo 6.º, da Deliberação n.º 01/2006, do Conselho Estadual de Educação – CEE, considerando prioritariamente os professores que atuaram na disciplina, na seguinte ordem:

- a) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais ou Sociologia, Pedagogia e Geografia, com Especialização em Ensino Religioso;
- b) professor licenciado em Filosofia, História, Ciências Sociais ou Sociologia, Pedagogia e Geografia;
- c) professor com especialização em Ensino Religioso.

§ 1.º Para classificação dos professores constantes nas alíneas “a” a “c” do caput deste artigo considerar-se-á:

- a) Especialização em Ensino Religioso e participação em

²⁹ É possível ver esta disputa com a Teologia no texto de Klein e Junqueira (2008, p. 227), quando o CNE emitiu o Parecer CNE/CP nº 97/99. Dizendo não ser de sua a competência autorizar ou reconhecer cursos de ensino religioso.

Formação Continuada, oferecidas na disciplina de Ensino Religioso aceitas pela SEED;

b) Especialização em Ensino Religioso;

c) participação em Formação Continuada, oferecidas na disciplina de Ensino Religioso aceitas pela SEED.

§ 2.º Havendo empate, priorizar-se-á:

a) maior tempo de serviço prestado na Rede Pública na disciplina de Ensino Religioso;

b) professores que participaram do Simpósio Estadual de Ensino Religioso e/ou Grupo de Estudo de Ensino Religioso, e/ou no Curso Disseminação da Política Curricular e de Gestão da SEED/DEB Itinerante em Ensino Religioso, Formação em Ação e/ou Jornada de Ensino Religioso na Disciplina de Ensino Religioso, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação – SEED;

c) maior nível e classe;

d) maior tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná no cargo efetivo, na linha funcional, objeto da atribuição de aulas;

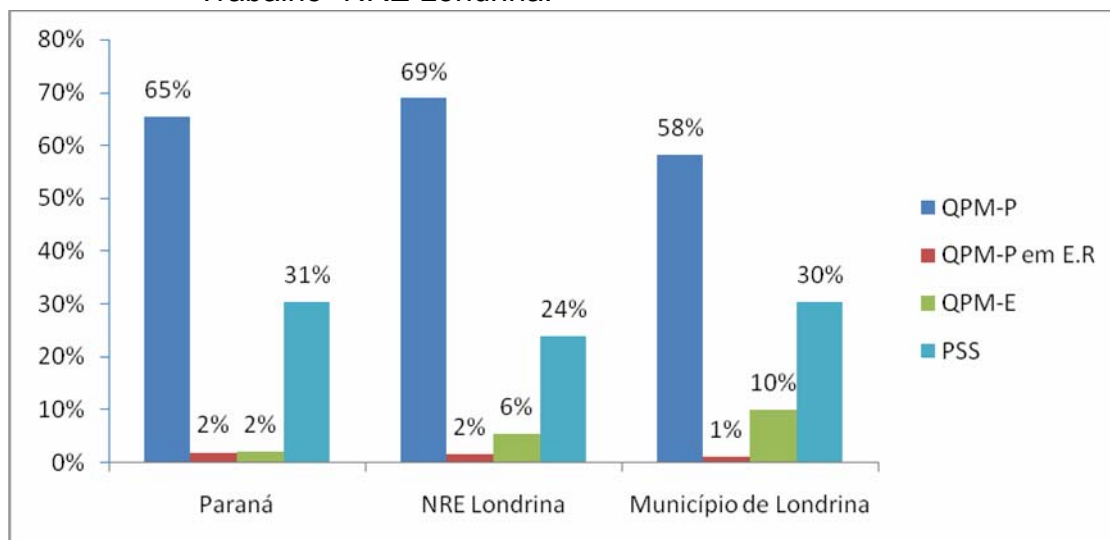
e) o mais idoso.

§ 3.º Na ausência de professores efetivos que atendam os critérios estabelecidos nas alíneas “a” a “c”, deste artigo, segue o estabelecido no artigo

29, § 15, alínea “b”, desta Resolução. (PARANÁ, 2012, p. 19-20)

Essas normas de distribuição são produzidas por capacitação, ou seja, tenta-se utilizar profissionais melhor capacitados já contratados para outras disciplinas, isto faz com que não exista concurso específico para a disciplina como é possível ver na Figura 20.

Figura 20 - Distribuição de Professores de Ensino Religioso por contrato de Trabalho- NRE Londrina.³⁰

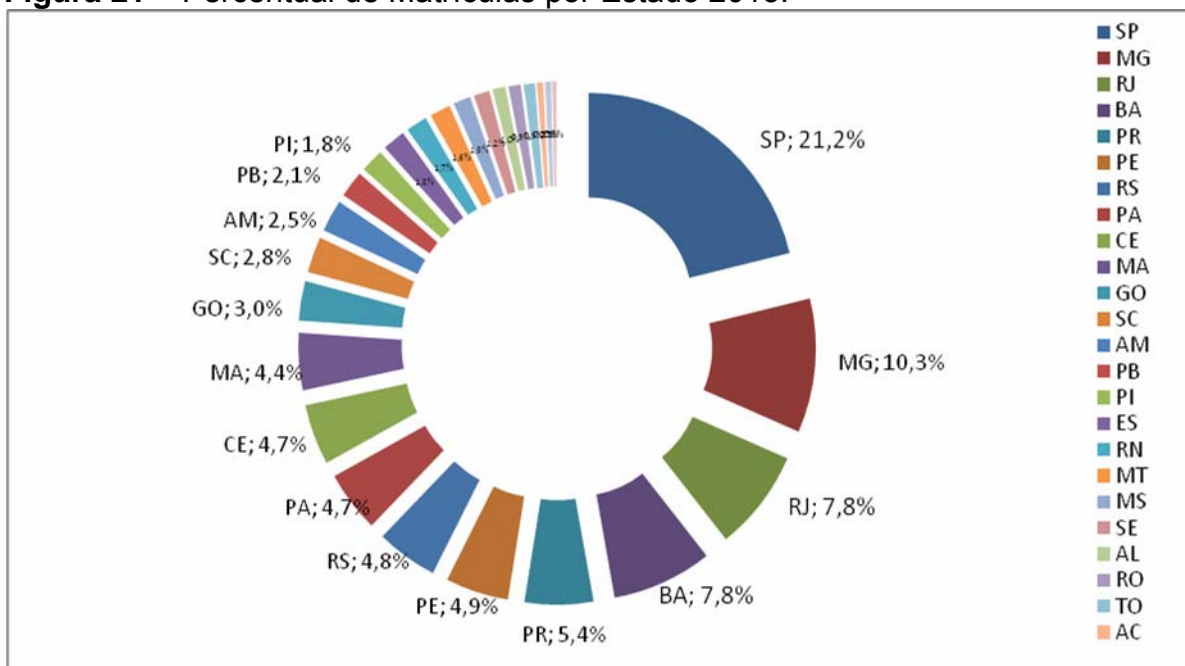


Fonte: Nunes (2012).

³⁰ Os dados utilizados foram retirados e adaptados da tabela 1. Excluídos os Professores do quadro único de pessoal.

De acordo com a Figura 20 é possível perceber que o número de professores concursados para a disciplina (QPM-P de ER) é muito pequeno, 10 vezes menor do que de pedagogos (QPM-E) lecionando a disciplina em Londrina. Isto demonstra que a maior parte dos docentes da disciplina não tem concurso específico. No ano de 2013 o governo paranaense abriu um edital para a contratação de professores para o Estado em todas as disciplinas, menos de Ensino Religioso. Caso a proposta de diretriz determine mais do que a autorização/reconhecimento de mais um curso de graduação, caso ela fixe nacionalmente o requisito profissional para assumir a disciplina, essa consequência traria um grande impacto na organização do Estado usado no exemplo. Tanto em contratações quanto em distribuição de aulas, pois se 98% das aulas de E.R são ministradas por formados em outros cursos isso encaminha uma reorganização também desses profissionais. Desta forma a dimensão do impacto produzido pela proposta pode ser imaginada para os outros Estados uma vez a Figura 21 demonstra que o Paraná é o 5º maior estado no que tange a matrículas do ensino fundamental, e segundo Nunes (2012, p. 113) são 3.123 professores envolvidos na disciplina. Como e quantos professores seriam reajustados/demitidos/admitidos?

Figura 21 – Percentual de Matrículas por Estado 2013.



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (2013).

Desta forma caso o processo de capacitação docente trilhe pelo caminho apontado pelo FONAPER será prudente fazer a transição paulatinamente. Ao mesmo tempo a indicação de formação pode ser não observada pelo fato da Lei apontar os sistemas de ensino como responsáveis por definir os profissionais, essa possibilidade permite a sistemas já estabelecidos a determinar as atribuições e capacitações profissionais deixando novamente a questão a deriva do mar de indefinições.

Na proposta PCNER há uma clara intenção de universalizar o texto a todos os sistemas de ensino quer sejam municipais, estaduais, público ou privados. Essa vontade se ajusta bem ao se tratar da adoção da proposta em escolas privadas uma vez que estas são organizados em sistemas de ensino próprios, com autonomia e nestes casos a LDB/96 permite inclusive a confessionalidade. Contudo no campo do público a adoção precisa atravessar várias instâncias de debates, quer legislativamente ou por grupos de assessorias e inclui uma avaliação de conteúdo.

É importante notar que essa proposta é altamente valorizada por todos os envolvidos no Fórum cujos textos foram selecionados de forma intencional e analisados. O PCER foi produzido com a intenção de ser transformado em Lei.

O Brasil possui, hoje, uma considerável pluralidade de modelos de Er, O que se desenha em função de iniciativas locais e não de uma diretriz comum e sólida, capaz de produzir uma prática docente consistente para esse ensino em âmbito nacional. Ao longo da história, essa área de estudo esteve quase sempre sob controle da Igreja Católica, enquanto instituição religiosa hegemônica, seguiu, pois os parâmetros catequéticos, teológicos e pedagógicos da Igreja, mesmo quando um **“modelo moderno”** concretizou-se, tendo como base o respeito às diferenças religiosas existentes no interior das escolas. Mesmo nesse caso, tal estudo parece não ter conseguido justificar-se epistemologicamente como área de conhecimento perante as demais, superar politicamente a linha da tolerância às diferenças e pedagogicamente construir uma metodologia capaz de incluir a diversidade de experiências religiosas e não-religiosas. (PASSOS, 2007, p.16, grifo nosso).

A proposta é apresentada como ‘modelo moderno’, uma solução e de fato o é se a comparação for o período de educação religiosa onde a prática equivocada de proselitismo ocorria sob a tutela legal. O próprio nome da proposta indica a intenção de transformá-lo em algo universal, a nomenclatura adotada indica

a pretensão. Hoje é muito comum a utilização de ferramentas de busca da internet e ao se procurar por uma proposta oficial o primeiro link que aparece é o do grupo FONAPER por causa da nomenclatura adotada. Tal fato pode levar desavisados a cometerem erros e adotarem a proposta como se fosse oficial. Toledo e Amaral (2005) utilizam o termo entre aspas indicando a incerteza legal da proposta, contudo o mesmo não ocorre em outros textos e nem nos do próprio grupo. Esse problema linguístico advém da situação histórica a qual a proposta surgiu, tendo que se adequar a nova Lei o grupo se organizou para produzir uma proposta que seria encaminhada para o MEC, segundo Figueiredo (2010, p. 21).

O Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, em sessão realizada de 24 a 26 de março de 1996 em Brasília/DF, apresenta a necessidade de ser instituída uma Comissão encarregada da elaboração dos Parâmetros Curriculares de Er, em regime de urgência, para suprimir a ausência das orientações adequadas à referida disciplina. Essa Comissão foi composta inicialmente por alguns assessores indicados pela Coordenação do FONAPER, para elaboração de textos fundamentais a partir dos eixos temáticos.

Ainda segundo a autora a proposta foi finalizada depois de alguns encontros da comissão em 28/9 de Outubro de 1996, ou seja, o período de produção foi de seis meses e a responsabilidade dos conteúdos foi atribuída a um grupo dentro do grupo. A avaliação da produção desta Comissão foi realizada segundo Figueiredo (2010, p. 22): “após o 11º Encontro Nacional de ER (11º ENER), promovido pela CNBB, foi revista a primeira redação dos Parâmetros Curriculares de Er, com a participação de 75 pessoas”. Esse número de pessoas bem como o fato da autora narrar que “A redação final foi concluída em Belo Horizonte MG, em 28 e 29 de outubro do mesmo ano, para acrescentar as sugestões remetidas pelos diversos Estados ou Regiões Brasileiras” (FIGUEIREDO, 2010, p. 22), levam a pensar que houve uma legitimidade ampla da proposta, que ela foi “democraticamente construída”. A fragilidade desse argumento é notório se fizermos duas simples perguntas: Quem estaria e ficaria depois de um congresso da CNBB? E porque os Estados e Regiões Brasileiras não são nomeados? No Português o plural se aplica a qualquer informação que contenha mais de um componente ou seja, dois Estados já seriam suficientes para fazer a frase ser gramaticalmente correta, contudo não diz muito sobre democracia participativa.

O caráter de urgência da criação da proposta estava ligado diretamente ao panorama político futuro idealizado pelo grupo,

A conclusão da redação do texto esteve sob a responsabilidade da Comissão de Currículo e da Coordenação do FONAPER que, em 29 de outubro a entrega aos membros do Conselho de Secretários de Estado da Educação (CONSED), reunidos em Ouro Preto/MG. O grupo de redação final do referido documento pensava que este, uma vez encaminhado aos setores do Governo por meio dos referidos Secretários, chegariam a adquirir força no Ministério da Educação, ainda em 1996, com o objetivo de ser assumido e aprovado, até a publicação, no mesmo prazo dos PCNs das demais disciplinas, já elaborados pelo Grupo de Trabalho do Mec. Em 5 de novembro, os Parâmetros Curriculares de Er forma também encaminhados ao MEC (FIGUEIREDO, 2010, p. 22).

De fato o MEC não acatou a proposta e nos PCNs promulgados em 1998 a disciplina não é contemplada nem como tema transversal.

São essas definições que servem de norte para o trabalho das diferentes áreas curriculares, que estruturam o trabalho escolar: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam também a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas a Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo ou a outros temas que se mostrem relevantes. Para cada uma das áreas e para cada um dos temas referidos há um documento específico que parte de uma análise do ensino da área ou do tema, de sua importância na formação do aluno do ensino fundamental e, em função disso, apresenta uma proposta detalhada em objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas. A explicitação desses itens é feita por ciclos, sendo que cada ciclo corresponde a dois anos de escolaridade no ensino fundamental (BRASIL, 1998, p. 9-10).

Conforme Figueiredo (2010) indica havia Grupos de Trabalho no MEC para propor Parâmetros para as demais disciplinas, mas o resultado final do trabalho parece indicar uma inexistência de um grupo para o E.R. não foi possível confirmar essa realidade, contudo ainda sim, a proposta FONAPER seria fruto da organização de um grupo específico da sociedade civil brasileira e, no processo de produção dos Parâmetros seria uma proposta no máximo paralela, caso existisse um Grupo MEC produzindo outra, caso não, a celeridade do horizonte de aprovação demonstrado pelo FONAPER indica a vontade do grupo em se adaptar a nova realidade e na aceitação literal e integral da proposta pelo MEC, ou seja,

universalizar nacionalmente via a legitimação legal da maior entidade civil da educação nacional o proposto pelo grupo.

Diante da realidade gerada pela não inclusão da disciplina nos Parâmetros Nacionais ao mesmo tempo em que, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (BRASIL, 1996), a criam e a tornam obrigatória para o Estado, a palavra utilizada para definir a proposta FONAPER no VII CONERE quando houve um questionamento em relação a sua validade é muitíssima adequada: “o PCNER é *oficioso*. ele surge da sala para a lei, dos professores para o Estado” é adotado muitas vezes pelo profissional de ensino e por sua autonomia relativa, uma vez que não há controle sistêmico da atividade de sala docente. Contudo a adoção da proposta FONAPER não é maior mal da ação autônoma, pois esse grupo tentou a seu modo cumprir com a legislação, mas há grupos religiosos não organizados diretamente que atuam nos sistemas escolares promovendo grupos de reflexão/oração que ao se empoderarem da disciplina podem seguir seu *ethos* de grupo ao invés da ética-civil-profissional. Portanto a omissão do MEC não deixou apenas o FONAPER com um problema, também deixou os Estados e municípios por serem os responsáveis por produzir *sistemas de ensino público*. Desse imbróglio surgiu o mosaico de diretrizes existentes e esta possibilitando um espaço físico para que práticas religiosas da época do Império sejam realizadas.

É notório que a proposta FONAPER é escrita sem referências ou justificativas como seria exigido por moldes científicos. Afirmações universalizantes são utilizadas várias vezes sem qualquer citação ou indicação de onde surgiram. São quase “revelações”. Outra observação importante é a criação de uma hierarquia que coloca as instituições religiosas sobre a escolar. É possível perceber isso em vários trechos:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) compreendem a **limitação** do espaço da Escola, reconhecendo como um lugar **privilegiado** para experiência de fé e opção religiosa, a família e a comunidade religiosa (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 15, grifo nosso).

Embora a frase aponte a noção de que a experiência de fé seja tratada e experimentada como algo privado e não público, o como isso é feito chama a atenção. Os grifos apontam a escola como lugar *limitado* e não impróprio, ainda sim não definem que limite é esse, será o intelectual, legal, inadequação física impeditivas de certas práticas rituais? O limite também é algo que pode ser ajustado.

No grifo *privilegiado* usado para expressar a idéia de adequação das comunidades religiosas para a expressão religiosa novamente não é utilizado um termo que restrinja ou defina o *lócus* das ações religiosas. Tais fatos apontam para uma compreensão do espaço público escolar como potencialmente apto para ações religiosas dentro de 'limites'.

Em outro trecho ao fazer uma defesa da legitimidade do ER frente a uma polêmica causada por movimentos pró-laicidade, os autores expressam a dicotomia da questão colocando os 'anseios' religiosos como preponderantes e sendo os definidores favoráveis do que se ensina na escola.

Outra polêmica se desencadeia em todo o processo de elaboração da LDB: de um lado, os defensores do princípio da laicidade e, de outro, os defensores do princípio de que o Ensino Religioso é um direito do cidadão, como ser religioso que frequenta a escola pública. A laicidade do Estado é legítima, mas não excludente do tipo de educação pleiteado pelo cidadão que frequenta a escola pública (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 27).

Neste ponto a tentativa de Reprodução Social religiosa através do Sistema Escolar fica explícita. Pela proposta apresentada a composição curricular do Sistema de Ensino deve ser sustentada pelo Religioso ao ponto dos conteúdos próprios do cotidiano dos indivíduos serem os constituidores dos saberes transmitidos pela instituição responsável pela formação civil/acadêmica. Gasparin (2002) aponta que na dinâmica da sala de aula os conteúdos prévios dos estudantes tem uma função importante na didática por proporcionar o '*start*' do diálogo³¹, contudo o papel do professor é conduzir esse conteúdo, por vezes caótico/desordenado e provido de visões unilaterais produzidas pelas outras instituições sociais como: mídia, família e religião, a o cientificamente elaborado. Ou seja, o papel docente é usar o cotidiano como substrato/matéria-prima e não como produto acabado. Assim, a escola seria o lugar da aprendizagem de um conhecimento específico, o científico. O argumento PCNER se opõe neste sentido ao de Gasparin. Assim se ao invés de religiosos os brasileiros fossem belicosos teríamos uma educação parecida com a dos antigos Espartanos? Aprenderíamos arte de guerra, uso de armas na escola? Durkheim diria que sim:

[...] “a educação é o “meio pela qual ela prepara, na formação das crianças, as condições essenciais de sua própria existência””. Assim cada povo tem a educação que lhe é própria e que pode servir para defini-la da mesma forma que a organização política, religiosa ou moral (FAUCONNET, 1978, p. 9- 10).

Desta forma o que a proposta PCNER apresenta é uma tentativa manter/reproduzir a sociedade como esta se dá nas outras instituições, família, trabalho, etc., contudo a ação exemplificada com Gasparin (2002) aponta a existência de outros setores da sociedade tentando mudar esta trajetória e fazer da Instituição escolar o local da reprodução da ciência. Outro aspecto relevante é a frase “[...] pleiteado pelo cidadão que frequenta a escola pública.”. Não aparece nos textos sobre formação do grupo FONAPER consultas populares ou se conhece qualquer movimento, aos moldes de movimentos sociais, reivindicando o E.R enquanto disciplina, o que se percebe é uma organização lideranças religiosas majoritariamente cristãs vinculadas a instituições particulares de formação superior constituída e legitimada por professores, geralmente pedagogos, da disciplina. Se levarmos em conta a composição religioso da comunidade escolar fornecida pela pesquisa INEP 2008 veremos quantos problemas uma ação pautada por esse tipo de democratização pode fornecer.

Em outro argumento sobre a validade da disciplina de E.R uma frase se destaca por evidenciar uma das tarefas, atribuída pelo grupo, à instituição escolar:

Conhecer significa captar e expressar as dimensões da comunidade de forma cada vez mais integral. Assim, entendendo a educação escolar como um processo de desenvolvimento global da consciência e da comunicação entre educador e educando, à escola compete integrar, dentro de uma visão de totalidade, os vários níveis de conhecimento: o sensorial, o intuitivo, o afetivo, o racional e o religioso (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 44).

As atribuições escolares pretendidas são fantásticas, ter um ambiente capaz de transitar por todos os conhecimentos humanos propostos é algo que não foi concebido nem pelos melhores utópicos, muitos reconheceram as limitações da organização. A execução dessas idéias poderia promover cultos religiosos sob a pretensa de integrar os conhecimentos sensoriais, e até uso de

³¹ Prática Social Inicial.

drogas poderiam entrar nessa busca por conhecimentos desta ordem. O que dizer do intuitivo? Como conceber profissionais com habilidade para tal? Na ânsia de incluir os conhecimentos religiosos e, não conhecimentos sobre o religioso, o PCNER apresenta um otimismo de fé em relação à realidade escolar brasileira.

Esse fato demonstra o quão complexo é o ambiente escolar, há uma clara divisão nos objetivos pretendidos para esta Instituição social por parte de vários grupos, em certos casos antagônicos. O Campo religioso atua também tentando influenciar o conceito de Instituição Escolar, o como e o que educar.

Para que esta ação seja evidenciada um conceito se torna fundamental na questão: qual conceito de humanidade posto? Ou seja, que Homem é esse? A resposta a essa pergunta definirá a perspectiva das ações pessoais e comunitárias e como a sociedade tentará defini-las. Em Oliveira et al. (2007) é possível perceber a compreensão do grupo FONAPER na qual a religiosidade aparece como algo *inato* e não socialmente construído. No primeiro capítulo do livro há uma argumentação organizando antagonicamente alguns autores e cientistas de forma a demonstrar a continuidade da existência das religiosidades apesar de 'apostas' contrárias, enfatizando a existência de um Homem Religioso, contudo é no PCNER que esse fato aparece de forma mais clara. No 1º capítulo há uma exposição do conceito de Homem o qual é a base para o pensamento das propostas que se seguem; a descrição é longa, mas se faz necessária, pois evidencia vários aspectos do conceito em questão:

O ser humano constitui-se num ser em relação. Na busca de sobreviver e dar significação para sua existência ao longo da história desenvolve as mais variadas formas de relacionamento com a natureza, com a sociedade e com o Transcendente, na tentativa de superação da provisoriedade, limitação ou sêma, sua finitude. Dilema que o desafia de forma marcante diante da complexidade da técnica, da industrialização, da urbanização, do racionalismo, da secularização:

Quem sou?

De onde vim?

Pra onde vou?

Perante essas indagações, o ser humano desenvolve conhecimentos que lhe possibilitam interferir no meio e em si próprio. O conjunto dessas atividades e conhecimentos representa um ser humano dotado de outro nível de relações: a Transcendência. Por isso, **essa capacidade inerente ao ser**, possibilita-lhe integrar em seu âmbito tudo o que lhe é exterior, deparar-se com problemas e rebelar-se contra eles numa ação fundada não em seus limites, mas nas possibilidades que percebe. Recusando-se a encarar o desconhecido

como barreira definitiva, transforma-o em projeto. E ao se perceber ameaçado pela natureza, sobrevive mediante a produção da cultura.

Cada cultura tem, em sua estruturação e manutenção, o substrato religioso que a caracteriza. Este o unifica a vida coletiva diante de seus desafios e conflitos. Desse modo, a ação humana consiste em tornar a Transcendência sua companheira de todas as etapas de aventura como origem de projetos, enquanto desejo e utopia. A recusa à Transcendência é trágica para o ser humano, pois o torna resignado em sua mediocridade.

Assim na raiz de toda criação cultural está a Transcendência, [...] (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 31-32, grifo nosso).

Percebe-se que a proposta esta fundamentada sobre um Homem que é “mediocre” sem sua relação com o denominado de Transcendência, também é possível perceber a já indicada prática de universalizar os conceitos. Esse Homem cuja religião/religiosidade é inerente é o principal argumento pró E.R e, mais do que isso pró-Reprodução Social Religiosa: as religiões têm continuamente fundamentado as trajetórias humanas. Esse fato é real, traços de crença e sistemas de religiosidade são encontradas na maioria das comunidades humanas existentes na história, mas a perspectiva adotada pela associação pode sugerir que apenas o esse conceito de Humanidade exista e o pior, só pensar o Homem por essa premissa. Neste caso o próprio conceito de História seria afetado, pois se é a religião quem “... unifica a vida coletiva...” e não as relações sociais, entre elas as religiosas, o contar sobre o Humano seria feito com a primazia da sua relação com suas crenças e não com relação aos pares, desta forma não teríamos uma história dos homens e suas relações sócio-geo-econômica-política, teríamos uma cosmogonia e não História. O Homem do FONAPER é o *Homem Religioso*.

Tendo esse personagem como fundamento a proposta trás como objeto da disciplina “o fenômeno religioso; conteúdo próprio: o conhecimento religioso, tratamento didático próprio: didática do fenômeno religioso [...]” (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 9). Por essa perspectiva o estudo das religiões e religiosidades se daria pelo fenômeno, ou seja, por suas manifestações, ou nomeando como eles: a busca pelo Transcendente. Desta forma, o objeto de E.R FONAPER são as manifestações religiosas, ou aquilo que se faz conhecer delas. Esse fato leva ao questionamento sobre o que as religiões manifestam: A história institucional? Cosmogonias ou epopeias de divindades? Rituais e símbolos? E o principal, o que é conhecido como manifestação é de fato

expressão da religião? O adágio popular “macumba para turista” expressa a possibilidade de uma performance religiosa esvaziada do ‘sentido (conotativo e denotativo) religioso’. Como já foi mencionado o Objeto da disciplina é o ponto mais crítico de todas as propostas da disciplina no Campo e motivo de muitos conflitos, pois é ele quem define que tipo de Ensino religioso será adotado. Para dar conta das várias manifestações e suas diferenças de forma a sintetizar o místico/sensorial do religioso o FONAPER usa um termo que parece indicar uma pessoa: o Transcendente.

Pela primeira vez, pessoas de várias tradições religiosas, enquanto educadores conseguiram juntos encontrar o que há de comum numa proposta educacional, que tem como objeto o Transcendente. Por tradições religiosas aqui se compreende a sistematização do fenômeno religioso a partir das suas raízes orientais, ocidentais, africanas e indígenas, que exige para seu ministério (ou mister) um profissional de educação sensível à pluralidade, conscientes da complexidade sociocultural da questão religiosa e que garanta a liberdade do educando sem proselitismo (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 13).

Como o próprio texto diz esse termo tem em si o compromisso de representar toda busca imaterial humana em todas as variabilidades possíveis de religiões. É uma tarefa difícil de ser conseguida principalmente para religiões nas quais há pluralidade de entidades e divindades onde o termo transcendência seria mais aceitável fenomenologicamente do que o fixo/uno Transcendente. Essa denominação expressa a matriz criadora da proposta por ser o cristianismo uma religião em busca de relacionamento com uma divindade possuidora de características humanas como a personalidade, individualidade, um caráter próprio, enfim uma entidade capaz de ser representada nominalmente cuja identidade remeta a uma conexão cognitiva que lembre um semelhante desproporcionalmente mais poderoso e que habita em Outro espaço-tempo. Contudo o mesmo não ocorre com outras religiões. A utilização da palavra Transcendente para substituir a palavra Deus, entendida como a divindade cristã, fica nítida na explicação do terceiro eixo organizador dos conteúdos da disciplina. Nesse trecho a constante tentativa de limitar a teologia que pulsa dos autores e que por todo o livro é ‘disfarçada’ sob várias e criativas formas, surge sem pudores no que parece ser um lampejo de descuido retórico. Segundo o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (2009, p. 53, grifo nosso).

Como o Transcendente **é a entidade ordenadora e senhor absoluto de todas as coisas**, se expressa esse estudo nas verdades de fé. E a participação na natureza do Transcendente é entendida como graça e glorificação, respectivamente no tempo e na infinidade.

A organização do conteúdo FONAPER se faz sobre cinco eixos ou blocos de conteúdo “Culturas e Tradições Religiosas; Escrituras Sagradas; Teologias; Ritos; Ethos.” (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 50) e esses eixos compõem a estrutura dos 4 ciclos sucessivos de ensino sugeridos pelo grupo. A cada ciclo o conteúdo apresenta desafios maiores aos estudantes de modo a ir complexificando os saberes. A proposta dos ciclos pareceu ser uma boa estratégia uma vez que seu tamanho pode ser ajustado a carga horária disponível, eles podem ser dados em 4 anos ou 4 bimestres. O eixo Teologias chama a atenção primeiro por ser referente exclusivamente ao cristianismo, pois *Theo* é o nome grego de Deus e *logia* representa um sistema logicamente organizado, ou seja, é a sistematização de Deus ou do divino cristão. Assim é impossível pensar em teologia afro ou indígena porque além de não ter apenas uma divindade concentradora de todas as forças disponíveis para a melhoria da vida humana que a podem acessar para intervenções cotidianas mediante a um acordo de sujeição as regras sistematizadas e organizadas sob a lógica grega ocidentalizada, as religiões não cristãs organizam suas divindades de forma muito *sui generis* por vezes particularizadas e imbuídas de toda gama de criatividade pedagógica daquele que ensina oralmente o que aprendeu oralmente. A mitologia varia embora haja alguma estrutura e não há documentação, por serem religiosidades de experiência, que possam ser *logias*. Essa característica é importante, porque ensinar teologia africana é um erro duplo, uma falta de conhecimento sobre o como a religião opera e uma imposição cristã por tentar adaptar ao seu modo de ser e fazer o Outro, um típico caso de etnocentrismo.

A pesquisa sobre o grupo apontou para várias nuances. A principal é a adaptação do Religioso quando uma norma lhe limita, sua tendência a tentar manter a hegemonia com as ferramentas que possui fica bem nítida. O grupo pesquisado, apesar da proposta ser muito propensa à religiosidade cristã, está ‘encarando’ o limbo legal brasileiro com um proposta, uma pró-atividade impar e uma ‘devoção’ à disciplina.

4.2 UM OLHAR SOBRE A DIRETRIZ ESTADUAL DE ENSINO RELIGIOSO DO PARANÁ

Diante das instituições produzidas pela LDB/96 e da alteração realizada em 1997 não apenas o FONAPER teve que se adaptar, todo setor escolar público nacional se viu diante do desafio de inserir uma disciplina em sua grade sem a existência de uma regulação para tal. No Paraná a solução adotada foi à criação de uma Diretriz, uma lei estadual orientadora tanto para os agentes de controle: Núcleos Regionais, secretarias, quanto para profissionais de ensino. Esse trabalho demorou 11 anos para ser finalizado e pode-se notar dois períodos nesse processo. Um período entre 1995 e 2002 o qual a disciplina praticamente sumiu do currículo e outro posterior que durou até 2008, data da promulgação da diretriz.

No período entre 1995 a 2002, houve um enfraquecimento da disciplina de Ensino Religioso na Rede Pública Estadual do Paraná, acentuado a partir de 1998. Nesse período, marcado pela otimização dos recursos para a educação, o Ensino Religioso ainda não havia sido regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação, de modo que sua oferta ficou restrita às escolas onde havia professor efetivo na disciplina. Na reorganização das matrizes curriculares do Ensino Fundamental, realizada nesse período, o Ensino Religioso foi praticamente extinto, mesmo diante da exigência legal de sua oferta pela LDBEN 9.394/96 (PARANÁ, 2008, p. 44).

Após 2003 houve um esforço focado em resolver a questão e produzir o parâmetro ausente nacionalmente sem a pretensão de transformá-lo em nacional. A diretriz estadual visa atender o ente federado em questão, agindo como sistema de ensino legalmente capaz de instituir o seu modo de pensar e realizar a disciplina. Contudo é possível notar que a partir de 2003 a proposta começou a ser debatida de forma democrática-participativa.

Agradecemos de modo especial aos professores das escolas da Rede Estadual de Ensino que desde 2003 participaram dos eventos promovidos pela Secretaria de Estado da Educação, contribuindo com a elaboração dos textos das Diretrizes Curriculares. Esses professores enriqueceram as discussões sobre teoria e ensino da sua disciplina, fizeram leituras críticas das diversas versões preliminares das DCE enviadas às escolas nas semanas pedagógicas e enviaram seus pareceres para que os textos pudessem ser aprimorados. Da mesma forma agradecemos o trabalho dos professores dos Núcleos Regionais de Educação e dos departamentos pedagógicos da SEED que ao longo deste processo coordenaram as discussões e sistematizaram os textos até chegarmos a estas Diretrizes Curriculares, agora oficialmente publicadas (PARANÁ, 2008, p. 7).

Em 1995 uma iniciativa no Estado chamada de Universidade do Professor foi criada com a intenção de ser um espaço para formação continuada dos profissionais de ensino do Paraná.

O projeto UNIVERSIDADE DO PROFESSOR, um programa de capacitação de profissionais da área de educação do governo do Estado do Paraná, iniciado em 1995 e operacionalizado pela Secretaria de Estado da Educação - SEED-PR. Segundo o atual secretário de educação, Ramiro Wahrhaftig, o programa justifica-se pelo fato de que os modelos tradicionais de capacitação aplicados no Paraná foram muito questionados, apresentando resultados insatisfatórios. O programa se apoia em três eixos de atuação: a permanência com êxito do aluno na escola, o desenvolvimento da competência de professores e a participação da comunidade nas decisões (KOSLINSKI, 1998, p. 4).

A Universidade do Professor era um lugar físico localizada no município de Pinhalão chamada de Faxinal do Céu. O objetivo era concentrar os debates e formações levando os professores de suas cidades para participarem de cursos, palestras, debates e até poderiam ter acesso a cursos de Especialização por convênios com Instituições de Ensino.

As metas da Universidade do Professor são: 1) atingir 100% de participação voluntária dos profissionais do magistério em no mínimo quatro eventos, no triênio 96-98; 2) articular a teoria à prática pedagógica, de modo que ambas possam ser aplicadas no cotidiano das escolas; 3) executar e avaliar, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação, as concepções e estratégias de gestão compartilhada na atualização e qualificação dos profissionais da área; 4) divulgar e estimular a socialização de experiências inovadoras do sistema de educação pública; e 5) procurar formar professores “multiplicadores de aprendizagem”, os quais serão responsáveis pela educação continuada nas escolas. Para a realização destes objetivos, no centro de capacitação de Faxinal do Céu são realizados seminários de atualização e motivação, de atualização curricular, de gestão escolar e de ações de suporte ao currículo. Também fazem parte do programa Universidade do Professor, cursos de especialização e extensão, realizados em parceria com instituições de ensino superior do estado (KOSLINSKI, 1998, p. 5).

Essa iniciativa funcionou até outubro de 2011 promovendo várias trocas pedagógicas entre os profissionais o que inclui entre outros o debate em torno da disciplina de E.R desta forma, é possível perceber que o tempo gasto na elaboração tem a prática democrática como justificativa.

Como os demais professores, aqueles que ministravam aulas de Ensino Religioso foram envolvidos num processo de formação continuada voltado à legitimação da disciplina na Rede Pública Estadual. Por meio de Encontros, Simpósios, Grupos de Estudo e DEB Itinerante – eventos realizados de 2004 a 2008 – as discussões entre os professores da rede para a elaboração das Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso avançaram em relação à sua fundamentação.

No final de 2005, a SEED encaminhou os questionamentos oriundos desse processo de discussão com os Núcleos Regionais de Educação e com os professores ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Em 10 de fevereiro de 2006, o mesmo Conselho aprovou a Deliberação n. 01/06, que instituiu novas normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Paraná (PARANÁ, 2008, p. 44).

A proposta paranaense foi fruto de debates entre todos os envolvidos com a educação no Estado e uma fonte que acompanhou o processo confirmou que houve até ‘excesso’ de democracia, e que a pauta foi fechada de maneira destoante do processo depois de não ter sido possível, em cinco anos, um consenso. Essa forma de criar a legislação é importante por sugerir que os educadores estavam incluídos nas trajetórias e debates no período e assim, ainda que não houvesse parâmetros nacionais definidos a seguir, havia a possibilidade dos profissionais conhecerem ao menos o básico sobre os pontos envolvendo a disciplina, a proibição da conduta proselitista. Também haviam duas orientações ‘provisórias’ a Instrução Conjunta n.001/02 do DEF/SEED e a Deliberação 03/02.

A primeira parte do caderno que contem a Diretriz traz a parte comum a todas as disciplinas ofertadas na educação básica, a proposta metodológica adotada no Paraná segue uma tendência Histórico-Crítica e, portanto o Ensino Religioso também o faz. Essa ação influencia diretamente nas fontes produtoras dos saberes, pois por isso não podem ser fruto de um pensamento exclusivo como uma religião que pensa pelas outras. Diferindo do FONAPER a base teórica da proposta paranaense não é a Ciência da Religião, mas sim um arrazoado entre as várias ciências as quais tem relações/estudos sobre a temática em questão. Estão contidas: a sociologia, história, geografia, a pedagogia, filosofia. O encarte também trás um histórico da disciplina nas legislações e no Estado.

Chama a atenção na história do E.R paranaense a existência de uma associação que em alguns momentos ganha o protagonismo no processo. A

Associação Interconfessional de Curitiba (ASSINTEC). Conforme Kluck (2011, p. 18):

A criação da ASSINTEC tem sua história registrada, de acordo com o CETEPAR, em informativo de 03 de novembro de 19884, ela foi o resultado das idéias de caráter ecumênico de um pequeno grupo pessoas que tiveram início no ano de 1971. No natal desse mesmo ano, em uma campanha de donativos, na Paróquia Senhor Bom Jesus em Curitiba, houve a idéia de desenvolver ações em prol do Ensino Religioso nas escolas públicas.

No ano de 1972 os padres franciscanos Freis Arnaldo e Vicente Bohne, ao observar as carências do Ensino Religioso e a impossibilidade de preparar professores em número suficiente tiveram a idéia de viabilizar a difusão radiofônica de “aulas de religião”, também tendo em vista o que versava a Lei 5692/71 de 11 de agosto de 1971. Eles procuraram algumas representações evangélicas, apresentaram seus planos e convidaram para que participassem. O que reuniu lideranças da Arquidiocese Católica e das Igrejas Luteranas, Metodistas, Presbiterianas, entre outras.

A ASSINTEC foi responsável tanto pelo início da disciplina nos currículos estaduais até atualmente na formação dos professores.

Para viabilizar a proposta de Ensino Religioso no Paraná, a Associação Interconfessional de Curitiba (Assintec), formada por um grupo de caráter ecumênico, preocupou-se com a elaboração de material pedagógico e cursos de formação continuada. O resultado desse trabalho foi o Programa Nacional de Tele Educação (Prontel), elaborado em 1972, que propôs a Instituição do Ensino Religioso radiofonizado nas escolas municipais. A Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Prefeitura Municipal de Curitiba aceitaram o Prontel, com parecer favorável do Conselho Estadual de Educação (PARANÁ, 2008, p. 41).

Esse grupo é o articulador das várias propostas que o Estado já teve. Em cada mudança legal a ASSINTEC se encarregava de encontrar a forma mais adequada ao contexto. Essa atribuição é possível de ser notada na hierarquia da proposta de 1992 na qual a associação ficou com a responsabilidade e o Estado com a colaboração.

Nessa conjuntura, o Estado do Paraná elaborou o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná, em 1990. Na primeira edição do documento, o Ensino Religioso não foi apresentado como as demais disciplinas. Dois anos depois, foi publicado um caderno para o Ensino Religioso, conforme os moldes do Currículo Básico. Sua elaboração, no entanto, ficou **sob a responsabilidade da Assintec, com a colaboração da SEED** (PARANÁ, 2008, p. 42, grifo nosso).

Havia uma espécie de terceirização da questão e uma forte influencia dessa associação nas ações realizadas pelo Estado, contudo na formação da Diretriz vigente essa ação não é tão evidenciada. A atuação desse grupo continua operando da mesma forma, o fato foi presenciado durante a coleta de dados realizada no evento promovido pela Secretaria de Estado denominado II Jornadas de Ensino Religioso ocorrida em 21 e 22 outubro de 2013 no auditório da Universidade Federal do Paraná. O evento de capacitação para professores e técnicos dos NREs contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas, forneceu certificação pela ASSINTEC com o endosso da Secretaria. Além de atuar na área de capacitação a entidade recebe suporte técnico do Estado para atuar. Há uma cessão de dois funcionários do quadro do Estado para trabalharem no grupo.

Conhecendo a seriedade do trabalho desenvolvido por esta instituição, a Secretaria de Estado da Educação em 2011, fortaleceu os laços e estabeleceu a parceria com a Assintec, que vem resultando num trabalho pedagógico de fortalecimento da disciplina de Ensino Religioso nos ambientes escolares, contribuindo assim, com o tratamento da disciplina como área de conhecimento. Vale ressaltar, que para esta parceria, a Secretaria de Estado da Educação cedeu dois profissionais da educação, Elói Correa dos Santos e Valmir Biaca, que são do Departamento da Educação Básica e hoje desenvolvem um excelente trabalho na equipe pedagógica da Assintec (ASSINTEC, 2012, p. 2).

Com esse empréstimo o quadro pedagógico da associação é formado por cinco profissionais enquanto que a secretaria específica da disciplina é composta de apenas duas profissionais. Essa opção de estrutura organizacional do E.R paranaense é importante para a compreensão do processo histórico, diferindo do FONAPER que é um grupo que tenta se estabelecer como 'Estado' a ASSINTEC é o Estado se estabelecendo por meio do grupo. O arranjo apesar de a lógica parecer invertida é o viabilizador do que se tem, tanto em legislação quanto em treinamento da disciplina. Foi percebido nos momentos de coleta dados uma organicidade colaborativa entre os membros dos grupos o que sugere a afirmativa na qual a ASSINTEC e Secretaria Estadual de Ensino Religioso ser, intelectualmente, uma coisa só. Essa situação pareceu ser bem naturalizada e tida como vantajosa. Esse arranjo também se diferencia do FONAPER por a ASSINTEC não contar com uma entidade legitimadora, como a CNBB, para endossar as decisões e fornecer com seu quadro de profissionais e de capacitados propostas,

planejamento e a estrutura de suas escolas de formação superior (ex: PUC) para atender a demanda que a própria proposta sugere. Surpreende o tamanho do desafio que o grupo enfrenta em relação a rede de apoio que dispõe, acresce-se o fato de que o grupo também é responsável pela disciplina no sistema de ensino municipal de Curitiba.

A estratégia de transferência de responsabilidade vem se perpetuando desde 1972 e já foi internalizada pelos membros que atuam politicamente para conseguirem mais pessoas cedidas pelo Estado para atenderem as demandas. Exagerando propositalmente para estabelecer o cenário pretendido, é como se o 'braço' da ASSINTEC que opera as relações educacionais, pois há outros 'braços' atendendo a outras demandas que não compõe o objetivo da análise desse trabalho, fosse inteiramente fomentado pelo Estado e não pela associação, o retorno dado ao Paraná seria a organização da disciplina no Estado.

Esse fato expõe como o histórico da disciplina esta ainda atrelado a entidades paralelas ao Estado brasileiro. Nesse sentido a ASSINTEC não é diferente do FONAPER, ambas querem ou ocupam o lugar que no devir comum seria do Estado, mas por causa da omissão demonstrada ao mesmo tempo em que este cria demandas, possibilita e até o torna dependente dos grupos. Não se quer com isso diminuir ou mesmos denegrir o histórico, lutas e ações realizadas por essas entidades, mas enfatizar que concretamente a história da disciplina é mais fruto do trabalho dessas entidades do que da ação Estado. Esse exemplo na Educação é mais um, pois se listarmos a relação de hospitais e órgãos responsáveis pela organização da Assistência Social brasileira veremos claramente que sem a atuação desses grupos as estruturas de apoio ou os aparelhos de promoção social se reduziriam a menos da metade. A filantropia nestes casos tem um preço que pode até ser considerado pequeno frente ao descaso com os sofrimentos da população. Segundo a LDB/96 a operação desses grupos educacionais deveria ser no máximo de caráter consultivo. O parágrafo segundo do artigo 33 diz que "Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.", ou seja, o vinculo estado-associações deve existir para conferir um caráter democrático na relação, uma vez que o conteúdo próprio desta não poderia ser ignorado ou mesmo limitado a uma determinada ciência ou a um grupo específico. Contudo a realidade da disciplina caminha e aponta outra direção e é esta que interessa a sociologia.

O que difere a ASSINTEC do FONAPER é mais seu conteúdo do que sua forma, mais sua formação/composição do que objetivo. Enquanto aquela tem origem vinculada a Igreja Católica e a uma associação pastoral protestante esta, apresenta uma composição mista de religiões. No Informativo nº 34 (ASSINTEC, 2013) a composição organizacional é apresentada na página 11.

Tabela 6 - Tradições Religiosas da ASSINTEC.

Tradições Religiosas	Membros	Função
Centro de estudos Budistas Paramita. Budismo tibetano.	Marinei Gabardo dos Santos	Conselho Diretor
Centro Ramakrishna Vedanta de Curitiba.	Webster Rodrigues de Lima	Representante
Fé baha'í	Sylvio Fausto Gil Filho	Vice-presidente
Federação Espírita do Paraná	Adriano Lino Greca	Membro do Conselho Diretor
Igreja evangélica de confissão luterana do Brasil	Jorge Schieferdecker	Membro do Conselho Diretor
	Evandro Meurer	2º tesoureiro
Igreja episcopal Anglicana do Brasil	Dom Naudal	Conselho Fiscal
Igreja católica ortodoxa Ucraniana	Bispo Dom Jeremias Ferens	Representante
Igreja católica apostólica Romana	Pe. Carlos Alberto Chiquim	Presidente
Igreja ortodoxa Grega	Dom Iakovos	Representante
Igreja messiânica mundial do Brasil	Ministro Gustavo Roberto de Sá Pereira	1º Secretário
Igreja presbiteriana do Brasil	Agemir Carvalho Dias	2º secretário
Igreja ecumênica da religião de deus. LBV	Ministro Rosiel dos Santos	Representante
Islamismo	Gamal Fouad el Oumairi	Membro do Conselho Diretor
Judaísmo.	Rabino Pablo Berman	
Sociedade internacional da consciência de Krishina. Tradição Vaishnava	Ekachakra Pan Das	Representante
Seicho-no-ie	José Pereira Cardoso	Representante
Religiões de matriz africana-Candomblé e Umbanda	Dorival Braz Simões	Tesoureiro
AMORC – Antiga Mística Ordem Rosa Cruz	Jamil Salloum Jr	Membro Fraternal

Fonte: ASSINTEC (2013).

Na II Jornadas de Ensino Religioso foi possível perceber que o grupo ultrapassava os limites dos estudos cristãos porque admitia a existência e respeito às outras religiões fora do cristianismo. A programação foi totalmente focada em religiões não cristãs, isso inclusive produziu uma manifestação contrária por parte de um grupo de 5 professoras. Uma delas se levantou no meio de uma fala e questionou publicamente a comissão organizadora por não ter incluído catolicismo nas palestras. O evento³² foi organizado com apresentação de danças Afro, palestras sobre: hinduísmo, Fé Baha'í, momentos de contação de histórias com mitos budistas, indígenas, bem como mesas para discutir a legislação, Diretriz Curricular Estadual (DCE), informar sobre o site da disciplina enfim proporcionou conhecimento de outras matrizes menos difundidas aos profissionais.

Essa característica da composição do grupo é fundamental para compreendermos os aspectos da DCE, pois a presença de integrantes de várias crenças sugere uma negociação na escolha dos conteúdos e metodologias que levaram a uma proposta eclética. Uma vez que a igualdade de tratamento era necessária e diante das várias lógicas religiosas possíveis a proposta parece ter caminhado para uma solução comum a todas: a academia. A estrutura da proposta é de um texto acadêmico, o conteúdo também, há um trajeto de convencimento/argumentação para a legitimação da proposta por caminhos acadêmicos. Isso inclui debates com outras propostas existentes, fato que as revelam, tanto no evento quanto no texto final produzido no texto da diretriz, há inclusive no espaço dedicado a história do ER uma menção ao grupo FONAPER, abaixo segue um exemplo da postura adotada.

Surgiram, desde então, dos mais diversos setores da sociedade civil, propostas pedagógicas que pretendiam cada uma delas, encerrar a melhor maneira de se planejar o Ensino Religioso laico previsto nas leis supracitadas. O documento que o leitor tem em mãos é uma dessas propostas (PARANÁ, 2008, p. 41).

Com o peso de ser Lei estadual concluída o grupo pode não temer as outras propostas e até mesmo restringir sua atuação apenas ao alcance da sua jurisdição o que lhe proporciona uma grande autonomia diante do cenário nacional

³² O modelo adotado não foi o de um congresso acadêmico, desta forma não houve grupos de trabalho para discutir a produção dos professores a intenção era a capacitação verticalizada, foi

da disciplina. Desta forma a necessidade de legitimidade da proposta já foi uma fase superada, hoje o que se vê é sua implantação. Ainda sim, há um grupo de confronto. Os defensores do estado laico também são antagonizados, mas com a diferença em relação ao FONAPER de que a abordagem e argumentação não se dão no Campo da teologia, mas sim com aspectos históricos e filosóficos. Enquanto o FONAPER justifica a necessidade da disciplina com a idéia do Homem Religioso, a ASSINTEC tenta contornar/repensar o conceito de laico.

Portanto, dizer que o Estado é laico é afirmar que o mesmo não adota e nem poderia adotar uma religião específica, ficando clara a distinção entre a esfera pública do Estado e a esfera privada da religião, como podemos observar na Constituição Federal:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. [...]

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Por outro lado, o Estado garante o livre exercício religioso de todos os cidadãos, garantido na forma da lei:

Art. 5. VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

Assim, uma república democrática ao defender os princípios da laicidade, separa o Estado da instituição religiosa e também das influências perniciosas das ideologias e fanatismos. Contudo, protege e garante a liberdade de culto e de crença, mais do que isso, busca possibilitar a autonomia de pensamento dos indivíduos e a interdependência de todos, assegurando assim, o respeito à diversidade cultural e religiosa e o pleno exercício da cidadania. (CORRÊA, 2012, p. 4).

Nota-se que o laico adotado pelo grupo não é a ausência da religiosidade no Estado, pensado geograficamente, mas sua vinculação política com uma religião ou grupo. A dicotomização do público e privado, a ideia de que o Estado é algo puro/neutro, uma instituição autônoma e não um organismo produzido pela interação de grupos e pessoas portadoras de poder de influencia através de tipos de dominação conhecidos faz crer uma independência plena entre as esferas. O público não estaria ‘contaminado’ com os anseios de grupos, operaria por uma lógica filosófica do direito. As questões políticas originadoras das propostas/leis e a

muito difícil conversar com os professores por conta da estruturação do evento, havia pouco tempo para trocas horizontais.

autonomia dos agentes com suas agencias esmaecem na institucionalização da decisão final que a torna Lei. Assim o Estado pode ser esvaziado de vínculos preferenciais e ser um *lugar neutro*. O privado por consequência seria o local onde as preferências podem ser experimentadas e a liberdade de fazê-lo o objetivo principal do Contrato, o *lócus* onde o público precisa intensificar suas ações coercitivas. Desta forma a disciplina de Ensino Religioso seria um espaço público cujos conteúdos e didáticas tem como função social educar/adestrar as preferências religiosas para o exercício da liberdade de crença individual garantido pelo Contrato Social expresso e pactuado na Constituição de 1988. Essa perspectiva 'blindaria' o público dos interesses de grupos e assim constituiria a proposta paranaense como algo neutro³³. Mais do que ser neutro a proposta avalia a lei 9745/97 como um modelo laico.

“Pela primeira vez na história da inclusão dos temas religiosos na educação brasileira, foi proposto **um modelo laico** e pluralista com a intenção de impedir qualquer forma de prática catequética nas escolas públicas.” (PARANÁ, 2008, p. 41, grifo nosso).

Essa busca por uma neutralidade e compreensão do laico é o que justifica a afirmação de que a legitimidade da proposta paranaense trilhou caminhos propostos por ciências, mais exatas que humanas, uma vez que a Neutralidade acadêmica é o Shangri-lá/Paraíso da ciência e muitas creem na sua existência. A palavra 'científico (a)' aparece 12 vezes em 27 páginas do documento, ou seja, uma menção direta a cada 2, 25 páginas, sem contar as indicações semânticas. Essa característica evidencia o local de ancoragem da proposta paranaense, suas argumentações e justificativas têm forma e legitimidade na neutralidade acadêmica.

Mas será que essa neutralidade é vivida nas salas de aula? E quanto esforço tem sido empregado para esvaziar os *ethos* privados de profissionais para que esse ideal seja alcançado?

O FONAPER evidencia a aproximação teórica, não explícita ou reivindicada, em um item dos seus objetivos gerais do ensino religioso para o ensino Fundamental. O primeiro item diz “Proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das **experiências religiosas**

³³ Esse pensamento precisaria ser avaliado tendo em vista outras propostas. Outro ente federado (Rio de Janeiro) com as mesmas virtudes e atribuições apresenta esses interesses de grupo na

percebidas no contexto do educando” (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 47, grifo nosso), ou seja, o que há na sociedade e o que dela se manifesta deve preencher o espaço do público. O conceito de laicidade do grupo também aponta para o pensamento cuja “A laicidade do Estado é legítima, mas não excludente do tipo de educação **pleiteado pelo cidadão** que frequenta a escola pública.” (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, 2009, p. 27, grifo nosso). Também já se demonstrou a hierarquia pretendida entre Religião e escola. Desta forma pode-se inferir a associação. Do outro lado o conceito de laicidade e a situação de autoridade conferida pela forma de associação com a secretaria do Estado aproxima a ASSINTEC do pensamento que tem como objetivo salvaguardar a liberdade de culto das várias expressões que o compõem por uma diretriz que entende Estado laico como espaço político vazio permanente não associativo de grupos ou vontades sociais.

O desafio mais eminente da nova abordagem do Ensino Religioso é, portanto, superar toda e qualquer forma de apologia ou imposição de um determinado grupo de preceitos e sacramentos, pois, na medida em que uma doutrinação religiosa ou moral impõe um modo adequado de agir e pensar, de forma heterônoma e excludente, ela impede o exercício da autonomia de escolha, de contestação e até mesmo de criação de novos valores (PARANÁ, 2008, p. 46).

Como objeto da disciplina a Diretriz paranaense optou por usar um termo fenomenológico com a mesma intenção do FONAPER de concentrar todas as religiões em uma ‘raiz comum’ algo que fizesse sentido a todos os sentidos de crença. O resultado dessa equação é a utilização do termo Sagrado.

Diante dos obstáculos político-pedagógicos e epistemológicos enfrentados pela disciplina do Ensino Religioso, a SEED procurou, por meio de estudos, debates e palestras definir e delimitar um saber que pudesse articular o estudo do fenômeno religioso com características de um discurso pedagógico, além de ampliar a abordagem teórico-metodológica no que se refere à diversidade religiosa. Assim, definiu-se, como objeto de estudo, o Sagrado. Etimologicamente, o termo Sagrado se origina do termo latino *sacrátus* e do ato de sagrar. Como adjetivo, refere-se ao atributo de algo venerável, sublime, inviolável e puro. Assim, o Sagrado remete sempre a algo que lhe sirva de suporte. Portanto, algo ou alguém que foi consagrado está ligado invariavelmente ao campo religioso. O

sua legislação. Ao definir a disciplina por confissão religiosa ele evidencia a luta dos grupos religiosos pelo espaço, e não a neutralidade.

espaço e o sentido do Sagrado, não se constituem, no entendimento dessas Diretrizes, como um a priori. Ao contrário, no contexto da educação laica e republicana, as interpretações e as experiências do Sagrado devem ser compreendidas racionalmente como resultado de representações construídas historicamente no âmbito das diversas culturas e das tradições religiosas e filosóficas. Não se trata, portanto, de viver a experiência religiosa ou a experiência do Sagrado, tampouco de aceitar tradições, ethos, conceitos, sem maiores considerações, trata-se antes, de estudá-las para compreendê-las, de problematizá-las (PARANÁ, 2008, p. 47-48).

A interpretação dada para o termo escolhido o livro de ser entendido como uma pessoa a exemplo do Transcendente usado pelo FONAPER, ainda que a fórmula pareça a mesma a diferença consiste de que Sagrado no texto da Diretriz não é aborda o religioso ou o que o religioso diz que é sagrado, mas sim o que a história determina como representações sagradas para um determinado grupo de crentes. Isso ocorre no papel/texto, pois no evento acompanhado o Sagrado era tomado do que as religiões expressavam ser Sagrado, ou seja, quem determinava o que é Sagrado são as próprias expressões religiosas. Essa sutil diferença evidencia o protagonismo do religioso na prática pedagógica ainda que o texto diretivo expresse uma outra ação, essa atitude evidencia um tipo de relação de concessão com as religiões as quais possuiriam o direito de definir o que é Sagrado para elas, Essa ação exige do profissional de ensino um amplo conhecimento sobre as várias religiões e as suas formas de se expressarem. A ideia de sagrado da Diretriz se pauta sobre a ideia de Eliade (1977, p. 17):

Como vínculo produzido por um sentimento de dependência, que pode inclusive alcançar um estado de temor' (ou até terror') e fascínio; como intuição de certos valores considerados supremos: os valores de santidade; como reconhecimento racional de uma relação fundamental [...] ser apreendido dentro da sua própria realidade, isto é, de ser estudado à escala religiosa. Querer delimitar este fenômeno pela fisiologia, pela psicologia, pela sociologia e pela ciência econômica, pela linguística e pela arte, etc... é trai-lo, é deixar escapar precisamente aquilo que nele existe de único e irredutível, ou seja, o seu caráter Sagrado.

A frase acima também poderia ser utilizada para justificar a incapacidade de tornar o conteúdo religioso em acadêmico como já foi discutido, pois expõe que as epistemologias científicas retirariam o que é principal do religioso, contudo ela é utilizada para definir qual é o lócus definidor do Sagrado abordado

pela diretriz. Há, portanto uma contradição na Diretriz, pois como seria possível analisar historicamente as representações do Sagrado se estas são definidas no microcosmo das religiosidades? Como ficariam as alterações, atenuações e substituições do conceito dentro de cada religião? Para exemplificar exponho que o conceito de pecado cristão sofre alterações históricas, geográficas, econômica, etc. Em uma palestra (KARNAL, 2014) sobre as relações de ódio ocorridas no Brasil o professor Dr. Leandro Karnal expôs que hoje em dia o pecado produtor de maior evidência e punição social são os de ordem sexuais e que tal intensificação seria uma consequência dos estudos de Freud. O professor compara essa intensidade com a lista proposta por Dante Alighieri, no livro O inferno, no qual o pecado de maior combate social era a Felonia, ou insubmissão/traição, se associarmos que os 7 pecados capitais, promovidos pela Igreja Católica no século IV, não tinham uma hierarquização, eles eram como fonte originadoras de outros pecados, desta forma, se fossem evitados consecutivamente conduziriam o fiel a uma situação de pureza. Esse processo histórico demonstra as variações temporais das leis e códigos intra-religioso. Seria muito difícil para um profissional de Ensino sem uma dedicação exclusiva aos conteúdos religiosos conseguir conhecer e perceber todas essas variações para que o Sagrado pudesse ser originado nas religiões como sugere Eliade (1977) e a proposta paranaense.

A estrutura didática da proposta paranaense se pauta sobre 3 eixos: A Paisagem religiosa, o Texto Sagrado e o Universo Simbólico Religioso. Uma característica importante na didática da disciplina é a presença da ciência geográfica fornecendo a base para exposição dos conteúdos, assim o primeiro contado dos estudantes com as religiões alheias são seus locais de culto e veneração. Esse eixo, comparando a outras abordagens, facilita a aproximação inter-religiosa ao demonstrar que as religiões possuem ao menos uma coisa comum, todas criam espaços para a expressão, sejam esses fixos ou não. Como a proposta foi construída tendo como perspectiva os dois anos já referidos foi também possível já determinar conteúdos conforme a Figura 22 demonstra.

Figura 22 - Conteúdo Básico de Ensino Religioso para 5 e 6ª anos.



Fonte: Paraná (2008, p. 61).

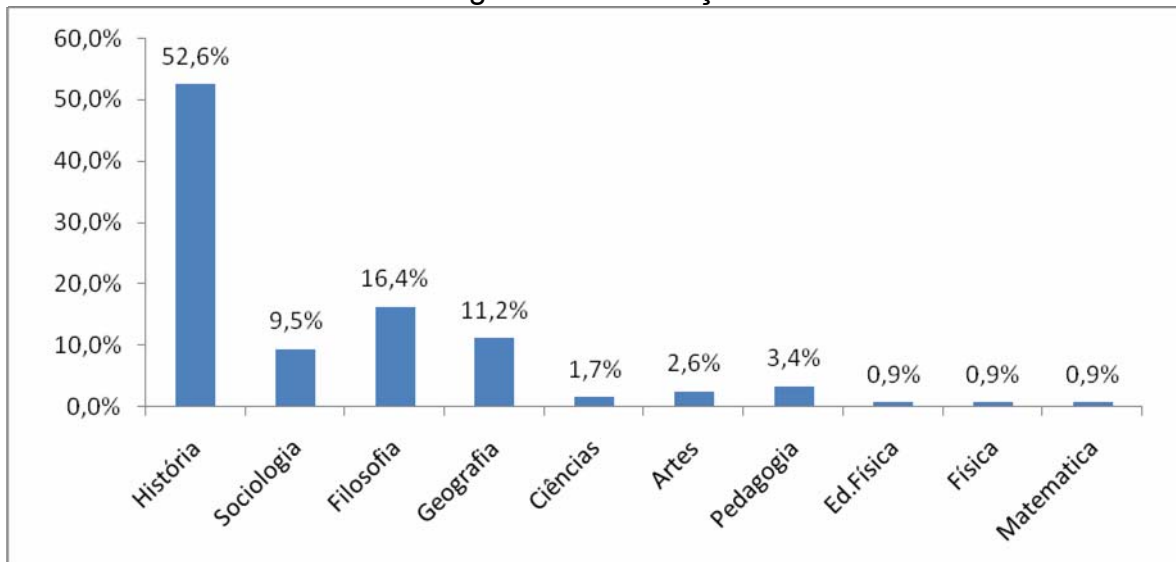
Com um conteúdo definido também foi possível construir um Caderno Didático. Embora a Diretriz date de 2008, apenas em 2013 o Caderno didático foi finalizado. O livro é público e pode baixado da internet (PARANÁ, 2013) sem custo, foi produzido pelo corpo de profissionais do Estado o que justifica o tempo uma vez que a equipe é muito pequena para atender a quantidade e complexidade demanda. O livro esta acessível aos professores que podem contar com essa ferramenta de consulta além do site <http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br> da secretaria o qual disponibiliza farto material de apoio e constantes atualizações.

O processo histórico do E.R paranaense apresenta como a adaptação estadual se deu para conseguir cumprir a imposição legal de caráter nacional em relação oferta da disciplina nos colégios públicos. O último aspecto a ser apresentado é como as decisões tomadas e caminhos escolhidos afetam os profissionais que lecionam a disciplina e por consequência trazem outros desafios para serem superados.

4.2.1 Implicações Quantitativas do E.R Paranaense

Em uma coleta realizada em 2012 no site de Consulta as Escolas no Núcleo de Educação de Londrina encontrou-se a distribuição de capacitação na graduação dos profissionais de Ensino Religioso. O limite desses dados esta na ausência do lugar da coleta em fornecer a capacitação de cada profissional, desta forma o que se apresenta é a disciplina tida como de origem no contrato uma vez que a Figura 20 demonstra que menos de 2% da população de professores são contratados exclusivamente para a disciplina em questão tomamos que as disciplinas de contrato, por exigirem formação em licenciatura na disciplina de contrato, seria a capacitação/habilitação para a disciplina de E.R, sabe-se que há meios desses profissionais terem outras formações, assim o que se apresenta é uma noção da dispersão das disciplinas originais dos profissionais que estavam atuando na data em questão.

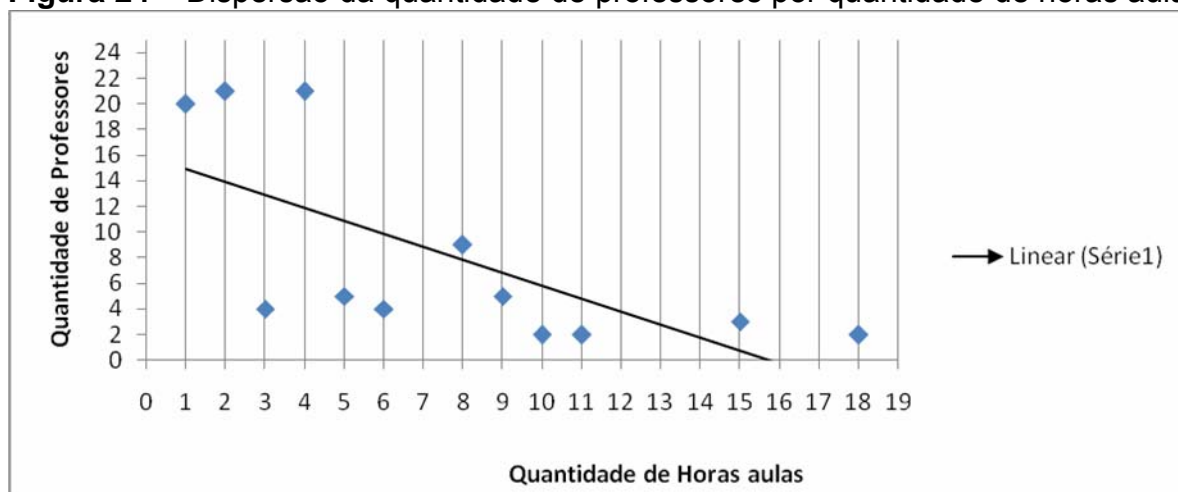
Figura 23 - Distribuição de disciplinas de professores de Ensino Religioso em 2012 no Núcleo Regional de Educação de Londrina.



Fonte: Autor.

Se acrescentarmos o fato de que a maioria dos profissionais tem menos de 4 aulas semanais na disciplina, conforme Figura 23, infere-se que a principal capacitação dos profissionais não é relacionada diretamente com Ensino Religioso.

Figura 24 – Dispersão da quantidade de professores por quantidade de horas aulas.



Fonte: Autor.

É possível notar na Figura 23 uma correlação inversa entre a quantidade de profissionais e o número de horas aulas que ministram de Ensino Religioso. Isso evidencia um baixo índice de profissionais que podem se dedicar à disciplina como ocorre com os outros profissionais das outras disciplinas.

Figura 25 – Distribuição proporcional da carga horária de Ensino Religioso.



Fonte: Autor.

Esses dados mostram que embora a proposta de utilização do termo Sagrado tenha uma abordagem mais próxima da academia o que a caracterizaria como mais aceitável tendo como devir a noção de que a Escola seja o *lócus* onde a ciência deva ser a principal referencia de saberes, o desafio a ser enfrentado é produzir profissionais aptos para o tamanho do desafio proposto. Com a alta pulverização da carga horária da disciplina e sua distribuição entre várias áreas do

conhecimento associado ao número de profissionais temporários que a ministram (30% segundo a Figura 20) fato indicador de possível rotatividade, a capacitação docentes se apresenta, também neste caso, como o principal desafio. Se esses professores temporários forem recém formados entrando no mercado de trabalho pela via do contrato PSS e aproveitando a oportunidade dada de acesso pela disciplina, a questão se exponecializa, pois a baixa experiência pode vir acompanhada de ideais religiosos academicizados sem reflexão da Diretriz ou mesmo treinamento, devido ao pouco tempo para o mesmo uma vez que não há condicionamento algum para a admissão do profissional além do curso de formação. Ou seja, nas graduações as licenciaturas se debruçam sobre as Orientações Curriculares próprias, esse modo de acesso a docência de E.R pode selecionar profissionais sem conhecimento básico legal para a elaboração e execução das aulas.

É importante frisar que a coleta ocorreu na segunda maior cidade do Estado que conta com duas universidades públicas e várias particulares, ou seja, Londrina tem um cenário de capacitação promovido pelos diversos cursos ofertados nas Instituições de Ensino de sua abrangência geográfica, se diferenciando da realidade do restante do interior do Estado onde os profissionais estão geograficamente mais afastados de centros e circuitos de formação continuada. Por capacitação não se entende graduação especificamente, pois no Evento XI EDUCERE foi presenciado uma rica troca de saberes na perspectiva didática e de abordagem dos conteúdos produzida justamente pelas etimologias de disciplinas diferentes, mas uma habilitação mínima de proveja aulas de modo a cumprir a própria Diretriz.

A diversidade de cursos também pode causar problemas didáticos, se lembrarmos de que a disciplina é ofertada no 6º e 7º ano do Ensino Fundamental perceberemos uma propensão de dificuldade por parte da Sociologia e Filosofia uma vez que os cursos de formação das licenciaturas têm como objeto as disciplinas no Ensino médio. Esse fato poderia ser o responsável pela taxa mais alta de professores de história assumindo a disciplina já que esta se encontra na grade do Ensino Fundamental. Essa modalidade de ensino também é ofertada no turno vespertino enquanto que o Ensino Médio é ofertado no matutino. Uma vez que professores de história já tem compromissos com turmas a tarde a complementação de carga horária é muito mais propicia para esses profissionais.

Esse levantamento aponta alguns fatores do como a disciplina tem sido distribuída entre os professores e de como apesar da estabilidade produzida pela existência de uma legislação própria os desafios existentes pela alteração da LDB de 1996/97 se sobressaem a instauração de um Parâmetro Nacional Comum para a disciplina.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange a disciplina de E.R nas escolas públicas, a pesquisa indicou que ambos os grupos estudados se apresentam como aqueles que visam atender as demandas da sociedade, ou representando a 'vontade geral' ou cumprindo a LDB/96 e a Constituição de 1988. O FONAPER caminha pela via de permitir vazão às vontades das associações que a compõem uma vez que crê que estas representam a vontade da população brasileira, desta forma, teria uma atuação representativa e democrática da 'vontade geral' enquanto que a ASSINTEC/SEED-PR, para cunhar o mesmo rótulo, traça o caminho oposto, de conter os possíveis ímpetos de alguns *ethos* religiosos que compõem seu quadro de associados, entendendo que assim cumpre com o imposto legalmente. Ambas visam promover um Ensino Religioso de acordo com o que esta atualmente determinado nas leis nacionais, promovendo um ensino sem proselitismos e de respeito a diversidade.

Considerando que o cenário religioso Nacional efervescente é composto majoritariamente de cristianismos, assim o que esta em jogo é como barrar a herança histórica de catequese católica e impedir o avanço protestante das últimas décadas. Esse esforço para superar o modelo de disciplina anterior a LDB/1996 é comum a ambas as propostas e suas ações tentam se adequar o máximo possível à legislação, desde que alguns de seus interesses sejam cumpridos. Uma dessas vontades se refere a quem paga o custo da disciplina. O pagamento de profissionais para a disciplina também foi alvo de disputa, uma vez que a educação a partir de 1996 não poderia ser mais proselitista as organizações religiosas interessadas na disciplina teriam dupla tarefa: um no conteúdo/prática e outro econômico, pois a lei de 1996 continha a frase "sem ônus para os cofres públicos".

Como já foi demonstrado o conteúdo não proselitista da disciplina foi negociado e acatado, mas o fator econômico ofereceu resistência e concentrou esforços dos grupos pró-disciplina para a alteração da lei promulgada em 1996. Em 1997 houve um ajustamento na questão retirando o termo 'sem ônus para os cofres públicos' contido na Lei do ano anterior, essa alteração tinha como principal justificativa que se os profissionais fossem pagos pelas instituições religiosas o

conteúdo não-confessional seria corrompido por conta dos poucos espaços de uso de coerção do Estado sobre as entidades, uma vez que sua ação docente seria 'voluntária'. Essa alegação unida a vários argumentos e ação política reverteu o termo e colocou o custo da disciplina para os sistemas de ensino. Assim possuindo o controle do econômico o Estado poderia exigir a conduta adequada dos profissionais.

A situação evidencia que os grupos queriam o controle da disciplina sem ter que pagar por ela e a história está demonstrando que apesar de muita negociação e atenuação de objetivos entre Grupos-Estado e Grupos-Grupos a estratégia tem funcionado. Essas associações têm na lista de seus interesses vender materiais, cursos de formação, ou simplesmente determinar os caminhos da disciplina com capacitações e criação das diretrizes/leis, mas não estão dispostas a investir dinheiro em uma educação plural-religiosa de conteúdo não proselitista.

É esse o principal evidenciador de que o conteúdo plural/não-confessional da lei foi um acordo/ajustamento para que as Instituições Religiosas não perdessem um espaço nobre na formação dos cidadãos brasileiros, ter cravado no Sistema de Ensino Nacional público uma disciplina, que se seguir os preceitos legalmente instituídos, no mínimo entenderá as relações religiosas como saudáveis e, suas instituições como promotoras de uma espécie de 'bem social'. Tal fato corroboraria com a visão já existente no cenário religioso nacional de que as instituições religiosas agiriam socialmente como portadoras e promotoras da moralidade adequada para a vida social brasileira, criando assim um modo de ser nacional com fundamentos mais em aspectos religiosos do que civis-republicanos.

Assim, essas instituições religiosas atuando tanto fora e quanto dentro da Escola (por relações pessoais ou pela própria disciplina em questão) imaginam-se como protagonistas sociais, como o instrumento de controle social capaz de promover a felicidade, esperança, harmonia, coesão, enfim algumas das virtudes tidas como necessárias para o convívio sob um regime, cujas memórias tradicionais e histórica apontam como devir Moral, de virtudes religiosas.

Essa tentativa de associar religião e civismo, conforme demonstrado por Nunes (2012) ao analisar a associação entre Religião e a moralização civil no Regime Militar brasileiro de 1964, foi tida sem qualquer encobrimento, contudo na situação atual os pios desejos religiosos parecem preferir o conforto das

negligencias legais e da incapacidade/vontade do Estado, ocultando, sem ônus aos seus cofres, ensinamentos de valores próprios.

Diante do quadro exposto a disciplina de ensino religioso aparece como um exemplo de como a sociedade brasileira reproduz seu 'jeito de ser religioso'. A forma como a LDB/96 foi alterada e sua alteração é prova da atuação legislativa de entidades religiosas na condução de algumas direções sociais. Ao mesmo tempo em que a negação em acatar a proposta de currículo produzida por um dos grupos pró-ensino religioso demonstram a existência de resistências e talvez até antagonismos nessa relação próxima.

A conformação legal imposta e aceita pelos grupos religiosos envolvidos, principalmente no que se refere a proibição do proselitismo criou um divisor histórico no modo como a disciplina vinha sendo desenvolvida, indica a capacidade de flexibilização nos interesses próprios dos grupos diante de antagonismos visando o movimento de manutenção do possível diante do quadro de avanço de ideias republicanas no seio do Estado para os quais laicidade significa total separação entre Estado e religiões.

Essa presença de pensamentos anti-E.R, frutos da mesma democratização que oculta o poder político religioso, por vezes impõem condições 'indesejáveis' nas quais a sujeição se transforma na maneira mais adequada para o continuísmo, e a perda momentânea, pode se tornar fundamento para outras conquistas como é possível ver no mercado crescente de literaturas, manuais, livros didático e cursos para promover o 'novo' modo de fazer a disciplina.

Tanto a legislação que confere as entidades civis religiosas caráter consultivo nas propostas de legislação curricular dos sistemas de ensino, quanto a 'terceirização' da tarefa à esses grupos e, a ação de fortalecimento destes ao ceder funcionários para compor os quadros administrativos destes como ocorre no Paraná, apontam para o jogo político realizado nacionalmente de não impedir totalmente e não legislar totalmente produzindo um limbo, uma área cinza na qual oportunidades de reprodução religiosa acontecem ao mesmo tempo em que fornece a grupos e instituições um mercado amplo e farto de venda de materiais educacionais e cursos de formação.

A existência de propostas e leis diferentes, defesa veemente de propostas próprias e as rugas entre os grupos polidamente escondidas, apontam para os conflitos intra-grupos pró-ensino religioso, motivados pela busca de

reconhecimento intelectual na produção e condução de propostas aproximadas das Ciências ou pela empatia religiosa na adequação de propostas que dialogam com a realidade crua do cenário nacional ao emprestar termos e lógica religiosa a constituição e definição da estrutura, corpo e conteúdo destas.

A estratégia política do Estado em relação ao E.R ao não definir uma legislação única com um parâmetro curricular comum a todos os entes federados, não assumir a formação de profissionais, ou via inserção curricular nas grades de cursos de licenciaturas aptos para lecioná-la ou mesmo a criação específica de uma licenciatura em universidades públicas, e ainda não promover capacitações a contento da demanda produzida pela existência da disciplina como hoje ela é legalmente disposta, mostra o Campo conflitante em que aqueles que buscam respostas para a pergunta: *'Como leciono a disciplina?'* estão sujeitos.

Tal qual Marx (2002) demonstrou que a sociedade política francesa, para manter sua estrutura burguesa de controle ideológico e sua taxa de crescimento econômico, abandonou seu ideal político republicano democrático erigido a sangue em 1789 e sucumbiu ao monarquismo imperial de Luís Bonaparte, os grupos religiosos cederam sua possibilidade, ao menos legal, de angariar/manter fiéis e de construir o conceito e conteúdo do Religioso nas mentes juvenis, para ao menos se manterem como promotoras e produtoras desse 'novo Ensino Religioso'.

O proselitismo religioso, ação existente no país cotidianamente de consultórios médicos até as salas de aula, neste último caso aparece como o vilão e principal item de combate até mesmo pelas instituições pró-ensino religioso formadoras de propostas. Contudo ele é apenas consequência da forma com que a disciplina tem sido tratada legalmente pelo Estado brasileiro aliada a composição religiosa da comunidade escolar que por vezes reflete as práticas trazidas do *ethos* produzido no Campo religioso efervescente e ávido por conquistar fiéis visando expansão numérica ou manutenção hegemônica, excluído a existência de grupos minoritários portadores de sistemas de crenças com cosmogonias e lógicas diversamente diferente dos grupos detentores de maior influência social.

Desta forma, o proselitismo docente pode ser entendido como resultado de uma fase no processo de transição o qual a disciplina vem passado, um período entre a promulgação da Lei 9475/97 e a efetiva capacitação dos professores que a lecionam. Apenas passado esse período poderá ser dito que ela é fruto de ações individuais orientadas pelo *ethos* religioso. Por isso quanto antes à legislação

nacional for realizada e as capacitações ocorrerem, mais cedo os casos de proselitismo poderão ser tratados como fruto de condutas pessoais e passíveis a punições.

Atualmente os números, essa pesquisa e outras, indicam um desinteresse do setor público na formação desses profissionais e o grupo antagônico ao E.R, os pró-laicidade, ajudam a legitimar a ausência de investimentos públicos na questão. Como a disciplina já foi legalmente determinada e as ações contrárias existem em forma de discurso e opinião, dificilmente haverá um abandono do já instituído, esse contexto indica que quanto mais forte gritam os pró-laicidade mais lucram as entidades privadas capacitadoras.

O imaginário do homem pode pensar a ideia de um mundo a construir, sobre a ordem de um mundo a superar. Passar o arado no campo e semear de novo, outras coisas, de outro modo. O imaginário do homem pode ser um projeto de luta. O homem existe em um mundo real criado pelo *trabalho das trocas* entre ele e o seu mundo; subordinado às *trocadas de trabalho* entre os homens. O homem existe dentro de um mundo real, concreto, mas pode pensar um mundo imaginado. O imaginário que pensa é real quando projeta ações concretas do homem sobre o mundo real de onde parte os homens e os seus atos.

Esse bicho pensante nunca deixará de construir mundos e o poder do homem de construir mundos humanos é sempre maior do que a soma nunca acabada dos mundos já construídos. O imaginário que existe no sonho da utopia pode ser a imagem de um mundo onde o poder da imaginação recria, como projeto, um tipo de ordem social de relações humanas reconhecidas como ainda não existentes, ou como não existentes em plenitude dentro do mundo real que provoca existir o imaginário (BRANDÃO, 1982, p. 13).

Essa capacidade humana descrita por Brandão (1982) perpassa todos os agentes envolvidos no E.R brasileiro. Aqueles que pensam a escola e o Estado como lugar exclusivo da ciência têm, na sua utopia, a existência de um mundo religioso privado e confinado a introspecção e lugares sagrados. Os que defendem a ampla divulgação religiosa creem que o poder místico que professam tem caráter universalizante e deveria ser acatado o mais rapidamente pela maior quantidade de pessoas. Os envolvidos na produção de conteúdos, normas e didáticas, planejam um horizonte no qual o programado legalmente se aplica como formulado e que a formulação própria atende as demandas existentes, entendem o Estado laico como um vazio a ser ocupado democraticamente. Os que não assumem o poder que tem para legislar e criam a indefinição creem que a ação

laissez-faire adotada é democracia e que a omissão de 16 anos na formulação de um Parâmetro único será magicamente resolvida na sociedade.

Enfim, a realidade apreendida com todas as suas formas de imaginar a disciplina, sistema educacional e Estado parecem distanciar-se da utopia de um Estado em que pudesse ser promulgada a Lei:

Agora que já não há nem pode haver religião nacional exclusiva, devem-se tolerar todas as que toleram as outras, no que seus dogmas não se opõem aos dever de cidadão; mas quem se atreve a dizer: *Fora da Igreja não há salvação*, deve ser expelido do Estado [...] (ROUSSEAU, 2000, p.119, grifo do autor).

Todas essas imaginações/utopias/crenças movem o sentido existencial da disciplina de Ensino Religioso nos currículos escolares, enquanto as falhas apontadas existirem, *na realidade da vida* produzida pelas trocas, crianças tem sido violentadas simbolicamente pelo proselitismo religioso direto ou indireto fomentado pelo Estado, de forma exposta ou resguardada.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA. **Relatório técnico narrativo final**. Projeto: Direito humano à educação, ensino religioso e Estado laico. 2008. São Paulo. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/images/stories/pdfs/pesquisa.er.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ALMEIDA, Acácio Sidnei. A religião de matriz africana e a religião na África. In: SEMANA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA, 2013, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2013.
- ARAGÃO, Gilbraz de Souza (Coord.). Os conhecimentos religiosos e não-religiosos na produção do conhecimento científico. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.
- ASSINTEC. Edição comemorativa. **Informativo da ASSINTEC**, n. 34, 2013. Disponível em: <<http://www.gper.com.br/newsletter/a965732c8f92f7a37c09f5527c894c60.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- _____. Subsídios para o ensino religioso. **Informativo da ASSINTEC**, n. 33, 2012. Disponível em: <<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/hai/assintec33.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. Um pronunciamento exemplar de Silas Malafaia, líder evangélico, sobre liberdade de expressão, religião e eleições. **Veja**, São Paulo, 29 set. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/um-pronunciamento-exemplar-de-silas-malafaia-lider-evangelico-sobre-liberdade-de-expressao-religiao-e-eleicoes/>>. Acesso em: 23 dez.2013.
- BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 2012.
- BERGER. Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.
- BOTTOMORE, Tom B. **Introdução à sociologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Fronteira da fé: alguns sistemas de sentido, crenças e religiões no Brasil de hoje. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 54, p. 261-288, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a17v1852.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.
- _____. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. **Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997**. Dá nova redação ao art. 33 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9475.htm>. Acesso em: 15 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2010**: resumo técnico. Brasília: MEC, 2010a.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010b**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

CAIRES, Carla. **FW: Leia com atenção e muito sério!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lgp1lgp1@hotmail.com> em 20 set. 2010.

CAMURÇA, Marcelo. Entre sincretismos e “guerras-santas”. **Revista USP**, São Paulo, n. 81, p. 173-185, 2009. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/81/14-marcelo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

CAPUTO, Stela Guedes. Ensino religioso aumenta intolerância nas escolas públicas. **Fazendo Média**, 3 out. 2013. Entrevista concedida à Eduardo Sá. Disponível em: <<http://www.fazendomedia.com/ensino-religioso-aumenta-intolerancia-nas-escolas-publicas-afirma-pesquisadora/>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

CARVALHO, Francisco Luiz Gomes. O lugar do E.R no currículo adventista. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

CAVALCANTI, Carlos André de Macedo (Coord.). A (re)construção dos conhecimentos religiosos e não- religiosos no ensino religioso. In: CONGRESSO

NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

COIMBRA, Alex Sales. Limites e avanços no sistema Marista de Ensino de Belém. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

CORRÊA, Elói. Laicidade e ensino religioso. **Informativo da ASSINTEC**, n. 33, 2012. Disponível em: <<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/hai/assintec33.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

DURKHEIM, Emile. A divisão do trabalho social e direito. In: SOUTO, Claudio; FALCAO, Joaquim. **Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica**. São Paulo: Thomson Learning, 2002. p. 99-108.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. Lisboa: Cosmos, 1977.

EVANGÉLICOS querem barrar Código Penal. **PbAgora**, João Pessoa, 6 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140106171731&cat=politica&keys=evangelicos-querem-barrar-codigo-penal>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

FAUCONNET, Paul. A obra pedagógica de Durkheim. In: DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. p. 9-31.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. Primeiros passos do FONAPER: um sonho que se tornou realidade em tempos de novos projetos educacionais. In: POZZER, Adecir et al. **Diversidade religiosa e ensino religioso no Brasil: memórias, propostas e desafios**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. cap. 1, p. 19-37.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.fonaper.com.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino religioso**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

GIUMBELLI, Emerson. Ensino religioso em escolas públicas no Brasil: notas de pesquisa. **Revista Resumo**, Porto Alegre, ano 9, n. 14, 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/7280/4631>>. Acesso: 12 maio 2014.

HERVIEU-LÉGER, Danielle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e religião: abordagens clássicas**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.

IBGE. **Brasil**: tábua completa de mortalidade – 2010. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2010/notastecnicas.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

_____. **Censo demográfico 2000**: tabela 2094: população residente por cor ou raça e religião. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=14&i=P&c=2094>>. Acesso em: 30 mar. 2012a.

_____. **Censo demográfico 2010**: tabela 1489: população residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a religião: resultados gerais da amostra. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=13&i=P&c=1489>>. Acesso em: 19 Dez. 2013.

_____. **Série POP60**: população por religião (população presente e residente). Disponível em: <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60&t=Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20religi%C3%A3o%20\(popula%C3%A7%C3%A3o%20presente%20e%20residente\)](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60&t=Popula%C3%A7%C3%A3o%20por%20religi%C3%A3o%20(popula%C3%A7%C3%A3o%20presente%20e%20residente))>. Acesso em: 30 mar. 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **População residente total**: decenal de 1872 até 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Pesquisa de ação discriminatória em âmbito escolar**. 2008a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Microdados da pesquisa das ações discriminatórias no âmbito escolar**. 2008b. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/microdados_pesquisa_acoes_discriminatorias_ambito_escolar_2008.zip>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. **Sistema de consulta a matrícula do censo escolar**: 1997/2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 20 maio 2013.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo (Coord.). GT de Ensino religioso. In: EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUC/PR, 2013a. Disponível em: <<http://educere.pucpr.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

_____. **Mapa da produção científica de ensino religioso no período de 1995 a 2010**. Curitiba: PUC/PR, 2013b. Disponível em: <http://www.fonaper.com.br/noticias/140_mapa_do_er___2013___gper.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

_____. Ensino religioso na Pós-Graduação brasileira: espaço de formação e pesquisa. In: POZZER, Adecir et al. **Diversidade religiosa e ensino religioso no Brasil**: memórias, propostas e desafios. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010. Cap. 5.

KARNAL, Leandro. **O ódio no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2012/05/28/o-odio-no-brasil-leandro-karnal/>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

KLEIN, Remí; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 221-243, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1891/189117303014.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

KLUCK, Claudia Regina Condello Candido de Oliveira. **ASSINTEC**: Associação Inter-Religiosa de Educação – Curitiba-PR: rumos percorridos ao longo de 36 anos. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/uel/Downloads/TCC%20(1).pdf>. Acesso em: 5 jul. 2014.

KOSLINSKI, Mariane Campelo. **Universidade do professor**. 1998. Disponível em: <<http://www.innovacionlocal.org/files/13%20-%20professor.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

LACERDA, Raquel. **FW: Pedido importante**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lgp1lgp1@hotmail.com> em 20 set. 2010.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**. São Paulo: Ática, 2004.

LARCHER, Marcello. **Após a posse, deputados fazem juramento**. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/193110-APOS-A-POSSE,-DEPUTADOS-FAZEM-JURAMENTO.html>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

LIMA, Luciana; FROTA, Marcel. **Aborto não é tema de eleição, diz Eleonora Menicucci**. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-12-09/aborto-nao-e-tema-de-eleicao-diz-eleonora-menicucci.html>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

LIMA, Luciana. **Bancada evangélica age para barrar mudanças no Código Penal**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-01-06/bancada-evangelica-age-para-barrar-mudancas-no-codigo-penal.html>>. Acesso em 22 fev. 2014

LIRA, Julia. **FW: alerta sobre as eleições!** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lgp1lgp1@hotmail.com> em 20 set. 2010.

LUI, Janayna de Alencar. Os rumos da intolerância religiosa no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 211-214, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000100011>. Acesso em: 25 mar. 2012.

MADURO, Otto. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **A guerra civil em França**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/guerra_civil/cap03.htm>. Acesso em: 27 jan. 2014.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MELEM, Vanderli Marino. **Inferência estatística**. Local: Universidade Estadual de Londrina, 2012. Apostila para o curso de pós-graduação em Estatística.

MICELLI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTES, Maria Lucia. "Figuras do sagrado: entre o público e o privado". In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.

_____. **As figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

NUBLAT, Johanna. Feministas dão aval a recuo de Dilma sobre aborto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/821577-feministas-dao-aval-a-recuo-de-dilma-sobre-aborto.shtml>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

NUNES, Nataly. **Os processos de moralização na escola pública brasileira: estudo das disciplinas de educação moral e cívica e de ensino religioso**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

OLIVEIRA, Lilian Blanck et al. **Ensino religioso: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo Silva et al. **Introdução à estatística**. Lavras: UFLA, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

OSSAME, Ana Celia. Ensino de religião nas escolas de Manaus gera polêmica. **A Crítica**, Manaus, 12 jan. 2014. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manaus/Ensino-religiao-escolas-Manaus-polemica_0_1064293578.html>. Acesso em: 12 mar. 2014.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica ensino religioso**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://www.Educadores.Diaadia.Pr.Gov.Br/Arquivos/File/Diretrizes/Dce_Er.Pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. **O sagrado no ensino religioso: caderno didático de ensino religioso**. Curitiba: SEED, 2013. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_er.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução n.º 7694/2012 – GS/SEED**. Regulamenta a distribuição de aulas nos Estabelecimentos Estaduais de Ensino.

Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/resolucoes/resolucao76942012gs.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

PASSOS, João Décio. **Ensino religioso**: construção de uma nova proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

PATROCINO, Vera Lúcia. **Devolvendo o Artigo** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por lgp1lgp1@gmail.com em 29 jun. 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Cilada das diferenças**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIERUCCI, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo. As religiões, a cidade e o mundo. In: _____. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 23-34.

POLIZELLI, Charles. **Carta do pastor Jonathan aos evangélicos que apoiam o governo do PT comandado por Lula**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <lgp1lgp1@hotmail.com> em 20 set. 2010.

POZZER, Adecir et al. **Diversidade religiosa e ensino religioso no Brasil**: memórias, propostas e desafios. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2010.

RODRIGUES, Maria Fernanda. **Brasileiro compra mais livro, mas crescimento do setor é discreto**. 2011. Disponível em:

<<http://www.publishnews.com.br/telas/noticias/detalhes.aspx?id=64697>>. Acesso em: 13 maio 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato social**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

SANT'ANA, Lourival. Evangélicos atuam forte também em assembleias. **Jornal Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,evangelicos-atuam-forte-tambem-em-assembleias,1023500,0.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SEVERO, Felipe. Um estado laico com bancada evangélica. **Revista O Viés**, 12 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaovies.com/reportagens/2011/12/um-estado-laico-com-bancada-evangelica/>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SILVA, Wagner Gonçalves. A construção dos conhecimentos nas culturas: tradições religiosas e não-religiosas. In: CONGRESSO NACIONAL DE ENSINO RELIGIOSO, 7., 2013, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

SIMMEL, Georg. **Religião**: ensaios. São Paulo: Olho d'água, 2010.

STRAUSS, Levi. **O pensamento Selvagem**. 12ª ed. Campinas:Papirus, 2011.

STYCER, Maurício. **Brasil regride séculos com programa eleitoral sobre Deus, aborto e família**. 8 out. 2010. Disponível em:
<<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/08/brasil-regride-seculos-com-programa-eleitoral-sobre-deus-aborto-e-familia.jhtm>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut; AMARAL, Tânia Conceição Iglésias. Análise dos parâmetros curriculares nacionais para ensino religioso nas escolas públicas. **Linhas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em:
<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1248>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

TOMAZ, Rozaine Aparecida Fontes. **O Ensino religioso na educação integral: inovação ou repetição?** 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10940/1/2012_RozaineAparecidaFontesTomaz.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: UNESP, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

WIJK, Flavio Braune. “Somos índios crentes”: dialéticas do contato, alteridade e mediação cultural entre os Xokleng (Jê) de Sana Catarina. **Tellus**, Campo Grande, ano 10, n. 9, p. 11-51, jul./dez. 2010.

WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia das religiões**. São Paulo: UNESP, 2012.

ZOCCOLI, Rosanne. **Inspirados pela dor**. 2011. Documentário exibido no canal Arte1 no dia 6 de fevereiro de 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A
TABELA DE EMAILS SOBRE A ELEIÇÃO DE 2010

Escopo	Título
<p>Conheceis a verdade e a verdade te libertará (João 8:32) Abraço, Aline</p>	<p>Candidata a Presidente: Eis aqui a FUTURA Presidente, Q belo Currículo... leia c/ ATENÇÃO...</p>
<p>Pois é ... é mais ou menos assim... se ficar o bicho come.. se correr o bicho pega! Nós também vamos de Marina!</p> <p>-----</p> <p>Pois é cara pálda!</p> <p>Não se fala outra coisa na net. Digite "Dilma acima de Cristo" no google.</p> <p>Quem em sã consciência escreveria boatos e ser processado? Ainda mais contra a Dilma do Lula? Acho que este jornalista vai morrer. Ou então ir a público e dizer que inventou. É o único que tem a gravação. Imagina como vão correr atrás deste coitado.</p> <p>E, se for verdade e, vier "faltar" a Dilma, quem é o vice? Um satanista.</p> <p>Como não voto no Serra, então, vou de MARINA!!!!</p> <p>-----</p> <p>xiii.....</p> <p>-----</p> <p>DILMA DIZ: "NEM MESMO CRISTO ME TIRA ESSA VITÓRIA". COMETE O MESMO ERRO DE TANCREDO NEVES. Após a inauguração de um comitê em Minas, Dilma é entrevistada por um jornalista local. Veja: Como a senhora vê o crescimento da sua candidatura nas pesquisas? O povo brasileiro sabe escolher, é a continuidade do governo Lula, e após as eleições nós vamos desarmar o palanque e estender os braços aos nossos adversários, o candidato Serra está convidado a participar do meu governo, porque nesta eleição nem mesmo Cristo querendo, me tira essa vitória, as pesquisas comprovam o que eu estou dizendo, vou ganhar no primeiro turno. Parece que está caindo a imagem de boa moça e aparecendo quem realmente é a Dilma Roussef. Poucos minutos após a entrevista, já tinha caído na internet, twitter.... e ela disse ter sido mal interpretada e que a frase não foi essa, porém alguns mineiros já repudiam a candidata e o quadro eleitoral começa a dar uma reviravolta, em Minas a petista estava a frente de José Serra e agora Serra já ultrapassou com uma vantagem de 5 pontos, tanto que Aécio Neves já está aparecendo na TV pedindo aos mineiros o apoio unânime a Serra. IMPORTANTE: a Dilma já está até sentando na cadeira presidencial, dá pra acreditar. Vamos passar adiante, passe para o maior número de contatos possíveis, o Brasil precisa saber disso.</p> <p>DILMA, a favor do Aborto e Acima de Jesus Cristo. Até o Papa no vaticano já se manifestou contra essa frase. ATENÇÃO POVO DE DEUS!!</p> <p>-----</p> <p>Credo</p>	<p>DILMA DISSE QUE NEM CRISTO TIRA DELA A PRESIDÊNCIA</p>
<p>Oi... repasso a mensagem, mas deixei os endereçamentos de origem, pois sei que alguns conhecem os pastores e quão sérios são. "Que o amor de Jesus transborde sobre tua vida"</p> <p>Att.</p> <p>-----</p> <p>Prezados irmãos, Tem surgido várias matérias que nos impressionam e nos arrepiam quanto ao avanço do PT em todos os postos políticos do País e nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Esta carta muito bem preparada pelo Pr. Jonathan é mais um ALERTA para o perigo iminente que estamos correndo. Precisamos alertar nossos irmãos eleitores para que não caiam na ilusão do populismo sagaz e extremamente perigoso. "É melhor confessar hoje do que ter que arrepender-se amanhã!" (Pr.Samuel Oliveira) Pr.Ageo</p>	<p>Carta do pastor Jonathan AOS EVANGÉLICOS QUE APOIAM O GOVERNO DO PT COMANDADO POR LULA</p>
<p><i>Amados irmãos do Brasil, recebo notícias diariamente e esta é uma delas que sinto-me na obrigação de lhes repassar.</i> <i>Não posso dizer que é verdadeira mas, se for, que Deus tenha misericórdia de nosso País fazendo com que cada um de nós, líderes da Nação, nos empenhemos com todas as nossas forças para colocar Marina 43 no governo deste amado Brasil.</i> Att.,</p>	<p>DILMA É LÉSBICA E CAI EM PESQUISA REALIZADA PELO PT Dilma está sendo processada pela ex-amante..</p>

<p>Amigos (IRMÃOS) como a maioria sabe ou ja recebeu um e-mail sobre DILMA e seu VICE... sabemos que ele é satanista. é claro não só nesse partido podem existir satanistas, mais nos demais partidos... Então vamos TODOS NÓS CRENTES ORAR em " 1 e 2 outubro" pela politica do país para que as pessoas votem em pessoas de bem e que entrem pessoas capacitadas para governar o país. Mande e-mail somente para os crentes que VOCÊ CONHECE INDEPENDENTE DE</p> <p>DENOMINAÇÃO.SOMENTE OS CRENTES.MANDE O MÁXIMO QUEPUDER obrigado</p>	Oração
<p>Fico feliz em divulgar esse vídeo, mostra a unidade dos cristãos tão desejada pelo Senhor Jesus. Faça parte desta união, reenvie ao seus contatos, assista até o fim e discuta sem medo! Deus abençoe a todos ligados a este partido para tomarem consciencia e tomarem postura de verdadeiros cristãos. Deus olhará nossa atitude, não sejamos Pilatos entregando inocentes à morte. Abraços,</p> <hr/> <p>Olá Queridos, Sou o Pr. Marcos da COERP - Ferraz de Vasconcelos, Tenho recebido de várias pessoas um vídeo, alertando para a seriedade em votar em determinados candidatos nesta eleições. Trata-se de um pronuniamento sério e oportuno para nós pastores estarmos orientando nosso rebanho. Vários pastores sérios estão nesta corrente, e possivelmente você já tenha recebido o mesmo vídeo. Não sou de repassar, mas neste caso estou empregando um pouco do meu tempo para isto. Estou enviando para o maior número possível. Desejo que 50 milhões de pessoas assistam este vídeo. Assista, reflita e faça o que achar melhor. http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI</p> <hr/> <p>Pessoal, Recebi esta mensagem... É muito sério! Vejam o que fala no youtube um pastor a respeito dos políticos do PT. obs: o video tem 11min e contém cenas fortes sobre infanticidio e aborto. Caso vc não queira ver estas cenas, pule o sexto até o oitavo minuto. O resto vale a pena assistir e refletir. Se sentir vontade, assim como eu, passe para todos os cristãos que voce conhece. http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI abs</p> <hr/> <p>Olá, pessoal! Tudo bem? Estou mandando esse e-mail para fazer um pedido importante para vocês sobre as eleições que estão chegando. Votem com consciência. Saibam em quem estão votando. Saibam da responsabilidade que temos como cristãos de qualquer denominação. Separem 11 minutos e alguns segundos do seu tempo para assistir esse vídeo e refletir sobre o que ele diz. Cada um sabe do seu voto, não quero impor nada a ninguém, só peço que assistam e pensem nisso... acho importante ter essa informação antes de votar. http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI Isso é muito sério. Votemos certo agora, antes que seja tarde demais. Beijos! Saudades de todos! Fiquem com Deus!</p> <hr/> <p>Católicos e Evangélicos unidos</p>	Consciencia Cristã nessa eleição
<p>A ideia não é assustar ninguém, mas... precisamos orar muito!!</p>	Carta CNBB sobre Dilma Rousseff
<p>A ideia não é assustar ninguém, mas... precisamos orar muito!!</p>	

APÊNDICE B

E-MAILS

Email 1

- FW: Leia com atenção e muito sério !
DE: Carla ... 20/09/2010

Para: lgp1lgp1@hotmail.com

From: nilsahelena@hotmail.com

To: famaral61@hotmail.com; acsoares@sercomtel.com.br; adlifernandes@hotmail.com; afonsobk@hotmail.com; akleinuel@hotmail.com; al2002@estadao.com.br; analigia@sercomtel.com.br; astrocil@yahoo.com.br; ana_jeseryel@hotmail.com; aamapa@hotmail.com; quinhascardelai@hotmail.com; gianebretas@hotmail.com; bellyssa.sa@hotmail.com; biaduda26@seed.pr.gov.br; bots303@hotmail.com; brigidakm@seed.pr.gov.br; evandro.cerilo@hotmail.com; drclaudio.melo@hotmail.com; claudiavictormatematica@hotmail.com; crisb24@hotmail.com; ciceroangola@bol.com.br; carmelitasaes@yahoo.com.br; carl_inha@hotmail.com; dracinthiamelo@hotmail.com; drataismelo@yahoo.com.br; dinea.mello@sercomtel.com.br; efonteque@hotmail.com; eidipsicologa@hotmail.com; ferzinha_prieto@hotmail.com; lgsilverio@gmail.com; juguergola@hotmail.com; genie.leonessa@hotmail.com; hensan@uel.br; mjfmarques@hotmail.com; pedrojr_jr@hotmail.com; jbnelli2000@hotmail.com; jnqvca@yahoo.com.br; joelmalda@hotmail.com; laudelina.vanco@hotmail.com; ligiafahl@gmail.com; luciennesantana@yahoo.com.br; margaraprof@hotmail.com; marlenepascoin@hotmail.com; marta.gomes@londrina.pr.gov.br; miriamfachone@hotmail.com; marcionilags@hotmail.com; marcia-mello111@hotmail.com; marley.g.pizaia@hotmail.com; nathy_zancarli@hotmail.com; neideprieto@hotmail.com; ny_prieto@hotmail.com; nelsonmachado_@hotmail.com; orlandobarros@infocades.com; prietoderezende@hotmail.com; profquerida@hotmail.com; paulo78fernandes@hotmail.com; paulocilasrose@hotmail.com; pcribas05@yahoo.com.br; ribas_regina@hotmail.com; robinson.kemmer@gmail.com; rosa_mamy@hotmail.com; rosemenezes18@hotmail.com; rafagreve@yahoo.com.br; shirley_rose_costa@hotmail.com; sarapimenta01@yahoo.com.br; sofiamais@gmail.com; sueliregina6@hotmail.com; suzetebfh@hotmail.com; tania@elianachab.com.br; zildarossi@hotmail.com

Subject: FW: Leia com atenção e muito sério !
Date: Mon, 20 Sep 2010 01:46:26 +0300

Subject: Leia com atenção e muito sério !

A ideia não é assustar ninguém, mas... precisamos orar muito!!

Repassando:

Daniel mastral era um satanista, uma vez que se converteu e recebeu um chamado do Senhor para escrever um livro, "filho do fogo" e "Guerreiros da luz", seus livros revelam para a igreja de Cristo como o inferno e os adoradores de lucifer trabalham para preparar o mundo para a vinda do anticristo, seus livros também levam a igreja a ter comunhão com Deus e se preparar para a guerra. Daniel em seu ultimo livro "guerreiros da luz vol. 2" conta de uma revelação que teve a respeito do seu pai biológico, que em seu livro chama-o pelo nome de Marlon, e era seu líder e treinador na irmandade. Marlon tinha como seu guia o Leviathan, o dragão do mar (apocalipse 13). Ele era o unico capaz de receber a canonização (encorporação) completa desse demônio. Daniel mastral e isabelamastral, sua esposa, por muito tempo mantiveram suas identidades e vidas em segredo, por medo, porém hoje, depositaram sua confiança total no Senhor. Hoje ja aparecem em publico e muitos segredos ja foram revelados. Para conhecerem melhor esse casal abençoado visitem sua página na net www.danielmastral.com.br.

Daniel (Marcelo Ferreira) e Isabela mastral

(Cyntiagonçalves) http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://1.bp.blogspot.com/_m-hNZynX1vA/TDKziUlvOsI/AAAAAAAAAYo/P1v3-8S_bJ0/s320/ln.jpg&imgrefurl=http://encontradospordeus.blogspot.com/2009_12_01_archive.html&usg=__hUCtHotYzJXg0U1Qnm9QdkQiU6Q=&h=118&w=128&sz=6&hl=pt-BR&start=156&sig2=5ihrIYngoTSUSRaOiIhlnA&zoom=1&tbnid=qK47DDJkIeuBLM:&tbnh=94&tbnw=102&ei=2O19TPGjIoG0lQfJgM3xCg&prev=/images?q%3DDaniel%2Bmastral%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26sa%3DN%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26biw%3D1463%26bih%3D840em seu livro foram acompanhados por uma pastora chamada Grace. Que dava treinamento de guerra espiritual, ministrava cura e intercedia por eles. Grace era a cobertura espiritual deles. Hj sabe-se que Grace é na verdade a Neuza

Itioka http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.ogalileo.com.br/imagens_postadas/LqaX3rdQSBcZOb3c.jpg&imgrefurl=http://www.ogalileo.com.br/cristianismo/materias/afinal-michel-temer-e-mesmo-satanista&usg=__u3TycW59StEVt_nv0ktZ-UJspJ4=&h=298&w=200&sz=16&hl=pt-BR&start=263&sig2=yndcOdqTBwFgcJIR91MYSQ&zoom=0&tbnid=MRU7zFkWqD_68M:&tbnh=116&tbnw=78&ei=iex9TLGLI8OBIafmz8TuCw&prev=/images?q%3DDaniel%2Bmastral%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26sa%3DN%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26biw%3D1463%26bih%3

Mas a revelação maior é a respeito do pai de Daniel, o Marlon, que hoje sabe-se que é Michel TEMER http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://2.bp.blogspot.com/_9rMUq-F_GCQ/TFLkucj8QQI/AAAAAAAAAMqo/xBG8LgOFNsQ/s320/temer.jpg&imgrefurl=http://rock-white777.blogspot.com/2010/08/vice-de-dilma-michel-temer-e-satanista.html&usg=__YSU8ncAXFt6LZSpXCMgSq2gH8uA=&h=183&w=275&sz=8&hl=pt

http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.ogalileo.com.br/imagens_postadas/59TOvFMcKA1afw4rXIBQ&imgrefurl=http://www.ogalileo.com.br/cristianismo/materias/afinal-michel-temer-e-mesmo-satanista&usg=__u3TycW59StEVt_nv0ktZ-UJspJ4=&h=298&w=200&sz=16&hl=pt-BR&start=263&sig2=yndcOdqTBwFgcJIR91MYSQ&zoom=0&tbnid=MRU7zFkWqD_68M:&tbnh=116&tbnw=78&ei=iex9TLGLI8OBIafmz8TuCw&prev=/images?q%3DDaniel%2Bmastral%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26sa%3DN%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:official%26biw%3D1463%26bih%3

BR&start=0&sig2=MNhzkwqzaAAX12tn3qrVDA&zoom=1&tbnid=mqrrVDHUP019xM:&tbnh=146&tbnw=211&ei=P-59TOvFMcKA1afw4rXIBQ&prev=/images?q%3Dmichel%2Btemer%2Bsatanista%26um%3D1%26hl%3Dpt-BR%26client%3Dfirefox-a%26rls%3Dorg.mozilla:pt-BR:officiala(presidente do partido do PMDB, deputado federal)

e que hoje concorre a vice presidencia ao lado da Dilma.

Michel temer é marlon, um dos maiores lideres do satanismo aqui no brasil,(ATENÇÃO GENTE NÃO FICÇÃO NÃO É REALIDADE,MICHEL TEMER É SATANISTA,E TEM UM ALVO: O PODER QUE A PRESIDENCIA LHE GARANTE,UMA VEZ NO PODER,DILMA SERÁ SIMPLEMENTE ANIQUILADA PELAS TREVAS,E OS SATANISTAS ASSUMEM O PODER).

PROCURE COM ALGUÉM,ESTES DOIS LIVROS,E LEIA VOCE VERÁ OS PERSONAGENS ALI CITADOS,HOJE PRECISAMOS ORAR PELO PR.DANIEL MASTRAL,SUA ESPOSA ISABELA,E PR.NELZA ITIOKA,POIS CORREM PERIGO!!

E DE FORMA SURPRENDENTE,DEUS TODO PODEROSO,COLOCA UMA MULHER "FRÁGIL" AO LADO DESTA DUPLA INFERNAL,PARA CONCORRER COM ELES,SENADORA MARINA SILVA,ASSEMBLÉIANA,NÃO NEGA SUA FÉ EM JESUS CRISTO ,E ESTA ALI DIANTE DO BRASIL,SIMPLEMENTE COMO UMA CONCORRENTE SEM ESPERANÇA ALGUMA...(SERÁ???) ESTAS INFORMAÇÕES ACIMA ESTÃO CIRCULANDO A MAIS DE 4 ANOS,DANIEL MASTRAL,COM MUITA CAUTELA,DE FORMA SUBLIMINAR VEM AVISANDO EM SEUS LIVROS ,MICHEL TEMER...DO NADA(?)...SEM GRANDES PROJETOS,GRANDES FEITOS PELA NAÇÃO,CHEGA AO PÓDIO E ESTA PRONTO PARA ASSUMIR...COM TODO APOIO DO PAI !!!LU...LU..LU...(O ILUMINADO LULA!!)

CNBB pede que fiéis não votem em Dilma

Publicada em **21/07/2010** às 20h31m

RIO - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma carta na última segunda-feira na qual pede que os fiéis não votem na candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff.

Leia a carta na íntegra:

“Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Com esta frase Jesus definiu bem a

autonomia e o respeito, que deve haver entre a política (César) e a religião (Deus). Por isto a Igreja não se posiciona nem faz campanha a favor de nenhum partido ou candidato, mas faz parte da sua missão zelar para que o que é de "Deus" não seja manipulado ou usurpado por "César" e vice-versa. **"Quando acontece essa usurpação ou manipulação é dever da Igreja intervir convidando a não votar em partido ou candidato que torne perigosa a liberdade religiosa e de consciência ou desrespeito à vida humana e aos valores da família, pois tudo isso é de Deus e não de César.** Vice-versa extrapola da missão da Igreja querer dominar ou substituir-se ao estado, pois neste caso ela estaria usurpando o que é de César e não de Deus.

"Na atual conjuntura política o Partido dos Trabalhadores (PT) através de seu IIIº e IVº Congressos Nacionais (2007 e 2010 respectivamente), ratificando o **3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)** através da punição dos deputados Luiz Bassuma e Henrique Afonso, por serem defensores da vida, se posicionou pública e abertamente a favor da legalização do aborto, contra os valores da família e contra a liberdade de consciência.

"Na condição de Bispo Diocesano, como responsável pela defesa da fé, da moral e dos princípios fundamentais da lei natural que - por serem naturais procedem do próprio Deus e por isso atingem a todos os homens -, **denunciamos e condenamos como contrárias às leis de Deus todas as formas de atentado contra a vida, dom de Deus, como o suicídio, o homicídio assim como o aborto pelo qual, criminoso e covardemente, tira-se a vida de um ser humano, completamente incapaz de se defender. A liberação do aborto que vem sendo discutida e aprovada por alguns políticos não pode ser aceita por quem se diz cristão ou católico.** Já afirmamos muitas vezes e agora repetimos: não temos partido político, mas não podemos deixar de condenar a legalização do aborto. (confira-se Ex. 20,13; Mt 5,21).

"Isto posto, recomendamos a todos verdadeiros cristãos e verdadeiros católicos a que não dêem seu voto à **Senhora Dilma Rousseff e demais candidatos que aprovam tais "liberações", independentemente do partido a que pertençam.**

Dom Luiz Gonzaga Bergonzini"

REPASSE ESTE EMAIL, APAGANDO A LISTA DE PESSOAS POR ONDE ELE PASSOU... VAI HAVER UMA CAÇADA INFERNAL... ATRÁS DESTES EMAIL... É UM AVISO.. ORE COM SUA IGREJA POR ESTE PROCESSO ELEITORAL.. POIS SERÁ UM DOS PIORES DA HISTÓRIA DO BRASIL...

TIRADENTES...

TANCREDO NEVES... ESTES SERÃO MATERNAL.. PERTO DESTES QUE VEM AI, PROCESSO ELEITORAL!!

Isso é muito sério

Repasse para todos seus amigos...

Centro Evangélico Brasileiro - Informa à todas as Igrejas Evangélicas e ao povo de Deus sobre as Leis que Tramitam em Brasília.

***E disse Jesus: 'Mas olhai por vós mesmos, porque vos entregarão aos concílios e às sinagogas; e sereis açoitados, e sereis apresentados perante presidentes e reis, por amor de mim, para lhes servir de testemunho. E sereis odiados por todos por amor do meu nome; mas quem perseverar até ao fim, esse será salvo.'* - (Marcos 13:9 e 13)**

Fica proibido fazer:

- Cultos ou evangelismo na rua (Reforma Constitucional)
- Programas evangélicos na televisão por mais de uma hora por dia.
- Programa de rádio ou televisão, quem não possuir faculdade de 'jornalismo'.
- Pregador sobre dízimos e ofertas, havendo reclamações, obreiros serão presos.

Quanto aos cultos:

- Cultos somente com portas fechadas (Reforma Constitucional)
- As igrejas serão obrigadas a pagarem impostos sobre dízimos, ofertas e contribuições.
- Será considerado crime pregar sobre espiritismo, feitiçaria e idolatria, e também veicular mensagem no rádio, televisão, jornais e internet, sobre essas práticas contrárias a Palavra de Deus.
- Pastores que forem presos por pregar sobre práticas condenadas pela Bíblia Sagrada (homossexualismo, idolatria e espiritismo), não terão direito a se defender por meio de ação judicial.

Se estabeleça:

- O dia do "Orgulho Gay" e que seja oficializado em todas as cidades brasileiras e comemorado nas Instituições de Ensino Fundamental (primeira a 8.a série), público e particular.
- Que as Igrejas que se negarem a realização das solenidades dos casamentos de homem com homem e de mulher com mulher, estarão fazendo "discriminação", seja multadas e seus pastores processados criminalmente por discriminação e desobediência civil.

Projeto nº 4.720/03 - Altera a legislação constitucional

Projeto nº 3.331/04 – Altera o artigo 12 da Lei nº 9.250/95, que trata da legislação do imposto de renda das 'pessoas físicas'

Se convertidos em Lei, os dois projetos obrigariam as igrejas a recolherem impostos sobre dízimos, ofertas e contribuições.

1. Projeto nº 299/99 – Altera o código brasileiro de telecomunicações (Lei 4.117/62).

Se aprovado, reduziria programas evangélicos no rádio e televisão a apenas uma hora.

2. Projeto nº 6.398/05 – Regulamenta a profissão de Jornalista

Contém artigos que estabelecem que só poderão fazer programas de rádio e televisão, pessoas com formação em JORNALISMO, Significa que pastores sem a formação em jornalismo não poderão fazer programas através desses meios.

3. Projeto nº 1.154/03 – Proíbe veiculação de programas em que o teor seja considerado preconceito religioso.

Se aprovado, será considerado crime pregar sobre idolatria, feitiçaria e rituais satânicos. Será

proibido que mensagens sobre essas práticas sejam veiculadas no rádio, televisão, jornais e internet. A verdade sobre esses atos contrários a Palavra de Deus, não poderá mais ser mostrada.

4. Projeto nº 952/03 – Estabelece que é crime atos religiosos que possam ser considerados abusivos a boa-fé das pessoas.

Convertido em Lei, pelo número de reclamações, pastores serão considerados 'criminosos' por pregarem sobre dízimos e ofertas.

5. Projeto nº 4.270/04[b] – Determina que comentários feitos contra ações praticadas por grupos religiosos possam ser passíveis de ação civil.

Se convertido em Lei, as Igrejas Evangélicas ficariam proibidas de pregar sobre práticas condenadas pela Bíblia Sagrada, como espiritismo, feitiçaria, idolatria e outras. Se o fizerem, não terão direito a se defender por meio de ação judicial.

6. Projeto de nº 216/04[b] – Torna inelegível a função religiosa com a governamental.

Significa que todo pastor ou líder religioso lançado a candidaturas para qualquer cargo político, não poderá de forma alguma exercer trabalhos na igreja.

Não se deixe enganar a Grande Tribulação está a nossa porta. Faça a sua parte comunique estes fatos aos seus irmãos em Cristo. "Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida." (Ap. 2:10.)

Divulguem! Passe para igrejas que vocês conhecem, para que todos estejam cientes:

- Os sábios não devem colocar os injustos para governar sobre si.

Que o Senhor tenha misericórdia de nós para não perdermos nossos direitos de proclamarmos a Palavra de Deus!

Pra mim o viver é Cristo, e a morte é Lucro (Rede Estilo Livre)

O meu Deus é Deus do Impossível

EMAIL 2

FW: Pedido importante

Eleições

x

Raquel Lacerda quel_nanda@hotmail.com

20/09/10
0

para mim

From: janacastro7@hotmail.com

Subject: Pedido importante

Date: Sun, 19 Sep 2010 16:13:07 -0300

Olá, pessoal! Tudo bem?

Estou mandando esse e-mail para fazer um pedido importante para vocês sobre as eleições que estão chegando. Votem com consciência. Saibam em quem estão votando. Saibam da responsabilidade que temos como cristãos de qualquer denominação.

Separem 11 minutos e alguns segundos do seu tempo para assistir esse vídeo e refletir sobre o que ele diz. Cada um sabe do seu voto, não quero impor nada a ninguém, só peço que assistam e pensem nisso... acho importante ter essa informação antes de votar.

<http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>

Isso é muito sério. Votemos certo agora, antes que seja tarde demais.

Beijos!
Saudades de todos!

Fiquem com Deus!

Jana



EMAIL 3

- FW: alerta sobre eleições

De: Julia ibmf
20/09/2010

Para: Luis Gustavo Patrocino

Posicionamento do Pr **Reproduzir vídeo**
Paschoal Piragine Jr

obre as eleições 2010.. Posicionamento do Pr. Paschoal Piragine Jr
sobre as eleições 2010. Pr. Paschoal
Piragina Jr Presidente da Primeira Igreja
Batista de Curitiba

00:11:22

Adicionado em 31/08/2010



From: pastormarcosfacundo@hotmail.com

Subject: FW: alerta sobre eleições

Date: Sun, 12 Sep 2010 18:49:59 +0000

Olá Queridos,

Sou o Pr. Marcos da COERP - Ferraz de Vasconcelos,

Tenho recebido de várias pessoas um vídeo,
alertando para a seriedade em votar em determinados
candidatos nesta eleições.

Trata-se de um pronuniamento sério e oportuno para
nós pastores estarmos orientando nosso rebanho.

Vários pastores sérios estão nesta corrente, e possivelmente
você já tenha recebido o mesmo vídeo.

Não sou de repassar, mas neste caso estou empregando um
pouco do meu tempo para isto. Estou enviando para o maior número possível.
Desejo que 50 milhoes de pessoas assistam este vídeo.

Assista, reflita e faça o que achar melhor.

<http://www.youtube.com/watch?v=ILwU5GhY9MI>

E-MAIL 4

- Carta do pastor Jonathan AOS EVANGÉLICOS QUE APOIAM O GOVERNO DO PT
COMANDADO PO

De: Choco Charles
05/10/2010

Para: Charles, Luis Gustavo Patrocino

From: raquelgeounesp@hotmail.com

To: amenduim@hotmail.com; elizaneti2@hotmail.com; glauco51@hotmail.com;
alinebmo@hotmail.com; elizanetibereza@hotmail.com; cdreina@hotmail.com;
jovem.sales@hotmail.com; michellynha_180@hotmail.com; sk8hcdi@hotmail.com;
prileite18@hotmail.com

Subject: FW: Carta do pastor Jonathan AOS EVANGÉLICOS QUE APOIAM O GOVERNO DO PT

COMANDADO POR LULA
Date: Tue, 5 Oct 2010 15:20:17 -0300

From: abiliodeiguape@hotmail.com
To: raquelesthetic@hotmail.com; raquelgeounesp@yahoo.com.br; raquelgeounesp@hotmail.com
Subject: FW: Carta do pastor Jonathan AOS EVANGÉLICOS QUE APOIAM O GOVERNO DO PT
COMANDADO POR LULA
Date: Tue, 5 Oct 2010 09:37:45 -0300

Subject: Carta do pastor Jonathan AOS EVANGÉLICOS QUE APOIAM O GOVERNO DO PT
COMANDADO POR LULA
Date: Tue, 5 Oct 2010 08:20:06 -0300
From: abilio.neto@caixa.gov.br
To: abiliodeiguape@hotmail.com
CC: debora.ilhacomprida@boladeneve.com

Oi... repasso a mensagem, mas deixei os endereçamentos de origem, pois sei que alguns conhecem os pastores e quão sérios são.

"Que o amor de Jesus transborde sobre tua vida"

Att.
Rita

Prezados irmãos,

Tem surgido várias matérias que nos impressionam e nos arrepiam quanto ao avanço do PT em todos os postos políticos do País e nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal. Esta carta muito bem preparada pelo Pr. Jonathan é mais um ALERTA para o perigo iminente que estamos correndo.

Precisamos alertar nossos irmãos eleitores para que não caiam na ilusão do populismo sagaz e extremamente perigoso.

"É melhor confessar hoje do que ter que arrepender-se amanhã!" (Pr.Samuel Oliveira)

Pr.Ageo

Por favor, retransmita esta mensagem para todas as pessoas do seu relacionamento.

Que o Espírito Santo levante milhares que se coloquem na brecha da oração e da vigilância por esta nação.

Pastor Jonathan

OS EVANGÉLICOS E O GOVERNO DO PT COMANDADO POR LULA

O forte apoio que evangélicos estão dando ao governo petista, faz lembrar o que aconteceu na Alemanha sob o governo de Hitler. A História é uma mestra sábia. Contudo, muitos não conhecem os fatos da História. Outros, bem instruídos, preferem "esquecer" a História. Adolf Hitler tornou-se presidente da Alemanha a partir de 1933, pelo voto popular. Ele liderava o Partido Nacional Socialista da Alemanha. A ideologia do Nazismo começou a influenciar o Cristianismo naquele mesmo ano. No mês seguinte à sua eleição (março de 1933), em seu discurso espalhafatoso, demagógico, populista, Hitler fez uma promessa:

"Os direitos das igrejas não serão atingidos". Entretanto, cinco meses depois ele declarou:

"A unidade dos alemães deve ser garantida por uma nova concepção do mundo, pois o Cristianismo, sob a forma atual, não está à altura das exigências". Era evidente a depreciação do Cristianismo como doutrina de Cristo. Apesar disso, o Conselho Superior da Igreja Evangélica, formada de luteranos e reformados, fez opção por colaborar com o Movimento Hitleriano. Então é iniciado o processo para criar um "cristo à imagem e semelhança das idéias hitlerianas". O Sínodo de Browne, na Saxônia, em 1933, comprometeu-se com o "novo cristos", que iria fornecer um conteúdo teológico para um novo tempo e para uma nova comunidade. As igrejas evangélicas alemãs se adaptaram ao ideal hitleriano e procuravam justificar o regime emergente através do Movimento dos Cristãos Alemães. Tudo para agradar Hitler e outros líderes do regime, como Rosemberg. Até exprimirem a "alegria da igreja alemã em participar da formação de uma nação e do sentimento patriótico". Do site [HTTP:WWW.portalevangelicoptnoticia.asp.id=2498](http://WWW.portalevangelicoptnoticia.asp.id=2498) Hitler era naquele momento o

“salvador” dos alemães.

O Pastor JuiuLeutherser estava muito animado. Era o dia 30 de agosto de 1933. Suas declarações: “Deus veio a nós por intermédio de Hitler”. “Temos apenas uma missão: sermos alemães e não cristãos” (A Cruz de Hitler, de Erwin Lutzer, Editora Vida, pg 127). A declaração do grupo Cristãos Alemães, em 1934, era também totalmente favorável ao novo governo: “Adolf Hitler é nosso líder e salvador em nossa difícil situação. De corpo e alma estamos obrigados e dedicados ao estado alemão e ao seu Presidente. Essa servidão e obrigação contém para nós, cristãos evangélicos, seu significado mais profundo e santo” (Introdução à Teologia Sistemática, Millard Erckson, Vida Nova, pg. 177).

Naqueles anos a Alemanha experimentou um período áureo de progresso. Hitler e seus companheiros aproveitaram a boa maré. A economia alemã teve sucesso após sucesso. Havia muito dinheiro. Todo mundo estava super feliz com o novo governo. É sabido que a popularidade de um governo cresce na proporção direta do bom desempenho econômico do país. Se o povo consegue casas, veículos, comida, roupa nova, possibilidade de fazer turismo, esse governo se tornará altamente popular.

Não importa sua ideologia. Mesmo em um país considerado cristão, como o Brasil, não importa o que a cúpula governamental crê sobre a Bíblia, Jesus Cristo, Doutrina Cristã. Afinal de contas, se temos o céu na terra, por que se preocupa com Jesus e o seu Reino? Mas Hitler não queria somente ser o “salvador” da Alemanha. Ele queria ser o “messias” para o mundo todo. Por isto, preparou um grande exército, gastou muito dinheiro com armas poderosas de guerra, e começou a invadir e dominar os países vizinhos. Em decorrência disto, em 1939 o mundo todo o fria com o início da Segunda Guerra Mundial.

Na sua loucura, Hitler precisou destruir os judeus para se tornar o messias. E, então, naqueles próximos anos seis milhões de judeus foram trucidados pelo nazismo de Hitler. Pastores foram presos. Alguns morreram. Os evangélicos alemães foram terrivelmente afetados pela aventura do pseudo messias. E em 1945, quando terminou a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha estava arrasada e dominada por quatro países: Estados Unidos, Rússia, Inglaterra e França. O messianismo de Hitler durou pouco. Mesmo assim conseguiu fazer muitos estragos. Impressionante as coincidências entre a Alemanha daquele período e o Brasil destes últimos oito anos. O partido que está no poder é liderado por pessoas cuja formação é o Marxismo ateu. É verdade que alguns dentre eles finjem ser cristãos. Até usam expressões cristãs como “graças a Deus”. Pura demagogia. O Marxismo é uma filosofia política que se firma no ateísmo. O berço do Marxismo foi a Rússia, onde o governo marxista apregoava que a religião é o ópio do povo. Para se firmar, o governo inspirado no Marxismo tem que acabar com a liberdade de imprensa, amordaçar o Cristianismo e solapar o Legislativo e o Judiciário. Coisas que os que têm olhos para ver, têm visto neste governo. Senão de fato, mas pelo menos tentativas. O que dizer das propostas encaminhadas pelos líderes do PT com relação ao aborto, ao homossexualismo, ao casamento de pessoas do mesmo sexo oficializado pelo poder público, e tantas outras aberrações?

O PT fechou questão sobre esses projetos.

Estar ligado ao PT significa ter de votar com o partido nesses assuntos. Se discordar é expulso da agremiação. Mesmo assim, tantos líderes evangélicos têm dado apoio incondicional a esse governo. Por que esses líderes evangélicos querem que o atual partido se perpetue no governo? Que interesses estão por trás desse apoio? É a História se repetindo? Esses líderes, tão embriagados com o sucesso econômico no Brasil, não conseguem perceber que podemos ver repetida a tragédia que o Cristianismo teve de enfrentar na Alemanha de Hitler? Será que no meio do povo que é liderado por esses pastores, não há ninguém com coragem para se levantar e mostrar-lhes que estão indo por um caminho muito perigoso?

Pastor Jonathan Ferreira dos Santos

Presidente da Missão Antioquia, São Paulo

S 23 Corretora de Seguros Ltda.

Tel: (11) 3768-1732 / 3766-6883

Fax: (11) 3768-9565

e-mail: s23seguros@gmail.com

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA NAS IES

1/7/2014

>infosoc - Pesquisa sobre Instituições para formação de E.R

Pesquisa sobre Instituições para formação de E.R

Há 8 perguntas neste questionário

Geral

[]Curso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Ciência da Religião
- Ensino Religioso
- Teologia
- Educação Religiosa
- outras
- Outros

[]Instituição

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]Financiamento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Pública
- Privada
- Filantrópica
- Confessional

[]UF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- AC
- AL
- AP
- AM
- BA
- CE
- DF
- ES
- GO
- MA
- MT
- MS
- MG
- PA
- PB
- PR
- PE
- PI
- RJ
- RN
- RS
- RO
- RR
- SC
- SP
- SE
- TO

[]Vínculo Religioso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- Católica Apostólica Romana
- Católica Apostólica Brasileira
- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Luterana
- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Presbiteriana

1/7/2014

>infosoc - Pesquisa sobre Instituições para formação de E.R

- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Metodista
- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Batista
- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Congregacional
- Evangélicas de Missão - Igreja Evangélica Adventista
- Evangélicas de Missão - outras
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Assembléia de Deus
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Congregação Cristã do Brasil
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja o Brasil para Cristo
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Evangelho Quadrangular
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Universal do Reino de Deus
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Casa da Bênção
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Deus é Amor
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Maranata
- Evangélicas de origem pentecostal - Igreja Nova Vida
- Evangélicas de origem pentecostal - Evangélica renovada não determinada
- Evangélicas de origem pentecostal - Comunidade Evangélica
- Evangélicas de origem pentecostal - outras
- Evangélica não determinada
- Outras religiosidades cristãs
- Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
- Testemunhas de Jeová
- Espiritualista
- Espírita
- Umbanda e Candomblé
- Umbanda
- Candomblé
- Outras declarações de religiosidades afrobrasileira
- Judaísmo
- Hinduísmo
- Budismo
- Novas religiões orientais
- Novas religiões orientais - Igreja Messiânica Mundial
- Novas religiões orientais - Outras novas religiões orientais
- Outras religiões orientais
- Islamismo
- Tradições esotéricas
- Tradições indígenas
- Outras religiosidades
- Sem religião

1/7/2014

>infosoc - Pesquisa sobre Instituições para formação de E.R

- Sem religião - Sem religião
- Sem religião - Ateu
- Sem religião - Agnóstico
- Não determinada e multiplo pertencimento
- Não determinada e multiplo pertencimento - Religiosidade não determinada ou mal definida
- Não determinada e multiplo pertencimento - Declaração de múltipla religiosidade
- Não sabe
- Sem declaração
- Outros

[]Anos de existência

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]link home page

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]Nível ?

Por favor, escolha as opções que se aplicam e faça um comentário:

- Graduação
- Especialização
- Stricto Senso
- Curso de aprimoramento

1/7/2014

>infosoc - Pesquisa sobre Instituições para formação de E.R

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.